

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ÍNDICE

SÍNTESE DE INDICADORES RELEVANTES	4
--	----------

1. ÓRGÃOS SOCIAIS	6
--------------------------	----------

2. QUADRO DIRECTIVO	8
----------------------------	----------

3. ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO	11
----------------------------------	-----------

4. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	13
4.1. Economia Internacional	14
4.2. Economia da Zona Euro	16
4.3. Economia Portuguesa	18

5. ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO	23
--	-----------

6. ACTIVIDADE DAS PRINCIPAIS ÁREAS DO BANCO	28
6.1. Banca Comercial	29
6.2. Banca de Empresas, Corporativa e Institucional	32
6.3. Mercados	35
6.4. Banca de Investimentos	36

6.5. Risco	37
6.6. Recursos e Meios	45
7. CTIVIDADE DAS EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO	48
7.1. BBVA Gest	49
7.2. BBVA Leasimo	50
7.3. Invesco Managment nº1	51
7.5. BBVA Fundos	51
<hr/>	
8. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DO GRUPO	54
<hr/>	
9. RECONHECIMENTO PÚBLICO	71
<hr/>	
10. ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	73
<ul style="list-style-type: none">• Informação sobre os accionistas• Relatório dos Auditores• Demonstrações Financeiras : Consolidadas• Certificação legal de Contas : Consolidadas• Relatório e Parecer do Conselho Fiscal : Contas Consolidadas• Acta da Assembleia Geral• Adopção das Recomendações do Financial Stability Fórum (FSF) e do Committee of European Banking Supervisors (CEBS) relativas à Transparência da Informação e à Valorização dos Activos	

Síntese de Indicadores Relevantes

SÍNTESE DE INDICADORES RELEVANTES

BBVA (Portugal) Contas Consolidadas	VARIAÇÃO
-------------------------------------	----------

BALANÇO (un. Milhares de €)	2007	2008	ABS	%
Activo Líquido Total	6 135 478	6 862 273	726 795	11.8%
Crédito a Clientes	5 008 854	5 542 379	533 525	10.7%
Recursos de Clientes	2 650 827	3 686 348	1 035 521	39.1%
Em Balanço	1 697 726	3 085 256	1 387 530	81.7%
Fora de Balanço	953 101	601 092	-352 009	-36.9%
Capital	220 307	230 611	10 304	4.7%

CONTA DE RESULTADOS (un. Milhares de €)	2007	2008	ABS	%
(+) Juros e rendimentos similares	308 544	451 894	143 350	46.5%
(-) Juros e encargos similares	229 916	369 095	139 179	60.5%
(=) Margem Financeira	78 628	82 800	4 171	5.3%
(+) Rendimentos de Capital (Dividendos)	396	366	-29	-7.4%
(+) Resultados de Serviços e Comissões	34 402	27 832	-6 570	-19.1%
(+) Outros Resultados de Exploração	24 754	9 724	-15 030	-60.7%
(=) Produto Bancário	138 180	120 723	-17 458	-12.6%
(-) Custos c/Pessoal e Administrativos	91 266	75 055	-16 211	-17.8%
(-) Amortizações	4 571	3 990	-581	-12.7%
(-) Provisões e Imparidade	17 828	22 181	4 352	24.4%
(=) Resultado antes de impostos e de interesses minoritários	24 516	19 497	-5 018	-20.5%
(-) Provisões p/Impostos s/Lucros	-911	3 251	4 161	-456.9%
(-) Provisões p/Impostos Correntes	3 599	1 486	-2 113	-58.7%
(-) Provisões p/Impostos Diferidos	-4 510	1 764	6 274	-139.1%
(=) Resultado após impostos e antes de interesses minoritários	25 426	16 247	-9 180	-36.1%
(-) Interesses minoritários	1 600	0	-1 600	-100.0%
(=) Resultado Consolidado do Exercício	23 826	16 247	-7 580	-31.8%

	2007	2008	Δ 2008/2007
Rácio de Solvabilidade	8.62%	8.68%	0.06%
Número de Agências Bancárias	110	104	-6
Número de Empregados	830	834	4

1.

Orgãos Sociais

1. ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente: Adolfo Jorge Pinheiro de Castro Brito

Secretário: Maria de Carmo de Abreu Barbosa

Conselho de Administração

Presidente : José Eduardo Vera Cruz Jardim

Administrador – Delegado: Alberto Charro

Vogais :

Álvaro Aresti Aldasoro

Segundo Huarte Martin

Javier Bernal Dionis

Guilherme Vitorino Guimarães de Palma Carlos

José Manuel Doiztuá

Conselho Fiscal

Presidente: Luís Fernando Sampaio Pinto Bandeira

Vogal: Francisco José da Cunha e Silva Reis Lima

ROC: Martinez, Carvalheda, Plácido & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., ROC nº105, representada por Plácido Norberto dos Inocentes, ROC nº 772

ROC Suplente: Deloitte & Associados, SROC nº 43, representada por Luís Augusto Magalhães, ROC nº 550

2.

Quadro Directivo

	CD	CGRC	CAP	CGGR
Administrador-Delegado				
Presidente do Comité de Direcção				

Alberto Charro	P	P	P	P
----------------	---	---	---	---

Directores Gerais

Luís Filipe da Silva Figueiredo	*			*
Susana Ribeiro Nunes	*	*	*	*
Manuel Ferreira	*		*	*

Principais Comitês

Comité de Direcção (CD)

Tem por principais missões a gestão e tomada de decisões de alto nível do Banco, a entrada e saída de áreas específicas de negócio, a gestão e política de pessoal, a política e prioridades operativas de aplicação geral, o acompanhamento de projectos multinacionais e multi-funcionais e o acompanhamento e acções correctivas dos resultados do Banco.

Comité de Gestão de Risco de Crédito (CGRC)

Tem por missão a análise causal do investimento irregular, a atribuição de responsabilidades pela sua gestão e a definição de estratégias de actuação tendentes a maximizar os resultados. Está também no seu âmbito o acompanhamento da evolução da carteira de risco creditício.

Comité de Activos e Passivos (CAP)

Tem por missão o controlo e acompanhamento de riscos derivados da taxa de juro, por razões estruturais ou tomada de posições, o risco de câmbio e o risco de liquidez.

Cabe-lhe estabelecer os limites à tomada de posições e decidir sobre as posições estruturais a manter ou a corrigir e, em geral, a gestão financeira do Banco.

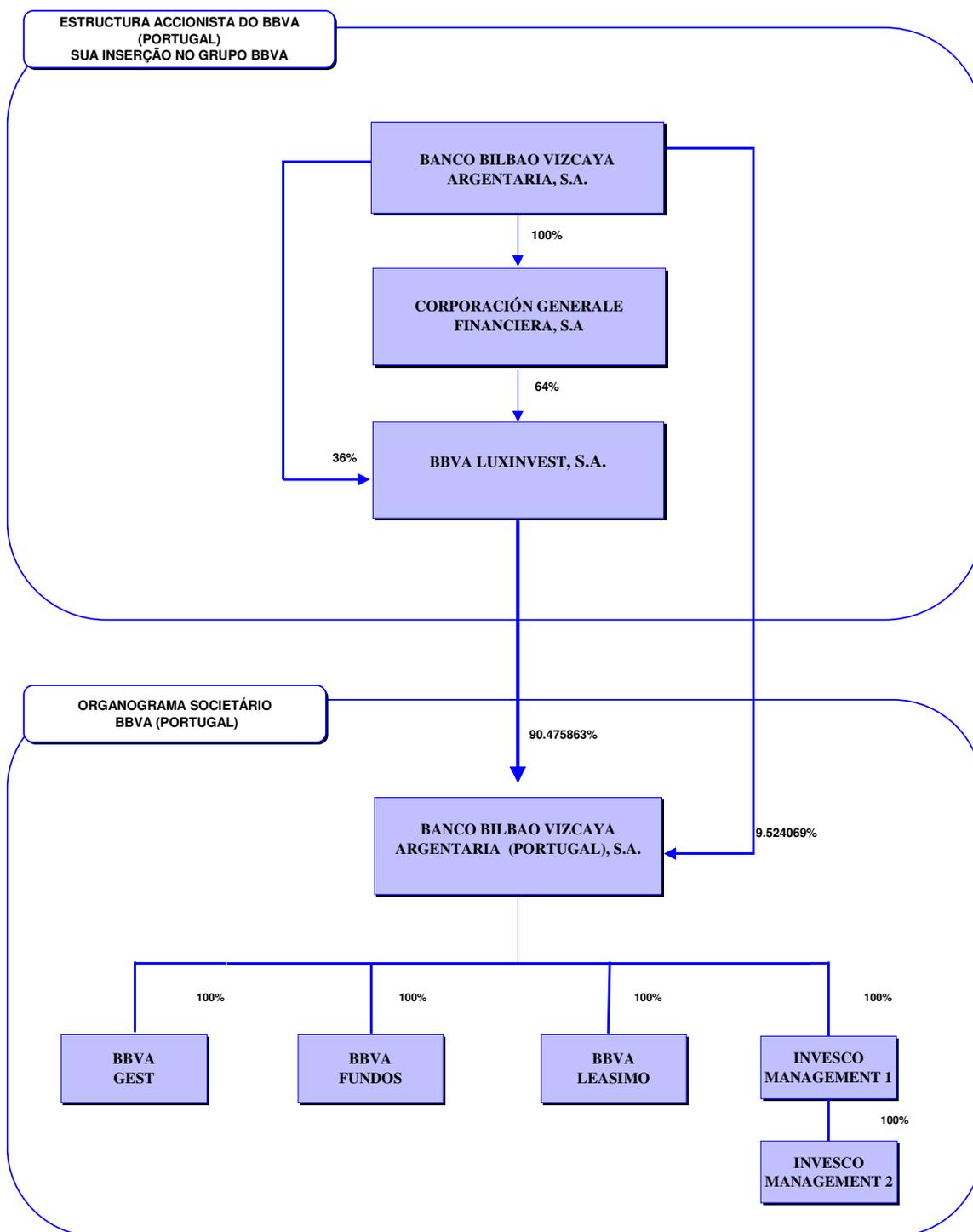
Comité Geral de Gestão de Risco (CGGR)

Este comité é um órgão independente que tem como objectivo a aplicação do Sistema de Gestão de Riscos, que se traduz no acompanhamento e avaliação da Função de Risco, no aconselhamento ao Conselho de Administração em matéria de Risco e na elaboração de um relatório anual de Gestão de Risco. Tem a responsabilidade pelos Riscos de Crédito, Mercados, Taxa de Juro, Cambial, Liquidez, Operacional, Estratégico, Reputacional, Compliance e Sistemas de Informação.

3.

Organograma Societário e Estrutura Accionista

3. ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO E ESTRUTURA ACCIONISTA



4.

Enquadramento Macroeconómico

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A. no cumprimento das suas obrigações legais e estatutárias de informação, vem apresentar à Assembleia Geral, relativamente ao exercício de 2008, o seu relatório sobre as actividades e resultados das diferentes Áreas do Banco e empresas subsidiárias, bem como as contas consolidadas, acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal, das Certificações Legais e do Relatório dos Auditores Externos.

4. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

4.1 Economia Internacional

O ano de 2008 foi particularmente adverso no que respeita à evolução do crescimento económico mundial. Se, durante o primeiro semestre, a preocupação se centrava na desaceleração da economia global, assente essencialmente nas fraquezas estruturais da economia americana, parcialmente compensadas pelo dinamismo das economias emergentes e pela resiliência da economia europeia, no resto do ano assistiu-se a um impacto negativo crescente das turbulências dos mercados financeiros na economia real.

A incerteza e a forte aversão a investir, que se pensava inicialmente circunscrita ao mercado dos EUA, globalizou-se, principalmente desde a falência da Lehman Brothers em Setembro de 2008.

Apesar da posterior implementação nos EUA do plano Paulson, cujo objectivo consistia em mitigar o problema dos activos tóxicos nos balanços dos bancos e assim aliviar os problemas de liquidez e solvabilidade de muitas instituições financeiras, a falência de um grande banco, com as consequentes perdas para os detentores de obrigações, converteu a aversão ao risco num fenómeno global e criou graves problemas de liquidez, obrigando os principais Bancos Centrais a acções coordenadas de descida de taxas directoras e de injeção de enormes quantidade de liquidez no mercado. Os governos europeus alcançaram igualmente um oportuno acordo para fazer face à crise, anunciando programas baseados na concessão de garantias e injeção de capitais.

Crescimento do PIB por Regiões (em %)

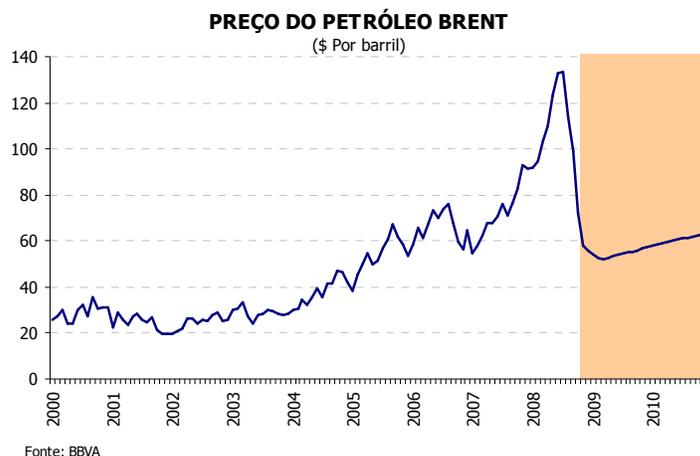
	2007	2008	2009
EUA	2.0	1.3	-1,2
UEM	2.6	0,8	-2,5
América Latina	5.6	4.2	0,2
China	11.9	9.0	8,1
MUNDIAL	5.0	3,7	-0,6

Fonte: SEE BBVA, Comissão Europeia e FMI

Atendendo a que as tensões nos mercados financeiros internacionais não desaparecerão rapidamente e dado que é previsível uma menor disponibilidade de concessão de crédito para as famílias e para as empresas, os prognósticos para 2009 vão no sentido de uma intensificação da desaceleração do crescimento económico e, nalguns casos, de recessão.

Nos EUA é espectável que o consumo e o investimento se continuem a contrair, contribuindo negativamente para o crescimento. Por sua vez, e apesar das importações manterem a tendência de queda, as exportações deverão crescer a um ritmo inferior, devido à debilidade económica global e à apreciação do dólar. Espera-se assim uma contracção de 1,2% para a principal economia mundial.

A inflação continuará a reduzir-se para níveis substancialmente inferiores aos de 2008, influenciada por uma desaceleração da procura e por uma forte queda no preço dos bens alimentares e energéticos. É de prever que, com uma inflação sob controlo, se assista a novas baixas de taxas de juro ao longo de 2009.

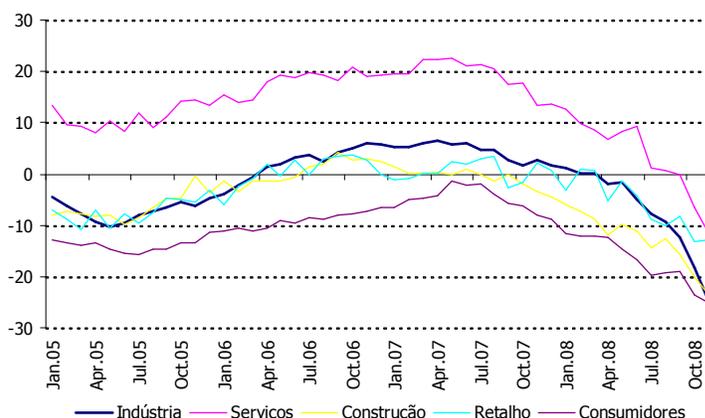


Perante os desafios que se avizinham, num contexto de enorme vulnerabilidade da economia mundial, que deriva da elevada incerteza no que respeita à profundidade e duração da crise, esperam-se novos estímulos fiscais e monetários e medidas menos ortodoxas e coordenadas, por forma a mitigar e minorar a amplitude e abrangência da actual crise.

4.2 Economia da Zona Euro

Durante os primeiros meses de 2008, reinava um moderado optimismo no que respeitava à performance positiva da economia da Zona Euro e à sua relativa imunidade face à crise imobiliária e financeira americana. O dinamismo do sector exportador para os países emergentes, a elevada produtividade, o baixo desemprego estrutural e o bom comportamento da economia alemã, sustentavam esta interpretação. A partir de Setembro, a incerteza associada ao investimento e a forte aversão ao risco, contaminaram a Europa. Os spreads de crédito alargaram-se substancialmente, levando os prémios de liquidez a níveis sem precedente e insustentáveis. Com o aumento das tensões financeiras a crise bancária rebentou também nos países europeus e transmitiu-se à economia real.

Zona Euro: confiança por sector

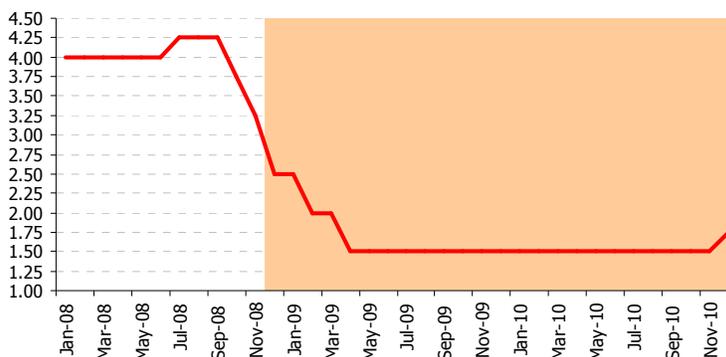


Fonte: Comissão Europeia

Os Governos das economias da união europeia adoptaram igualmente medidas de estabilização financeira, heterogéneas entre si, mas compostas por vários elementos comuns: aumento de garantia dos depósitos, aquisição de activos, capitalização de entidades financeiras e prestação de garantias.

O BCE, à semelhança da FED, injectou grandes quantidade de liquidez no mercado e procedeu a cortes de taxa de juro que conduziram a uma queda gradual de taxas no mercado interbancário. No final de 2008 a taxa de referência do BCE era de 2,5% e admitia-se a necessidade de cortes adicionais. Apesar destas políticas monetárias expansionistas, os prémios de risco e de liquidez deverão manter-se, ainda por um longo período de tempo, a níveis mais elevados do que antes do início da crise.

Taxa de juro de referência do BCE

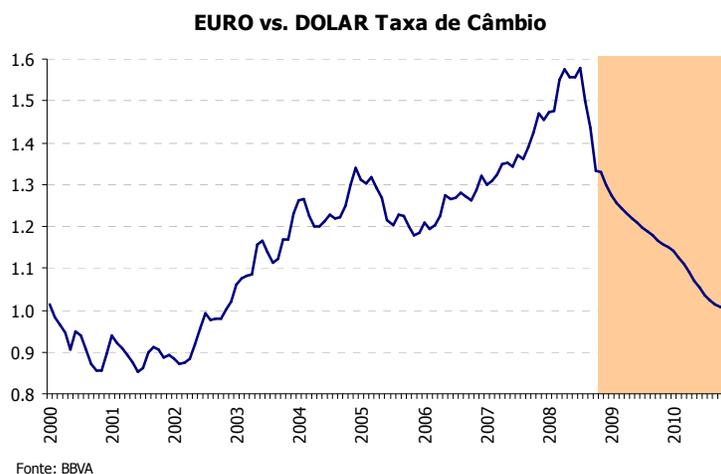


Fonte: ECB e BBVA

A eficácia da política monetária para reactivar a economia não foi suficiente. A necessidade de activar políticas orçamentais expansionistas tornou-se determinante

para conter a deterioração da actividade económica. A Comissão Europeia recomendou um programa de despesa pública de 200 mil milhões de euros que incluiria gastos em infra-estruturas. A contrapartida para um extenso número de países europeus será uma deterioração substancial das suas contas públicas.

No que respeita ao mercado cambial, espera-se que o USD se valorize face ao Euro, principalmente devido aos previsíveis cortes de taxa a efectuar pelo BCE, até níveis próximos dos 1,15 dólares/euro.



De qualquer forma, os programas dos governos e do Banco Central para o sistema financeiro e as medidas de política económica empreendidas, permitiram uma estabilização, mas não uma correcção significativa das tensões. A economia europeia apresentou uma deterioração dos seus principais indicadores de actividade e de confiança, prevendo-se a entrada em recessão em 2009, com um crescimento do PIB de -2,5%.

4.3 Economia Portuguesa

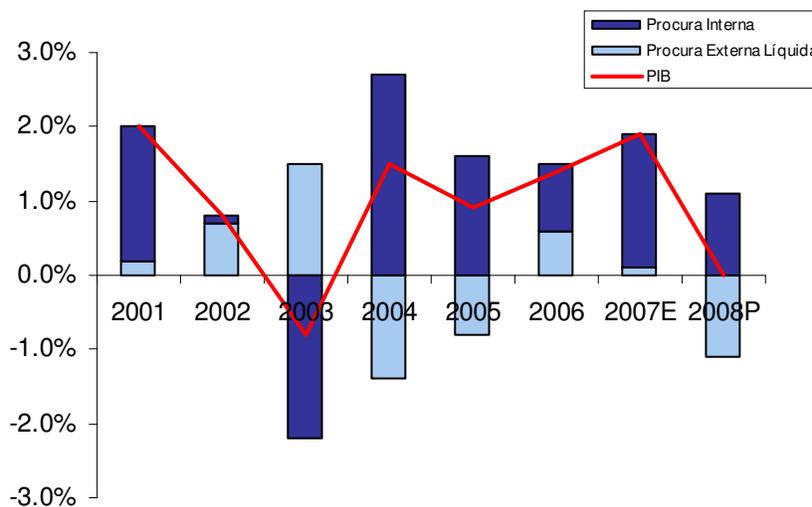
Em 2008 Portugal apresentou uma trajectória de clara desaceleração económica. A deterioração significativa da economia mundial, numa fase em que a economia portuguesa se debatia com exigentes processos de ajustamento ao nível das contas

públicas e com necessárias alterações ao nível da estrutura produtiva, conduziu, a partir do segundo semestre, a uma contracção da actividade económica.

Ao nível da procura interna assistiu-se a uma contracção do investimento, condicionado pela queda da actividade na construção e pelas perspectivas negativas relativas à evolução da procura e capacidade de financiamento, e a uma resiliência do consumo privado que, embora limitado pela elevadas taxas de endividamento e por um mercado de trabalho em contracção, apresentou uma evolução semelhante à do ano anterior.

De salientar, no entanto, que o comportamento do consumo no último trimestre denotava já uma desaceleração significativa, reflectindo o aumento do desemprego e a menor facilidade de acesso ao crédito.

Contribuição para o Crescimento (taxa inter anual)

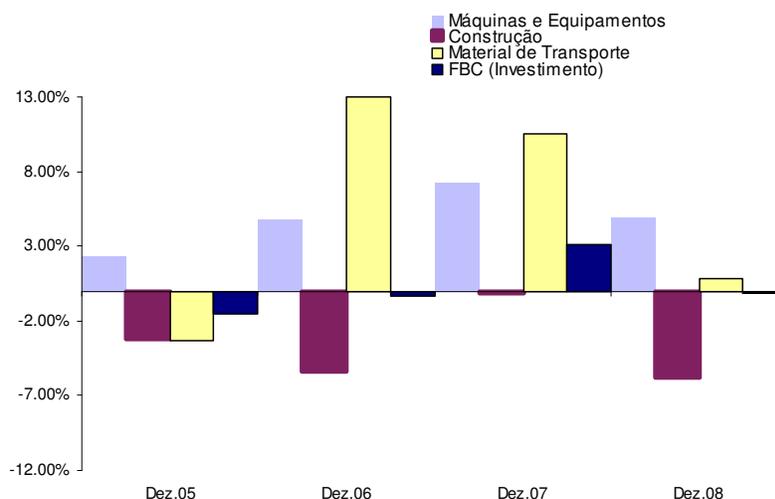


Fonte: INE e Banco de Portugal

A contribuição da procura externa líquida para o crescimento foi negativa. Numa economia como a portuguesa, com um elevado grau de abertura ao exterior e com cerca de 80% das suas exportações canalizadas para países desenvolvidos, o enquadramento económico global recessivo condicionou e debilitou o desempenho do sector exportador.

A diminuição significativa da formação bruta de capital, com uma variação anual negativa de 0,1%, depois de ter crescido 3,2% em 2007, foi determinante para a desaceleração da procura interna. Assistiu-se a uma trajectória de queda consistente ao longo do ano, nomeadamente na componente do investimento em construção, tendo também desacelerado fortemente em bens de equipamento e maquinaria e em material de transporte. A expectativa de redução da procura interna e externa, o aumento dos custos de financiamento, as restrições ao crédito, o elevado grau de incerteza, levaram os indicadores de confiança dos investidores a níveis mínimos e à inversão da tendência de recuperação da FBCF ocorrida em 2007.

Investimento e Componentes (taxa inter-anual)



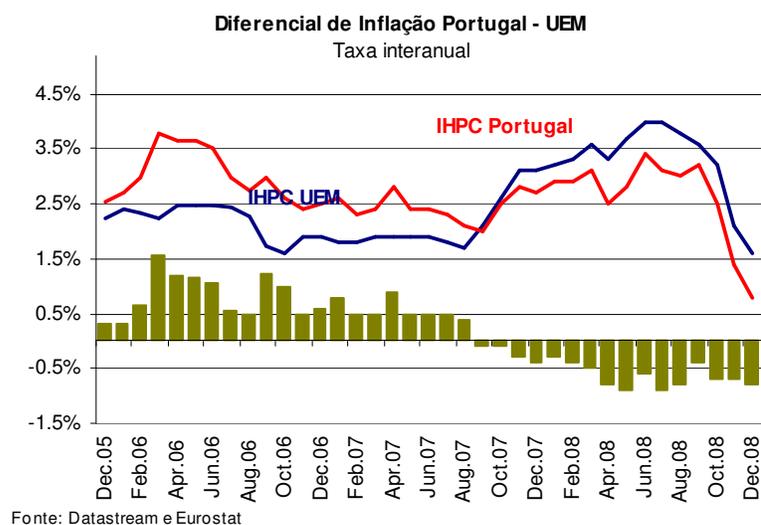
Fonte: INE e BBVA

O esforço de consolidação orçamental empreendido pelo Governo, permitiu atingir um valor de défice público em 2008 de 2,2% do PIB, valor abaixo das expectativas. Este esforço, uma vez mais, foi canalizado principalmente e com sucesso para a obtenção da receita, associada à melhoria do aparelho fiscal do Estado. Já a despesa apresenta uma progressão pouco favorável, aumentando o seu peso no PIB.

Para 2009 é crível considerar que o plano de consolidação orçamental será adiado e que o consumo público poderá aumentar o seu peso no crescimento do PIB. O Cenário previsível de contracção económica implicará uma menor obtenção de receitas e um aumento de prestações sociais e de despesas de investimento.

Com este conturbado enquadramento económico assistiu-se novamente a um padrão de crescimento assente preferencialmente na evolução do consumo privado. As exportações, cuja dinâmica tinha conduzido a um ganho de quota de mercado no ano transacto, apresentaram um significativo abrandamento. Em consequência, um dos principais desequilíbrios da economia portuguesa, o défice externo, sofreu um agravamento. Em 2008, a necessidade de financiamento da economia traduziu-se num défice da balança corrente e de capital que se prevê de 10,6% do PIB, face a 8,6% em 2007.

No ano em curso, a taxa de inflação média situou-se em 2,6%, o que significa um aumento de 0,1 pontos percentuais em relação à inflação registada em 2007. O decréscimo acentuado do petróleo e de algumas matérias primas nos últimos meses do ano, resultou num alívio significativo do nível dos preços.



Para 2009 as perspectivas não são animadoras. Em consequência de um cenário global deveras adverso, será de prever que, pelo menos até meados do ano, se intensifique a contracção económica. Numa economia como a portuguesa, com um elevado grau de abertura ao exterior, e num contexto de disponibilidade de crédito menos abundante e mais selectivo, as componentes do produto mais afectadas serão as exportações e o investimento.

Mas também ao nível do consumo se prevê um forte ajustamento. É relativamente ao mercado de trabalho (determinante para o rendimento das famílias e, portanto, para o

consumo), que se antevê uma evolução mais negativa. Os níveis esperados de desemprego, 8,5%, são historicamente elevados. Em contrapartida, a descida das taxas de juro e a queda da inflação contribuirão positivamente para o rendimento disponível das famílias .

A previsão do Banco de Portugal de uma queda do PIB de 0,8% em 2009 será, muito provavelmente, revista em baixa. A Comissão Europeia avançou com uma contracção de 1,6% e esta previsão também se poderá revelar optimista.

Em síntese, antecipa-se um ano particularmente difícil e incerto, com elementos adversos para a economia portuguesa, como a intensa deterioração da actividade económica, em particular na UEM e a disponibilidade de crédito menos abundante e mais selectivo. Existem, no entanto, alguns elementos que podem ter efeitos compensadores. As diferentes medidas adoptadas pelo Governo, onde se incluem medidas de suporte ao emprego, aumento do investimento público, concessão de garantias ao sistema bancário, entre outras, a continuação de uma política monetária expansionista por parte do BCE e a já referida descida da inflação, constituem factores positivos

Da conjugação destes efeitos e do grau de efectividade sobre a actividade económica das distintas medidas adoptadas, depende a amplitude da descida do PIB.

Previsões Macroeconómicas	Banco de Portugal	
	2008(E)	2009(P)
PIB	0,3	-0,8
Consumo Privado	1,4	0,4
Consumo Público	0,2	-0,1
FBCF	-0,8	-1,7
Exportações	0,6	-3,6
Importações	2,4	-1,0
Balança Corrente e de Capital (em % do PIB)	-9,0	-7,9
Inflação (IHPC)	2,7	1,0

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Económico de Inverno 2008

5.

Estratégia e Modelo de Negócio

5. Estratégia e Modelo de Negócio

Em 2008, mantendo uma política de negócio equilibrado e prudente, baseado na proximidade e privilegiando as necessidades específicas e diferenciadas dos seus clientes, permaneceu a aposta do BBVA Portugal no aumento da qualidade e na inovação.

Num ano marcado pela crise financeira internacional, o BBVA Portugal enfrentou com êxito um enquadramento de severo ajustamento económico e manifestou a sua capacidade de gerar resultados de forma recorrente, com um modelo de negócio focado no cliente e fundado numa relação de fidelização, conhecimento e confiança mútuos. Reafirmou os seus objectivos de crescimento e rentabilidade através de uma estratégia de diferenciação baseada na transformação, na inovação e no crescimento rentável.

Norteados por elevados níveis de exigência, rigor e transparência, foi possível apresentar um crescimento do Activo de 12% face a 2007, destacando-se o dinamismo do Crédito Total que apresentou uma evolução de 11%, valor superior ao da média do sector. Prosseguindo e reforçando os exigentes critérios de prudência e utilizando eficazes instrumentos de controlo e gestão de risco, o BBVA manteve o seu Rácio de Crédito Vencido em níveis significativamente baixos, 0,63%.

Em suma, o BBVA pretende desenvolver uma banca de relação a longo prazo com os seus clientes, apoiada pela fortaleza, rentabilidade e eficiência da sua actividade, com um crescimento equilibrado dos seus negócios e com uma rigorosa e diferenciada gestão e análise de risco.

Para o crescimento do **Crédito Total** e em consonância com a prioridade estratégica de apostar em produtos de valor, desenvolveram-se novas soluções adaptáveis e competitivas.

- Ao nível do **Crédito a Particulares** apresentou-se uma nova solução de crédito à habitação, o “Crédito Habitação Fácil Plus”, que reforça a adaptabilidade e flexibilidade de um dos segmentos emblemáticos do BBVA. Apresentou-se

igualmente uma nova solução de crédito ao consumo, o “Empréstimo Nascimento BBVA”, que se destina às famílias que registaram o nascimento ou adopção de uma criança há menos de um ano. Este empréstimo é isento de juros e comissões. Empreenderam-se também um novo conjunto de acções que visam promover e reforçar o relacionamento creditício com os clientes, e de que são exemplo a “Campanha Finalistas: Computadores HP”, a acção “Desafio Crédito Bónus BBVA”, a “Campanha Finalistas: LCDs Samsung” e a “Acção de Crédito Oferta e Revolving”.

- Na área de **Investment Banking** saliente-se o papel do BBVA como banco agente na operação de financiamento do Parque Solar Fotovoltaico de Moura, uma das maiores centrais foto voltaicas do mundo. Igualmente de destacar é o papel do BBVA como banco participante na operação de financiamento das Auto-Estradas do Douro Litoral e da Auto-Estrada Transmontana, bem como no financiamento do portfolio de parques eólicos da Pebble.
- No **Crédito a Pequenas e Médias Empresas (PME`s), micro empresas, sector exportador, automóvel e turismo**, o BBVA foi um dos bancos a assinar protocolos com o Governo de concessão de empréstimo, a taxas bonificadas, às PME`s portuguesas, no âmbito das linhas de crédito dos programas PME Investe, contribuindo assim para continuar a financiar a economia em projectos viáveis e assentes em sólidos princípios de gestão financeira e económica.
- Relativamente à oferta de produtos vocacionados para o **segmento de Negócios**, micro empresas, comércio e empresários, criou-se a “Conta Pack Negócios BBVA” que oferece uma gama abrangente e competitiva de serviços. Dedicado especialmente à captação e fidelização dos clientes comércio, criou-se a campanha de instalação do TPA Móvel GPRS.

No que respeita aos **Recursos Geridos**, com um crescimento de 39,1% o desempenho positivo assentou na evolução dos recursos de balanço. A captação de depósitos de clientes é de assinalar, atendendo à acrescida concorrência da banca por este tipo de recursos. Em contrapartida, a aplicação em produtos de poupança alternativos, como os fundos de investimento, tornou-se menos apelativa, em virtude da crise dos mercados financeiros e da desaceleração das bolsas, o que implicou que estes recursos fora de

balanço sofressem uma diminuição de 36,9%. Não obstante a pouca apetência por este tipo de produtos, o BBVA procurou promover uma abordagem especializada e adequada às necessidades específicas dos seus clientes.

- No âmbito dos **Produtos de Passivo**, o BBVA apresentou uma gama abrangente de soluções distintivas e adequadas a diferentes perfis de risco dos clientes. Disponibilizaram-se produtos com uma remuneração pré-definida e um pagamento periódico de juros. Apresentaram-se igualmente produtos com garantia de capital, remuneração mínima e com um potencial de valorização. Disponibilizaram-se igualmente produtos para clientes com um perfil de risco mais agressivo, sem garantia de remuneração mínima. Também se apresentaram soluções financeiras que aliam aplicações em depósitos com subscrições em unidades de participação de Fundos do BBVA. Outro dos exemplos de produtos inovadores de captação de recursos é o “Depósito Super Positivo BBVA”, produto com garantia de capital e que beneficia com as subidas do índice bolsista a que está indexado e que não é prejudicado pelas descidas.

O BBVA continua assim a promover um conjunto de produtos concorrenciais e competitivos que permitem, num contexto de concorrência agressiva, captar e fidelizar clientes.

- O BBVA reforçando a sua política de **Responsabilidade Social**, assinou um protocolo com a Casa Pia de Lisboa, comprometendo-se a admitir quatro alunos desta instituição e a proporcionar-lhes o acesso ao ensino superior. No mesmo âmbito, neste caso assumindo particular destaque, nesta acção concreta, a vertente humana e social, o BBVA optou por não oferecer o tradicional presente de Natal aos seus colaboradores e efectuar o correspondente donativo ao Instituto Português de Oncologia de Lisboa e do Porto. Pretendendo também contribuir para acrescentar valor junto dos seus Clientes e da Sociedade em geral, reflectindo sobre variáveis que condicionam a evolução da economia europeia e, em particular, da economia portuguesa, o BBVA promoveu uma conferência sob o tema “Situação Económica Europeia – Perspectivas 2009/2010” .
- No âmbito da estratégia de **Promoção de Parcerias** o BBVA procedeu à assinatura de um protocolo com o **Turismo de Portugal**, que contempla a criação de uma linha de crédito destinada a apoiar financeiramente empresas com projectos de

investimento que contribuam para o desenvolvimento do sector turístico nacional. em que se oferece, aos funcionários sob tutela do Executivo, condições preferenciais nas soluções apresentadas pelo Banco. O BBVA promoveu igualmente uma parceria com o **Sporting Clube de Aveiro**, oferecendo um pacote de soluções financeiras exclusivas para os sócios e colaboradores desta instituição de utilidade pública.

Perante o cenário que se desenha para 2009 o BBVA aposta numa oferta competitiva de produtos e serviços adaptados à necessidade da clientela, que fortaleça e amplie o âmbito do negócio. Para a obtenção destes objectivos, a actuação deverá sustentar-se:

- numa organização plenamente orientada para o cliente: em ser um “banco de pessoas para as pessoas”, com uma clara estratégia de aproximação comercial baseada na segmentação por valor com redes, forças de venda e produtos específicos para cada segmento, desde os particulares às empresas e institucionais;
- numa aproximação multi-canal, que maximize as oportunidades de venda e que aproveite as sinergias de distribuição, melhorando a produtividade comercial e favorecendo a venda cruzada de produtos de maior valor;
- na melhoria da eficiência, com o aprofundamento do plano de transformação, que resulte nuns modelos de produção e distribuição cada vez mais eficazes e rentáveis, procurando uma maior orientação comercial da rede, através da industrialização de processos operativos e administrativos;
- Numa gestão de risco de excelência e distintiva.

6.

Actividade das Principais Áreas do Banco

6. ACTIVIDADE DAS PRINCIPAIS ÁREAS DO BANCO

6.1 Banca Comercial

Crédito Habitação

Em Abril de 2008, voltou-se a potenciar os atributos do produto de crédito à habitação apresentando o crédito Fácil Plus BBVA.

Ao atributo de prestação final, que já permitia ao Cliente pagar no final até 30% do capital financiado, passou-se a permitir que esta prestação fosse de 100%, sendo que esta prestação seria determinada pela relação financiamento versus Garantia.

Outra alteração de relevo foi a que possibilitava, para além dos prazos inicialmente definidos na anterior modalidade, a fixação inicial da taxa por um período de três anos.

Ajustou-se igualmente o atributo da suspensão de pagamentos para 3 prestações consecutivas por ano, com o máximo de 12, durante o prazo do empréstimo.

Mantiveram-se os atributos que possibilitam:

- Alterar o valor da prestação aumentando ou reduzindo o prazo do empréstimo, até ao limite de 10 anos;
- Financiar o Cliente até 100% e um prazo até 40 anos;
- Pagar apenas juros nos primeiros 3 anos;
- Alterar a Taxa Variável para Taxa Fixa e vice-versa.

Ao longo do ano de 2008, a Unidade de Prescrição de crédito à habitação continuou a desenvolver o seu relacionamento com mediadoras imobiliárias e consultores financeiros, tendo sido responsável por 43% da facturação de crédito à habitação.

Crédito ao Consumo

O Crédito Bónus BBVA tornou-se o novo produto estrela, vindo a substituir o Crédito 0% BBVA. Este produto teve um óptimo primeiro ano, representando um terço da facturação do Crédito ao Consumo, referente a 2008. O produto consiste na oferta ao Cliente de um período de carência de capital e juros de 12 meses e tem associado um bónus de fidelidade que, caso o Cliente domicilie o seu ordenado no BBVA, consiste na devolução dos juros do 1º ano.

Outro novo produto que foi lançado neste ano, foi o Empréstimo Nascimento BBVA, o qual mostra a importância dada à Política de Responsabilidade Social pelo Grupo BBVA. Este produto é dirigido a Mães residentes em Portugal que tenham dado à luz ou adoptado uma criança nos 12 meses que antecedem à formalização do empréstimo. O produto consiste em oferecer um Crédito ao Consumo até €3.000, sem juros, por um prazo entre 6 e 36 meses, sem a existência de qualquer tipo de comissão.

Foram igualmente realizadas novas acções e campanhas promocionais, de que são exemplo o Crédito Oferta e o Crédito Revolving.

Relativamente, às soluções de Cartões de Crédito foram realizadas durante o ano 2008 várias acções para captação e incentivo à utilização.

Exemplos disso são:

- as campanhas desenvolvidas durante a fase final do Europeu de Futebol de 2008, nomeadamente a de oferta da 1ª anuidade e de um brinde, em parceria com a Visa (cachecol oficial da Selecção Nacional de Futebol) e a do sorteio quinzenal de um LCD da marca Samsung.
- No último quadrimestre foi lançada uma campanha de incentivo à utilização baseada no método de pontos (consiste na atribuição de pontos pela utilização do cartão, os quais podem ser trocados por prémios).

Efectuou-se, também, o processo de adaptação à nova tecnologia EMV (Europay, Mastercard e Visa) – incorporação da tecnologia chip nos cartões. Esta nova tecnologia proporciona maior segurança na utilização do cartão de crédito para os nossos Clientes.

Recursos

Ao longo de 2008, deu-se continuidade à estratégia do ano anterior, com o lançamento de produtos inovadores e de valor acrescentado, de forma a permitir uma maior diversificação de investimento e satisfazer as necessidades dos nossos clientes alvo.

Dos produtos comercializados em 2008, destacamos:

- o Depósito Super Crescente Trimestral BBVA: aplicações a 18 meses, com capital garantido na maturidade, que permitem a obtenção de uma taxa de juro pré-definida e crescente todos os trimestres, com pagamento trimestral de juros;
- o Depósito Super Poupança BBVA: aplicações a 1 ano, com libertação trimestral de capital e juros;
- o Depósito Super Investimento BBVA, Depósito Super Barreira BBVA e o Depósito Super Call BBVA: aplicações a médio prazo, ligadas ao comportamento do índice DJ EUROSTOXX50, com capital e remuneração mínima garantida na maturidade;

Negócios

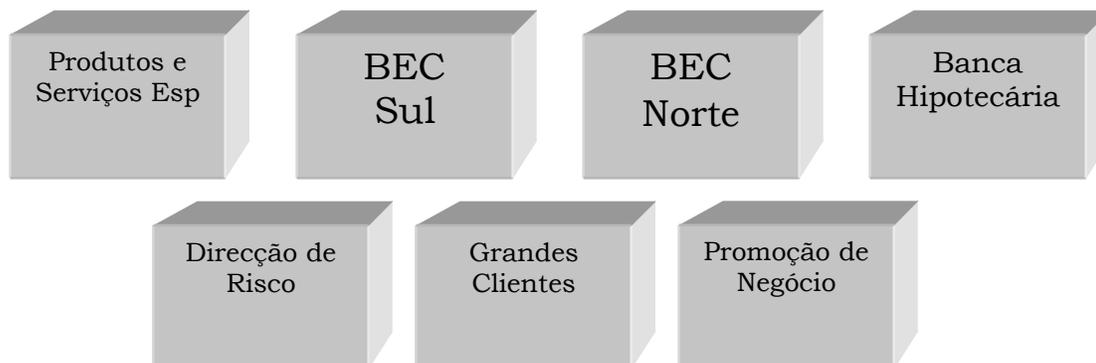
O BBVA decidiu associar-se ao governo português no apoio às empresas, com a assinatura dos protocolos para as linhas de crédito PME I, PME II e PME III. No âmbito da Linha de Crédito PME III o BBVA lançou uma linha de crédito a um ano, a conta Pack Negócios com spread 0%, para apoio de tesouraria, e de montante igual ao autorizado no âmbito do QREN.

Colectivos

Ao longo de 2008 continuou-se a melhorar a oferta aos nossos clientes através de protocolos com empresas e associações, visando oferecer condições mais vantajosas aos respectivos colaboradores e associados. Durante o ano de 2008, o número de clientes provenientes de protocolos cresceu 5%, representando 9% do volume total de negócios de particulares.

6.2 Banca Empresas, Corporativa e Institucional

Morfologia BEC em 2008:



Esta área organizou-se em torno de todas as actividades correspondentes à diferente tipologia de Organizações, públicas ou privadas, grandes ou pequenas, institucionais ou não, e de todos os ramos de actividade, incluindo o sector imobiliário.

Assim,

Promoção de Negócio:

O ano de 2008 foi fundamental para alicerçar as raízes da criação desta área, destinada a servir de propulsor para as actividades comerciais dentro da BEC.

Sempre com o fim de divulgar a marca BBVA e de proporcionar a toda a BEC mais e melhores meios para conduzir de forma eficaz a aproximação necessária aos clientes e ao mercado potencial, salientamos as seguintes iniciativas:

- Novas Ferramentas de Gestão Comercial
- Novos meios de comunicação e publicidade
- Gestão de Protocolos com várias entidades, salientando-se as Sociedades de Garantia Mútua.
- Gestão de conteúdos e intranet específica da área.

Produtos e Serviços:

O ano de 2008 marcou o arranque do aplicativo de factoring e forfaiting tendo-se verificado um forte crescimento nestes produtos.

De destacar, ao nível dos produtos;

A concretização de 23 novos contratos de factoring e o sucesso no sub-tipo factoring sector público administrativo, o que permitiu um crescimento de mais de 100% da margem operativa do produto;

No forfaiting, o lançamento do subtipo de exportação com seguro de crédito onde foram montadas as primeiras operações permitindo encarar 2009 com optimismo.

O confirming ultrapassou os 800 contratos permanentes de desconto e 18 novos contratos de aderentes.

No leasing é de salientar a introdução do produto em novos segmentos de clientela, como é o caso das grandes empresas.

No plano do comércio exterior, o ano findo marcou o início da figura do gestor de produto com sucesso ao nível da rede exterior do Grupo e uma maior pró actividade das redes comerciais.

De destacar, ao nível dos serviços :

- cartão business empresa que entrou em fase final de produção, bem como, para a colaboração nas campanhas integradas de Terminais de Pagamento Automáticos;
- colaboração com as áreas de meios e Espanha, no desenvolvimento do novo sistema integrado de pagamentos pan europeu - SEPA, assim como no Target 2.

BEC Norte e BEC Sul:

Durante o ano de 2008 apostou-se numa política de aproximação do Banco aos clientes, através da realização de eventos, bem como, no reforço da imagem institucional do BBVA como Banco de Empresas.

Procedeu-se, ainda, à consolidação da estrutura da Banca de Empresas, a qual tinha sido profundamente alterada em 2007.

No ano em análise, de salientar igualmente o alargamento da rede, com a abertura dos novos centros de Guimarães e São João da Madeira (Porto Sul).

Manteve-se igualmente o apoio ao segmento das Instituições, incrementando a quota detida no segmento da Administração Local.

Finalmente, 2008 confirmou o sucesso da sedimentação de derivados “RISK PYME”, tendo sido duplicado o número de contratos efectuados em relação aos obtidos em 2007.

Grandes Clientes:

Dentro de Banca de Empresas e Corporativa (BEC), a área de Grandes Clientes demonstrou ao longo do ano uma evolução excelente a vários níveis. Desde logo, os crescimentos de margens financeiras e de exploração foram muito significativos, bem como, a evolução dos volumes de crédito e garantias.

Apesar do comportamento menos bom ao nível da captação de passivos, a correcta gestão da liquidez dos Clientes e do Banco e a rápida reacção aos acontecimentos de mercado que marcaram o final do ano, permitiu um efeito positivo muito importante na margem financeira.

O BBVA continuou a ser uma referencia no mercado Português tendo participado em várias operações das quais destacamos:

- dois club deals com a Cimpor para refinanciamento da dívida existente, nos quais o BBVA participou com um total de euros 175 Milhões de euros;
- uma participação num club deal da EDP com Eur 50 Milhões de euros.

Colocou-se, ainda, um grande enfoque no Cross Selling junto da base de clientes, tendo este sido um dos factores decisivos, compreendido e valorado pelos clientes, pelo facto de o BBVA reforçar os laços comerciais com os mesmos.

Risco:

O ano de 2008 foi caracterizado por um forte agravamento das condições económicas em Portugal. Neste cenário económico adverso, a carteira de crédito da BEC evidenciou naturalmente uma degradação, tendo por consequência o aumento do stock de mora (+ €3.507M) e o aumento do Rácio de Mora (+ 9 pb).

Por segmentos de negócio devemos salientar, por um lado, a manutenção dos excelentes níveis de qualidade creditícia em Corporativa, Institucional e Banca Hipotecária, apesar da preocupante evolução deste sector de actividade e, por outro, a deterioração da carteira de Empresas. Ainda que esta carteira mantenha um rácio aceitável (1,08%) evidenciou uma tendência claramente negativa em 2008, aumentando 257% em relação ao ano anterior.

Apesar das condições económicas bastante adversas vividas em 2008, a carteira de crédito BEC apresentou um Rácio de Mora de 0,16%, o que traduz uma elevada qualidade da carteira de crédito e uma forte vantagem comparativa face aos demais competidores nacionais.

6.3 Mercados

Como é do conhecimento geral, em 2008 despoletou-se a mais grave crise financeira das última décadas. No seguimento dos sinais crescentes registados na segunda metade de 2007, a crise atingiu outra dimensão em Março de 2008 com o resgate da Bear Stearns e foi colocada em causa a estabilidade financeira a partir de Setembro de 2008, com a falência da Lehman Brothers.

A actividade de mercados do BBVA Portugal reagiu com grande consistência e imunidade a este enquadramento tão adverso. A estratégia de enfoque na estruturação de soluções para os clientes e em particular na gestão e redução dos riscos financeiros revelou-se nesta envolvente particularmente acertada.

Na actividade desenvolvida com investidores registou-se uma tendência clara de simplificação das operações e uma procura por exposição em instrumentos de elevada liquidez. Os mercados de crédito e de acções registaram um agravamento significativo

dos prémios de risco. Na actividade de intermediação verificou-se um alargamento significativo dos diferenciais entre compra e venda compensando dessa forma alguma redução dos volumes intermediados. Globalmente o negócio de investidores manteve-se em níveis próximos aos do ano anterior.

Na actividade de empresas verificou-se um crescimento superior a 30%, relativamente ao ano anterior. A aposta na gestão de riscos de taxa de juro, cambial e de preços das matérias primas atingiu a maturidade em 2008 e concretizou-se a sua extensão ao conjunto de segmentos empresa com que o Banco trabalha. A forma consistente como esta actividade está a ser desenvolvida torna-a particularmente interessante para os clientes no difícil enquadramento actual, pelo que as perspectivas futuras são bastante favoráveis.

6.4 Banca de Investimentos

A área de banca de investimento compreende três segmentos de actividade: financiamento estruturado, mercado de capitais e corporate finance.

Durante o ano de 2008, o BBVA Portugal foi particularmente activo no segmento de project finance tendo participado em importantes financiamentos, tanto no sector das infra-estruturas de transportes como no sector das energias renováveis.

No sector da energia destaca-se o financiamento de € 208 milhões à Amper para a construção do Parque Solar Foto voltaico de Moura, promovido pela Acciona Energia e no qual o BBVA actuou como MLA e Banco Agente. Destaca-se também o refinanciamento de cerca de € 800 milhões dos parques eólicos da Pebble/Enersis no âmbito da aquisição pela Magnum Capital.

Na vertente de infra-estruturas, o BBVA actuou como *Mandated and Lead Arranger* (MLA) nos financiamentos da (i) Auto-Estrada Transmontana e da (ii) Auto-Estrada do Douro Litoral no valor de € 286 milhões e € 1.201 milhões, respectivamente.

Apesar da crise observada nos mercados financeiros, a actividade do BBVA Portugal no segmento de mercado de capitais evoluiu favoravelmente. Concluíram-se 15 novas operações de papel comercial, das quais se destaca o papel comercial de € 50 milhões

para a Estradas de Portugal, elevando o número de programas sob gestão para mais de 50.

Na vertente de empréstimos sindicados, tiveram especial relevo duas operações para o Grupo Cimpor, nas quais o BBVA Portugal actuou como MLA.

No mercado de obrigações, o BBVA Portugal liderou como bookrunner uma emissão de € 1,25 mil milhões a 2 anos do Millennium BCP.

No segmento de corporate finance, destaca-se a assessoria prestada a um consórcio português no âmbito da privatização da Aquapor.

6.5 Risco

No BBVA existem uma série de princípios que servem de guia para a definição e seguimento do perfil de risco.

- Os riscos assumidos devem ser compatíveis com o capital do Grupo, de acordo com o objectivo do nível de solvência. Esta valoração realiza-se quer ao nível do cenário central, quer ao nível de diferentes cenários de risco.
- A geração de resultados do Grupo deve ter um elevado grau de recorrência. O objectivo é manter, para além de elevados padrões de rentabilidade e crescimento, uma volatilidade de resultados num escalão médio-baixo do grupo de competidores de referência. Assim, analisam-se diferentes cenários macroeconómicos e financeiros e classificam-se em função da sua probabilidade de ocorrência e impacto em resultados e noutros eixos de gestão. Por último, realiza-se stress-testing para todos os riscos.
- Limitam-se os factores de risco que suponham concentrações que possam colocar em perigo os objectivos de solvência ou recorrência. Por exemplo, no âmbito de mercados, aprovam-se anualmente limites para riscos de trading, juro estrutural, taxa de câmbio estrutural, equity e liquidez. No âmbito do risco de crédito, estabelecem-se limites máximos de exposição por cliente e por risco país, assim como referências genéricas de exposição máxima para determinadas operações ou produtos.

- Todos os riscos devem ser identificados, medidos e valorados. Desta forma garante-se que a variável risco está presente em todas as decisões que se tomem, contribuindo para configurar o perfil de risco desejado pela Instituição.
- Existência de sólidos mecanismos de controlo e mitigação para riscos operacionais e reputacionais
- A infra estrutura de riscos deve ser adequada para dar suporte dinâmico a todos os princípios descritos anteriormente, em termos de ferramentas, base de dados, sistemas de informação procedimentos e pessoas.

No BBVA entende-se a gestão de risco como uma capacidade estratégica e diferenciadora a médio e longo prazo.

A estrutura de gestão do risco constitui um elemento chave que contribuiu para uma eficaz integração da gestão de riscos no Banco, ao permitir uma adequada coordenação de planos de trabalho sob critérios de risco e objectivos únicos. Criou-se assim, em 2008, o Comité Geral de Gestão de Risco (CGGR). Este comité é um órgão independente que tem como objectivo a aplicação do Sistema de Gestão de Riscos, que se traduz no acompanhamento e avaliação da Função de Risco, no aconselhamento ao Conselho de Administração em matéria de Risco e na elaboração de um relatório anual de Gestão de Risco. Tem a responsabilidade pelos Riscos de Crédito, Mercados, Taxa de Juro, Cambial, Liquidez, Operacional, Estratégico, Reputacional, Compliance e Sistemas de Informação.

Gestão do risco de crédito

A gestão do risco de crédito no Grupo BBVA fundamenta-se numa abordagem global que abarca cada uma das fases do processo: análise, autorização, seguimento e, se for o caso, recuperação.

O segundo pilar no qual se sustenta esta gestão do risco no Grupo é representado pelas normas, políticas, procedimentos, metodologias, ferramentas e sistemas, que constituem um suporte básico para uma gestão eficiente.

Com o objectivo de poder assegurar uma adequada gestão do risco, o modelo definido de gestão do risco de crédito, suportado numa organização matricial, está integrado na estrutura geral de controlo do Banco e envolve todos os níveis que intervêm na tomada

de decisões de risco mediante a atribuição de funções e utilização de procedimentos, circuitos de decisão e ferramentas que delimitam claramente as responsabilidades.

O principal objectivo na gestão do Risco de Crédito no BBVA Portugal é manter a melhor qualidade da sua carteira de crédito dentro de parâmetros de rácios de incumprimento definidos, mantendo-os nos níveis de exigência fixados pelo Grupo e, sempre que possível, melhorá-los.

Para a consecução desse objectivo o BBVA Portugal, pretende classificar toda a sua carteira de crédito de Empresas através de escalas corporativas de notação de Rating, actualizando e adaptando os modelos desenvolvidos e disponibilizados pelo Grupo e aplicáveis a diversos colectivos homogéneos.

Na sequencia das políticas definidas e dos processos de gestão desenvolvidos, os resultados obtidos em 2008 estão em linha com os objectivos conservadores relativamente a este tipo de risco, apesar de, em virtude da envolvente macroeconómica, o rácio de crédito vencido sobre crédito total ter passado de 0.42% para 0,63%, respectivamente nos finais de 2007 e 2008.

Gestão de risco de mercado

Entende-se por risco de mercado o risco de que o valor de um investimento/carteira possa sofrer em consequência das alterações das condições gerais de mercado, manifestadas por alterações das taxas de juro, das taxas de câmbio e preços de acções. Os factores de risco que afectam os preços de mercado são: Taxa de juro; Taxa de câmbio; Preço das acções; Vega, *gamma* e correlação em opções; *Commodities*.

A forma de medir o risco de mercado é através do VaR (Value at Risk ou Valor em Risco). Esta metodologia, que é aplicada na sua modalidade de matriz de covariâncias, estima a perda máxima de um investimento/carteira que pode produzir-se face às alterações das condições gerais dos mercados financeiros, com um nível de confiança de 99%, para um horizonte temporal de um dia. Pretende-se, com a medição deste risco, monitorizar as posições próprias do banco limitando as suas perdas, estabelecendo alertas, bem como optimizar rentabilidades ajustadas ao risco.

O risco de mercado da sala de tesouraria é identificado, avaliado e gerido desde a Matriz do Grupo BBVA.

Todas as operações contratadas pelo banco e que estejam sujeitas a risco de mercado contribuem para o cálculo do VaR. O cálculo do VaR e a sua análise são efectuados diariamente. De referir que, mensalmente, é feita uma análise mais em detalhe que permite obter informação mais precisa, de forma a ser discutida em comité próprio.

10 ³ Euros		
VAR	2008	2007
Máximo	453	208
Médio	168	103
Mínimo	57	36
31 Dez	289	91

O modelo parte de uma análise do comportamento histórico dos principais factores de risco de mercado, ou seja, taxas de juro, taxas de câmbio, cotações e volatilidades implícitas de opções. A partir das variações diárias que registaram estas variáveis no passado recente, constrói-se uma matriz de volatilidades e correlações que permite estimar as perdas potenciais futuras para cada factor de risco e para o conjunto de factores.

O cálculo do VaR é elaborado usando a metodologia de Simulação Histórica. Consiste em observar o comportamento das perdas e ganhos que se produziriam na carteira actual, por se terem verificado determinadas condições de mercado para o período histórico em análise (e.g., o último ano) para, perante esta informação, inferir a perda máxima com um determinado nível de confiança.

A unidade de Gestão Global de Riscos de Mercado valida periodicamente os modelos de medição empregues através de backtesting. Comparando os resultados teóricos diários, no pressuposto de que a composição da carteira permanece inalterada, com as estimativas de perda máxima que oferece o VaR, é validado o modelo que assume que o comportamento futuro dos preços de mercado obedece a uma distribuição estatística normal e que é função do passado recente. A aplicação destes testes é ajustada aos standards de validação normalmente aceites.

Adicionalmente, e como complemento das medições de risco efectuadas em condições normais de mercado, realizam-se estimativas periódicas das perdas em que se incorreria se se produzissem situações de comportamento catastrófico.

Para tal, as posições mantidas são submetidas às condições de mercado que se verificaram em situações críticas no passado, bem como a outras situações anormais obtidas a partir de simulações. Estes testes de stress-testing constituem uma

ferramenta suplementar de gestão do risco de mercado que ajuda a avaliar a capacidade do património do Grupo para absorver perdas significativas em cenários de fraca probabilidade.

Risco de juro estrutural

Define-se como Risco de taxa de juro a alteração que se produz na margem financeira e/ou no valor patrimonial da Entidade devido às variações nas taxas de juro.

A Exposição da Entidade a movimentos adversos nas taxas de juro constitui um risco inerente ao desenvolvimento da actividade bancária e, ao mesmo tempo, é uma oportunidade para a criação de valor económico. O risco de taxa de juro deve ser gerido de modo que não seja excessivo em relação aos Fundos Próprios da Entidade, e mantenha uma relação razoável com o resultado esperado.

A gestão, controlo e seguimento do risco de taxa estrutural requer uma estrutura adequada desde o ponto de vista organizativo, com as áreas e comités necessários para desenvolver estas funções e evitar conflitos de interesses com uma adequada segregação de funções.

A periodicidade das análises é trimestral, dada a realidade e dimensão da exposição à risco de taxa de juro e a ferramenta principal é a aprovada pelo Banco de Portugal face à elaboração do Mapa de taxa de juro, sendo os limites fixados em função dos resultados da análise de sensibilidade.

No último teste de esforço as conclusões indicaram que uma variação de + 200pb nas taxas de juro impactavam nos Fundos Próprios numa magnitude de +4.6% dos mesmos.

O impacto acumulado na Margem de Juros, dos instrumentos sensíveis à taxa de juro até um ano, medido de acordo com a instrução 19/2005 do Banco de Portugal, seria de 3.895 mEuros em 31/12/2008.

Risco cambial

A exposição ao risco cambial nas actividades estruturais, derivada principalmente de activos denominados em divisas distintas das que os financiam, é avaliada de forma periódica no COAP. No quadro das políticas de gestão do risco cambial aprovadas neste Comité, são adoptadas as medidas necessárias em cada momento para o seu

atenuamento. No exercício de 2008, não existem valores relevantes a reportar relativamente a este tipo de risco.

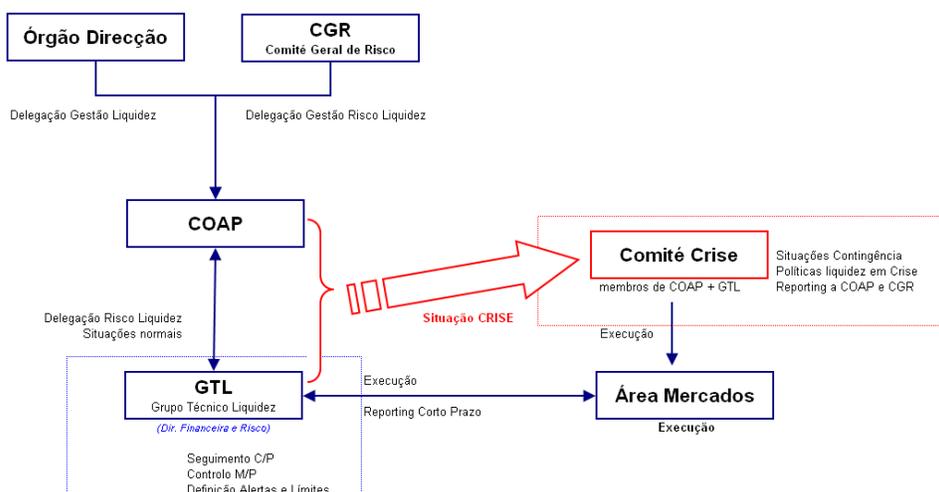
Risco de liquidez

Risco de liquidez é a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da incapacidade da instituição dispor de fundos líquidos para cumprir as suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem.

Em termos práticos define-se como a probabilidade de que a Entidade não tenha a capacidade de fazer face aos seus compromisso de pagamento ou que, para conseguir fazê-lo, tenha que obter fundos em condições penalizadoras.

Estrutura de Gestão

A estrutura de gestão de liquidez é a seguinte:



O Gestão de Risco de Liquidez está baseado em dois indicadores: o rácio de Liquidez e a evolução do fluxo de financiamento do Grupo.

Em relação ao rácio de liquidez, a metodologia de identificação é a usada para o cumprimento dos requisitos de informação do Banco de Portugal para risco de liquidez, e recorre-se de informação da Base de Dados Financeira. Para analisar as tomadas do Grupo é a área de mercados, quem fornece a informação para a Base de Dados Financeira

A identificação e análise da situação de liquidez em relação à evolução do fluxo de financiamento desde o Grupo é realizada numa base diária e o Mapa de liquidez é elaborado numa base mensal.

O BBVA Portugal utiliza como modelo base de análise de risco de liquidez, o que consta em Instrução 1/2000, alterado por Instrução 32/2003 do Banco de Portugal.

Risco operacional

No grupo BBVA o Risco Operacional é objecto de uma definição própria corporativa. Entende-se por Risco Operacional (RO) aquele que pode provocar perdas em resultado de erros humanos, processos internos inadequados ou defeituosos, falhas nos sistemas e em consequência de acontecimentos externos.

O RO caracteriza-se pela ausência de uma área de admissão propriamente dita, como existe em risco de crédito. Qualquer unidade do Banco que esteja envolvida na gestão de processos, está exposta a eventos de risco operacional se não o mitiga convenientemente. A gestão do Risco Operacional no BBVA Portugal faz-se de forma transversal a toda a Organização, através da nomeação de gestores de Controlo Interno e Risco Operacional (CIROs) nas áreas de negócio e apoio do Banco.

A metodologia de gestão do RO no BBVA Portugal assenta na identificação, quantificação, mitigação e controlo das diferentes classes de Risco Operacional e baseia-se numa metodologia corporativa implementada transversalmente no Grupo.

A identificação dos riscos é feita através da ferramenta "Ev-RO". Esta ferramenta utilizada pelo Banco (e pelo Grupo) baseia-se numa metodologia de entrevistas de autoavaliação que, através de técnicas qualitativas identifica, classifica e quantifica riscos operacionais ao nível das unidades de negócio e de suporte.

Depois de identificados os factores de RO, são classificados de acordo com as classes de RO definidas internamente no Banco e posteriormente são quantificados em termos de valor do eventual impacto bem como da frequência estimada.

Uma correcta gestão do risco operacional contribui eficazmente para a criação de valor já que permite reduzir o potencial de perdas e constitui uma vantagem competitiva para o Banco.

6.6 Recursos e Meios

Recursos Humanos

2008 foi o ano da verdadeira consolidação da formação e-learning no BBVA Portugal. Se no ano anterior tinham sido dados os primeiros passos, como por exemplo com a formação MIFID, 2008 caracterizou-se como uma aposta segura neste canal, possibilitando, nomeadamente, a normalização dos conhecimentos na área de seguros de toda a rede comercial, através da Certificação em Mediadores de Seguros Ligados. Importa salientar que esta formação continuará a ser ministrada no futuro, quer às novas incorporações quer a todas os colaboradores que transitem dos Serviços Centrais para a Rede Comercial.

Relativamente à Comunicação Interna, foi implementado na íntegra todo o plano delineado para 2008, nomeadamente:

- Portal de Comunicação Interna “O BBVA Somos Nós”
- Publicação trimestral INSIDE BBVA
- Apresentação mensal de uma área do Banco aos restantes colectivos, “Á Descoberta do BBVA”
- Publicação do Bom Dia com conteúdos próprios, facultados pelas diferentes áreas do BBVA Portugal

Foi igualmente um ano em que se apostou fortemente na comunicação com os colaboradores, procurando aquilatar as suas necessidades e expectativas, tendo-se para o efeito realizado 214 entrevistas de gestão.

Operações

Este ano procedeu-se ao refinamento do processo de automatização e centralização operativa, processo iniciado no ano anterior, com forte aposta na reengenharia de processos que permitiram uma maior eficiência operativa, controlo e qualidade de serviço.

Transformação e Produtividade

A Área de Transformação e Produtividade, durante o ano de 2008, levou a cabo não só o estudo como também a implementação, de um conjunto de regulamentos internos, com vista a uniformização do modelo de funcionamento das estruturas organizativas que compõem o BBVA Portugal.

A regulamentação dos processos de criação, manutenção, revogação e difusão dos conteúdos normativos internos revelaram-se, em especial neste exercício, como compromissos básicos assumidos pelas diferentes unidades organizativas, que resultaram numa maior transparência e num aumento significativo da eficácia nos processos, factores essenciais para o desempenho das suas actividades.

Por outro lado, a consecução contínua da revisão dos processos, materializada pela procura constante de modelos mais produtivos, mais flexíveis e ainda mais eficientes, vêm-se revelando como um elemento chave no posicionamento organizacional e estratégico, posicionando o BBVA Portugal cada vez mais próximo das expectativas dos seus Clientes.

Informática

Tendo como modelo e estratégia, o apoio ao negócio com especial incidência no aumento dos benefícios, na redução dos custos, na gestão da mora e na mitigação do risco operacional, foram desenvolvidos diversos sistemas de informação:

- Receitas (Crédito Hipotecário, Custódia de Valores, Factoring e Forfaiting, Cartões EMV e Crossborder Misto, etc.)
- Controlo rigoroso do orçamento de Gastos e Investimentos, associado aos projectos de eficiência
- Ferramentas de seguimento e controlo de risco, com o objectivo de reduzir as provisões específicas
- Ferramenta de controlo centralizada de processos deslocalizados

Procedeu-se à substituição e modernização do parque de equipamento tecnológico com vista a uma melhor eficiência energética e capacidade funcional. Também no âmbito tecnológico foram implementadas novas ferramentas de mobilidade para facilitar o trabalho dos colaboradores do Banco, quer na sua actividade comercial interna como externa.

Administração de Rede

Constituiu também, uma vertente fulcral na actividade do Departamento, o acompanhamento e formação preventiva e correctiva à Rede de Balcões, no âmbito dos procedimentos operativos, comerciais e de redução da carga administrativa por via da sua centralização ou automatização, com o objectivo de aumentar a produtividade comercial e a eficiência operativa.

Compras Imóveis Serviços

Actividade desenvolvida com forte impacto na redução de custos de serviços de terceiros, melhoria de equipamento e instalações dos edifícios Sede, Castilho e Agências, nomeadamente para aumentar a qualidade e comodidade da utilização dos locais de trabalho. Foram iniciados estudos e implementados programas de eco-eficiência no âmbito da poupança de energia e da redução de uso de papel.

-

7.

Actividade das Empresas Subsidiárias e Consolidação

7. ACTIVIDADE DAS EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO

- **Consolidação Integral**

7.1 BBVA GEST – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.

Activo Líquido	6.842.476 €
Situação Líquida	6.319.684 €
Capital Social	1.000.000 €
Resultado Líquido	1.354.135 €
Participação do BBVA	100%

A BBVA Gest iniciou o ano de 2008 com uma quota de mercado de 2,33%, tendo, em 31/12/2008 uma quota de mercado de 1,74%.

No primeiro semestre de 2008 a BBVA Gest procedeu à fusão dos fundos BBVA Misto (incorporante) e BBVA Multifundo Equilibrado – FF (incorporado) tendo alterado a denominação do fundo incorporante para BBVA Flexível.

Em 30/05/2008 foi liquidado o FCG Extra 5 Acções, cumpridos os requisitos previstos nos documentos constitutivos do fundo. No segundo semestre de 2008 destaca-se o vencimento dos Fundos de Capital Garantido Ibex BBVA e do Fundo de Capital Garantido Duplo 8 BBVA, ambos liquidados por decurso do prazo para o qual foram constituídos.

A 31 de Dezembro de 2008, os activos sob gestão e administração da BBVA GEST totalizaram 249 milhões de euros.

	Património (euros)	
	31.12.2007	31.12.2008
BBVA CASH - FT	80 553 477.090	28 187 520.670
BBVA LIQUIDEZ FT	59 970 589.940	13 138 475.850
FUNDO DE TESOURARIA EURO		
BBVA TAXA FIXA EURO	1 317 825.700	854 179.690
FUNDO OBRIGAÇÕES TX FIXA EURO		
BBVA TAXA VARIÁVEL	35 761 562.370	8 727 482.060
FUNDO OBRIGAÇÕES TX INDEXADA EURO		
BBVA PPA	7 755 652.390	2 515 655.780
FUNDO ÍNDICE		
BBVA FLEXÍVEL	1 849 218.580	2 410 763.460
FUNDO MISTO PREDO.OBRIGAÇÕES		
BBVA BOLSA EURO	20 360 040.490	5 792 102.000
FUNDO ACÇÕES EURO		
BBVA M.F.EQUILIBRADO	3 105 951.250	Incorporado pelo BBVA Flexível em 08-02-02
FUNDO DE FUNDOS		
FCG EXTRA 5 BBVA	42 918 393.550	38 794 252.630
FCG IBEX BBVA	24 910 119.530	Liquidado 08-10-23
FCG IBEX BBVA II	9 639 124.290	7 231 803.810
FCG RANKING PLUS	24 228 059.990	18 691 754.670
FCG EXTRA 5 ACÇÕES	8 885 800.040	Liquidado 08-05-30
FCG 100 IBEX POSITIV	18 762 094.710	12 359 653.260
FCG TOP DIVIDENDO	26 707 413.270	18 247 457.710
FCG TOP DIVIDENDO II	7 764 400.850	5 938 637.690
FCG EURO CONSOLIDADO	20 350 757.750	15 647 067.200
FCG DUPLO 8 BBVA	14 319 849.350	Liquidado 08-08-25
FCG BBVA EUROPA MÁX	10 213 738.800	7 797 805.950
FUNDO CAPITAL GARANTIDO		
BBVA IMOBILIÁRIO FEI	68 413 965.310	33 285 804.680
BBVA M.ALTERNATIVO	20 374 583.690	5 566 765.740
BBVA GFTT - FEI	75 838 948.450	21 502 236.360
FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO		
BBVA G.DIN.FLEXÍVEL	12 603 054.910	1 139 659.590
FUNDO FLEXÍVEL		
BBVA MULT.DINÂMICO	3 410 776.780	1 301 111.520
FUNDO DE FUNDOS DE ACÇÕES		
Activos sob Gestão	600 015 399	249 130 190
Variação	-17.28%	-58.48%

7.2 BBVA LEASIMO – Sociedade de Locação Financeira, S.A.

Activo Líquido	42.861.876 €
Situação Líquida	10.332.578 €
Capital Social	7.500.000 €
Resultado Líquido	110.511 €
Participação do BBVA	100%

A deliberação de reduzir a actividade comercial da BBVA Leasimo, já que a mesma é realizada, desde meados de 2005, no balanço do BBVA Portugal, focando-se a empresa na gestão da carteira actual de clientes, constitui o factor explicativo da inexistência de novos contratos.

A redução da actividade comercial, com a sua conseqüente transferência para o balanço do BBVA Portugal, reflecte-se numa quebra do Activo Total que registou, no final do ano, o valor de € 42.861.876, valor inferior em 23% ao observado no ano anterior. O Resultado Líquido que, neste exercício, foi de € 110.511, apresentou uma variação negativa de 86,1%.

7.3 Invesco Management nº1, S.A.

Activo Liquido	10.479.450 €
Situação Liquida	9.984.376 €
Capital Social	16.212.000 €
Resultado Liquido	- 959.642 €
Participação do BBVA	100%

O BBVA adquiriu, em Julho de 2006, a sociedade Invesco Management nº1, sociedade de serviços auxiliares com sede no Luxemburgo. Por sua vez, esta sociedade constituiu a sociedade Invesco Management nº2, na qual detém uma participação de 96,88%, e que se dedica à gestão de créditos hipotecários em contencioso.

7.5 BBVA FUNDOS – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Activo Liquido	5.483.340 €
Situação Liquida	4.954.018 €
Capital Social	1.000.000 €
Resultado Liquido	1.635.522 €
Participação do BBVA	100%

Fundos Sob Gestão:	Uni: mil euros
---------------------------	----------------

Fundos Pensões Grupo BBVA	198.074
Fundo Pensões Credit	81.274
Fundo Pensões BBVA PPR	37.567
Fundo Pensões BBVA Solidez PPR	11.368
Fundo Pensões CVI PPR	1.671
Fundo Pensões Aberto BBVA Protecção 2015	12.688
Fundo Pensões Aberto BBVA Protecção 2020	6.408
Fundo Pensões Aberto BBVA PME's	2.913

A BBVA Fundos assume-se como a área instrumental do Grupo BBVA Portugal orientada ao negócio de pensões, inserindo-se assim na área de serviços de previsão social. A gestora possui duas linhas de negócio, área de empresas e de particulares, oferecendo produtos vocacionados para cada uma das mesmas.

A BBVA Fundos encerrou o exercício com um volume de activos sob gestão de 352 milhões de Euros, com uma diminuição de 4% em relação ao ano anterior.

Igualmente segundo dados do ISP, a BBVA Fundos manteve a posição no ranking de entidades gestoras a operar no mercado português, num universo de 28 operadores, mais um do que em 2007, com uma quota de mercado actual de 1,74%, o que representou um acréscimo em relação à quota do ano anterior, que foi de 1,64%. Ocupa a 9ª posição no ranking global, mantendo-se como a primeira a surgir logo após as gestoras associadas aos grupos bancários e financeiros locais dominantes.

Em termos de linhas de negócio, a BBVA Fundos possui actualmente sob sua gestão 8 fundos de pensões, dos quais 3 são do tipo poupança reforma, 2 pertencem à categoria de fundos fechados e os restantes 3 à de fundos de pensões abertos.

Em 2008 a BBVA Fundos manteve a sua orientação comercial muito focada na comercialização de Fundos Abertos, com a continuação de um ênfase particular nos fundos Protecção 2015 e 2020, reconhecidos de forma geral como produtos com características que possibilitam um planeamento eficaz de um complemento de reforma, com o objectivo de atenuar as alterações introduzidas pela Reforma da Segurança Social, tendo-se observado, inclusivamente, um crescimento de 24%, relativamente ao ano de 2007, contrariando a tendência do mercado em geral, onde se assistiu a uma forte queda nos valores sob gestão.

Os objectivos para o ano de 2009 mantêm-se ambiciosos, com uma estratégia comercial que passa pelo crescimento nos valores captados, fundamentalmente ao nível das adesões individuais, mas também na aposta de uma crescente presença junto das empresas, tendo em conta que as alterações produzidas no regime de Segurança Social, através da antecipação das regras de cálculo das reformas e consequente expectativa de diminuição destas, levarão inevitavelmente a mudanças profundas no sistema de pensões em Portugal, às quais as empresas não poderão deixar de estar atentas, pelas importantes repercussões junto dos seus trabalhadores.

8.

Análise Económico-Financeira do Grupo

8. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DO GRUPO

As demonstrações financeiras consolidadas reflectem as contas do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A., na qualidade de empresa-mãe e as das suas subsidiárias, empresas onde o BBVA detém o controlo ou o poder de gerir as respectivas políticas financeiras e operacionais. As demonstrações financeiras das subsidiárias são consolidadas pelo método integral.

A análise económica e financeira ao nível de Grupo (Consolidado) assume um carácter muito mais expressivo na medida em que as diferentes subsidiárias desenvolvem uma actividade centrada exclusivamente nos produtos correspondentes à sua especialidade, e que se integram na gama de produtos e serviços que o banco proporciona aos seus clientes.

Sendo entidades distintas do banco tanto por imperativo legal como por razões de especialização, estas sociedades actuam em estreita colaboração com as diferentes áreas do banco e dependem da sua rede de distribuição, pelo que só a análise do conjunto permite revelar os resultados alcançados por essa conjugação de actividades.

De acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002 e com a sua transposição para o ordenamento jurídico português, através do Aviso 1/2005 do Banco de Portugal de 21 de Fevereiro, o BBVA elabora as suas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

Introdução - Condicionantes da actividade

Em 2008, ano marcado pela crise financeira internacional, os mercados financeiros sofreram fortes perturbações, com descidas generalizadas das cotações bolsistas e aumentos da volatilidade. Neste cenário, as autoridades governamentais e os bancos centrais desenharam planos de intervenção para revitalizar a economia e estabilizar os seus sistemas financeiros, facilitando liquidez e saneando entidades financeiras afectadas. Adicionalmente, as condições macroeconómicas deterioraram-se e, em

Portugal, a actividade económica estagnou, condicionada por uma quebra significativa do investimento e por uma forte desaceleração das exportações.

O sector bancário em Portugal foi também afectado, principalmente no que respeita à dificuldade de financiamento nos mercados internacionais e à desvalorização das suas carteiras de participações financeiras. Igualmente afectadas são os seus resultados provenientes de operações financeiras e de comissões. A dificuldade no acesso ao financiamento e o aumento dos respectivos custos, provocaram um abrandamento na procura de crédito ao longo de 2008. Em contrapartida assistiu-se a um aumento dos recursos de clientes em balanço, quer pela crescente aversão ao risco, quer pela remuneração mais atractiva deste tipo de aplicações.

Apesar de afectado negativamente na sua rendibilidade e solvabilidade, o sistema bancário português não se encontra muito exposto ao sector da construção, nem ao risco de sofrer de uma bolha no mercado imobiliário. Positivamente também contribui o facto de estar apenas marginalmente sujeito a veículos especiais de investimento.

Não obstante, a instabilidade que grassa nos mercados financeiros permite perspectivar algumas dificuldades acrescidas no curto prazo.

Em 2008 foi visível a desaceleração do crédito interno, principalmente a partir do segundo semestre. Segundo dados do Banco de Portugal o crescimento anual do crédito ao sector não monetário, exceptuando a Administração Pública (ajustado pelos efeitos de titularização), registou um crescimento de 7,7% em Dezembro, valor que compara com 10,7% em Dezembro de 2007, reflectindo principalmente a evolução menos dinâmica do crédito a particulares. O financiamento a particulares apresenta uma forte desaceleração (4,6% em Dezembro de 2008 face a 9,0% em Dezembro de 2007), quer na vertente habitação, que apresenta um crescimento de 4,3% em Dezembro de 2008, valor que compara com 8,5% em Dezembro de 2007, quer no crédito ao consumo e a outros fins que registou, segundo o Banco de Portugal, um crescimento homólogo de 6,1% em Dezembro de 2008, face a um crescimento de 11,3% em Dezembro de 2007. No crédito a sociedades não financeiras também se verificou uma desaceleração, passando de um crescimento homólogo de 11,2% em Dezembro de 2007 para 10,6% em Dezembro de 2008.

Com o aumento da instabilidade e incerteza nos mercados financeiros, e reflectindo a deterioração da capacidade financeira das famílias e das empresas, já de si altamente endividadas, aumentaram os níveis de incumprimento que se fixaram, segundo dados do Banco de Portugal relativos ao primeiro semestre de 2008 em, respectivamente, 2,14 % em Setembro (face a 1,73% em Dezembro de 2007), e 2,13% (que compara com 1,80% em Dezembro do ano anterior). É expectável que, com a deterioração da situação económica, estes valores apresentem uma tendência de subida.

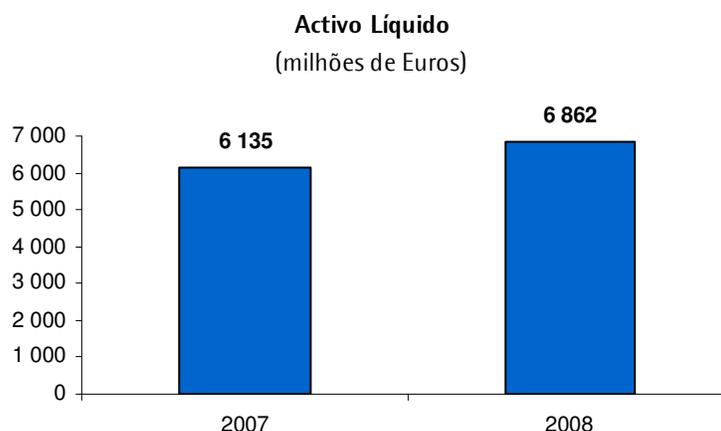
Assistiu-se a uma evolução muito positiva na captação de depósitos. Os depósitos que mais contribuíram para esta evolução foram, segundo o Banco de Portugal, os depósitos de particulares residentes, que cresceram, em Junho e em termos anuais, 12%, face a um crescimento de 8% anual em Dezembro de 2007. Esta progressão denota, do lado da oferta, uma estratégia mais agressiva com condições financeiras mais atractivas, reflectindo a dificuldade de financiamento da banca no mercado por grosso e, do lado da procura, uma preferência por produtos sem risco, numa altura de elevada volatilidade dos mercados e de reduzida confiança.

Neste contexto, caracterizado por uma grave crise financeira internacional, o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal) permanece fiel à sua política de negócio, baseada na máxima prudência e alicerçada numa relação comercial de proximidade, conhecimento e confiança.

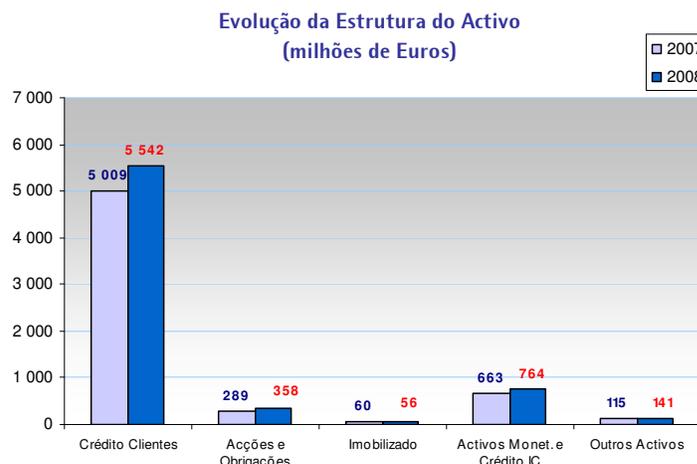
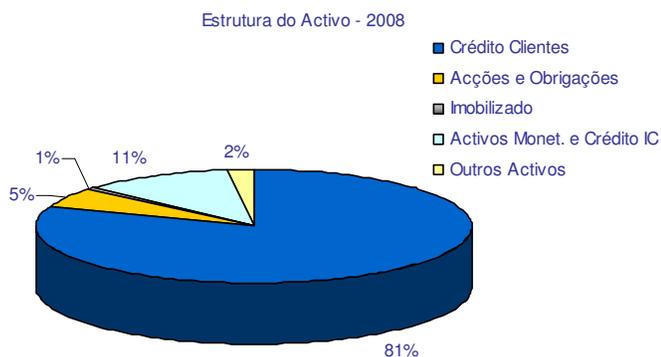
Actividade

Activo

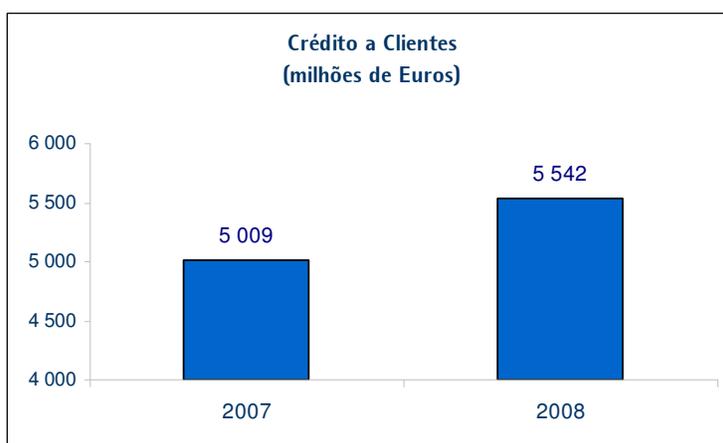
No final de 2008 o Activo Líquido consolidado do BBVA ascendia a 6.862 milhões de euros, o que traduz um acréscimo de 11.8% face ao ano anterior, mais 727 milhões de euros .



Este crescimento assenta essencialmente no comportamento da carteira de crédito, mais 534 M.€, da carteira de activos financeiros disponíveis para negociação, mais 161 M.€ e das aplicações em instituições de crédito, mais 102 M.€. Ao analisarmos a estrutura do Activo, 81% do seu valor corresponde a Crédito a Clientes, o que traduz uma diminuição do seu peso relativo em cerca de 1%. Evolução contrária sofreu a componente Acções e Obrigações, que passou a apresentar um peso relativo de 5%, face aos 4% do ano transacto.



O crédito concedido a clientes atingiu 5.542 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2008, registando um crescimento de 10,7% face a idêntico período do ano anterior.



No quadro seguinte, que representa a repartição do crédito por segmentos, verifica-se que o Crédito a Empresas, que apresentou, em 2009, um crescimento de 16,2%, representa 60,3% do Crédito Total enquanto que o Crédito a Particulares, que contribui

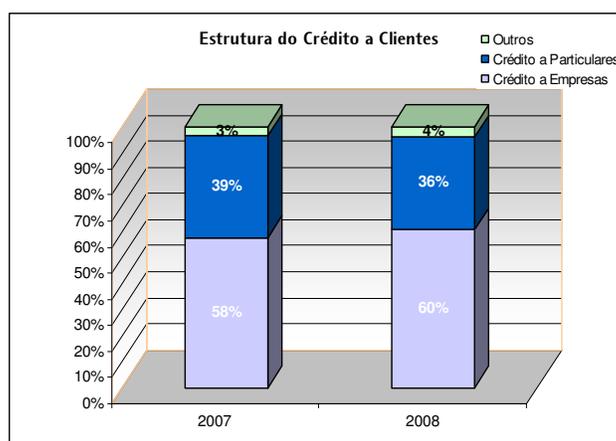
com 35,7% para a carteira de crédito, teve um ligeiro aumento de 26 M€, registando um acréscimo de 1,3%.

Unidade: milhares de euros

CRÉDITO POR SEGMENTOS	2008		2007		Var 08/07(%)
		%		%	
Crédito a Empresas	3.379.865	60,3	2.907.492	57,6	16,2
Crédito a Particulares	1.998.356	35,7	1.972.237	39,0	1,32
• Crédito Habitação	1.847.512	33,0	1.752.534	34,7	5,4
• OutroCréditoa Particulares	150.844	2,7	219.703	4,3	-31,3
Outros Créditos	224.385	4,0	173.205	3,4	29,5
Total do Crédito (bruto)	5.602.606	100,0	5.052.934	100,0	10,9

No crédito a particulares, salienta-se, uma vez mais, o desempenho de um segmento considerado prioritário, o do crédito à habitação. Apesar de apresentar uma desaceleração no seu ritmo de crescimento, este segmento apresente uma evolução superior à do mercado. aumentando 5,4% face a idêntico período do ano anterior e ascendendo a 1.848 milhões de euros em Dezembro de 2008. Este segmento representa 33% do crédito total concedido.

Em contrapartida o crédito ao consumo apresentou uma forte desaceleração, em consequência do difícil enquadramento macro económico.



O crescimento do Crédito foi acompanhado por criteriosas políticas de concessão de crédito e medidas adicionais de prudência, atendendo ao difícil enquadramento económico e financeiro. Apesar de ser visível um aumento da sinistralidade, o rácio de crédito vencido, calculado de acordo com a Carta Circular 99/03 de 5 de Novembro do Banco de Portugal, continua a situar-se em níveis confortáveis, quando comparado com o sector, atingindo 0,63% em 2008, valor que era de 0,42% em 2007.

O montante de crédito vencido atingiu 35.416 milhares de euros em Dezembro de 2008. Este valor compara com 21.002 milhares de euros em idêntico período do ano anterior e traduz um acréscimo de 68,6% . O grau de cobertura de crédito vencido evoluiu de 232,4% no ano de 2007 para 170,1% em Dezembro de 2008.

Unidade: milhares de euros

CRÉDITO E JUROS VENCIDOS	2008	2007	Var (%)
Crédito e juros vencidos	35.416	21.002	68,6
Mais de 90 dias (a)	28.134	18.259	54,1
Crédito Cobrança duvidosa reclassif. como vencido (b)	10.239	1.212	744,7
Crédito em incumprimento(a+b)	38.373	19.471	97,1
Crédito vencido/Crédito total	0.63%	0.42%	0,21%
Mais de 90 dias/Crédito total	0.50%	0.36%	0,14%
Crédito em incumprimento/Crédito total	0.68%	0.39%	0,29%
Cobertura do crédito vencido	170.1%	232,4%	-62,3%
Cobertura do crédito vencido há mais 90 d.	214.1%	267,3%	-53,2%
Cobertura do crédito em incumprimento	157.0%	250,7%	-93,7%

Se considerarmos exclusivamente o crédito vencido há mais de 90 dias, estes indicadores passam, em 2008, para 0,50%, no que respeita ao rácio relativo ao crédito total e a 214,1% no que concerne ao rácio de cobertura.

Ao efectuar a análise do crédito concedido por prazo de vencimento verifica-se que 33,1% estão concentrados no escalão de prazo mais curto, até três meses, ou no prazo mais longo, onde a concentração é de 41,8%. A evolução verificada em 2008 face ao ano anterior traduz um aumento de concentração nos prazos mais curtos. De referir igualmente que, no final de 2008, o crédito contratado a mais de um ano correspondia a 53,7% do total de crédito concedido.

Unidade: milhares de euros

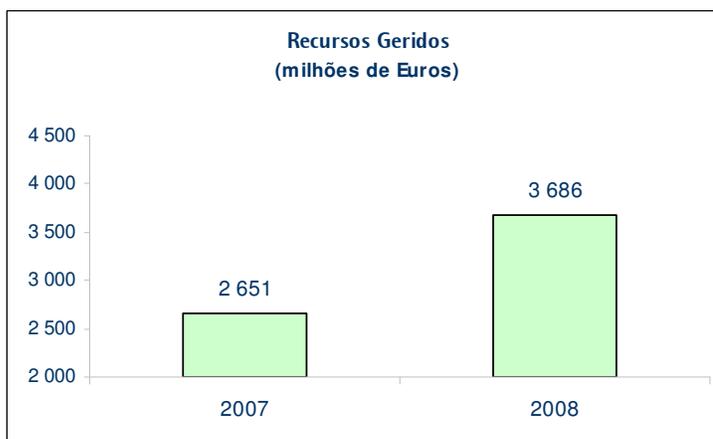
CRÉDITO POR PRAZO VENCIMENTO	2008	%	2007	%	Var (%)
Até 3 meses	1.853.259	33,1	1.172.126	23,2	58,1
De 3 meses a 1 ano	704.343	12,6	671.525	13,3	4,9
De 1 a 5 anos	669.422	11,9	851.560	16,9	-21,4
Mais de 5 anos	2.341.398	41,8	2.336.721	46,2	0,2
Vencidos	34.184	0,6	21.002	0,4	62,8
Total do Crédito (bruto)	5.602.606	100,0	5.052.934	100,0	10,9

Recursos de Clientes

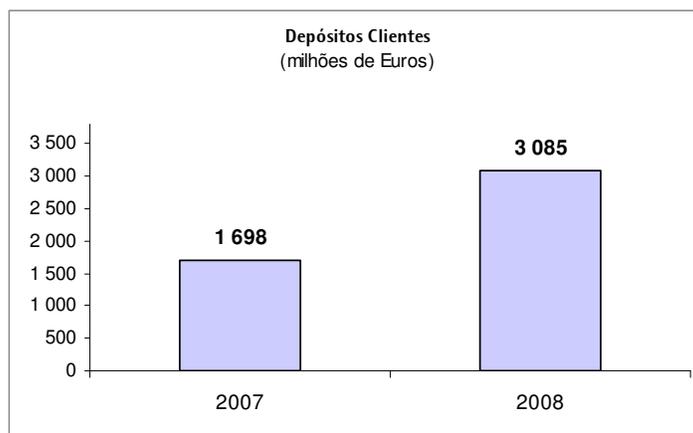
Os recursos totais de clientes (dentro e fora de balanço), apresentaram um crescimento de 39,1% em 31 de Dezembro de 2008.

RECURSOS GERIDOS	2008	2007	Var %
Depósitos de Clientes	3.085.256	1.697.726	81,7
Fundos de Investimento	249.130	602.375	-58,6
Outros Recursos fora de Balanço	351.962	350.726	0,4
Total de Recursos Geridos	3.686.348	2.650.827	39,1

Penalizados pelo ambiente volátil e negativo dos mercados financeiros, os Fundos de Investimento apresentaram uma evolução negativa de 58,6%.

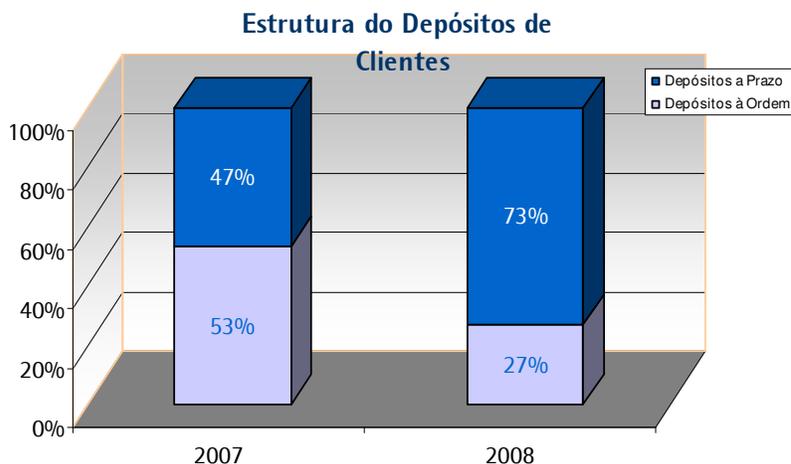


Já o comportamento dos Débitos para com Clientes foi marcado por uma significativa recuperação face ao ano anterior. Assim, em 31 de Dezembro de 2008, o valor dos Depósitos de Clientes , atingia 3.085 milhões de euros, mais 1.388 milhões do que em 2007. Mesmo em base comparável (expurgando o efeito do depósito da Luxinvest, entidade do Grupo BBVA), a evolução dos depósitos foi muito positiva, apresentando um crescimento de 16,6%.



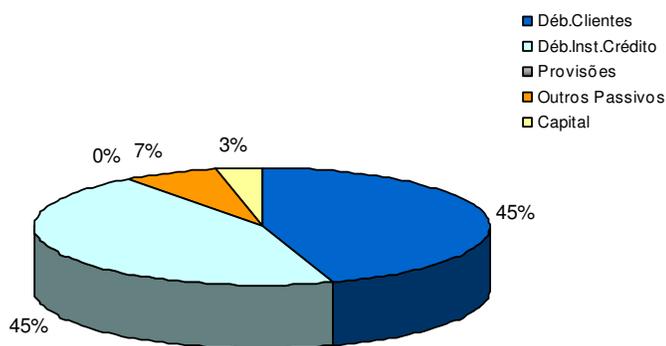
A evolução positiva dos Depósitos foi essencialmente suportada por um crescimento dos Depósitos a Prazo, que apresentaram uma evolução positiva de 184,7%. Esta evolução está associada ao depósito da Luxinvest. No entanto, mesmo excluindo este efeito, o aumento desta componente é assinalável, mais 45,4%. Este comportamento traduz-se, quando se analisa a estrutura dos Depósitos, num aumento do peso relativo

dos Depósitos a Prazo, que passaram a representar 73% no total dos Depósitos. Os Depósitos à Ordem, apresentaram um decréscimo de 8,5%.

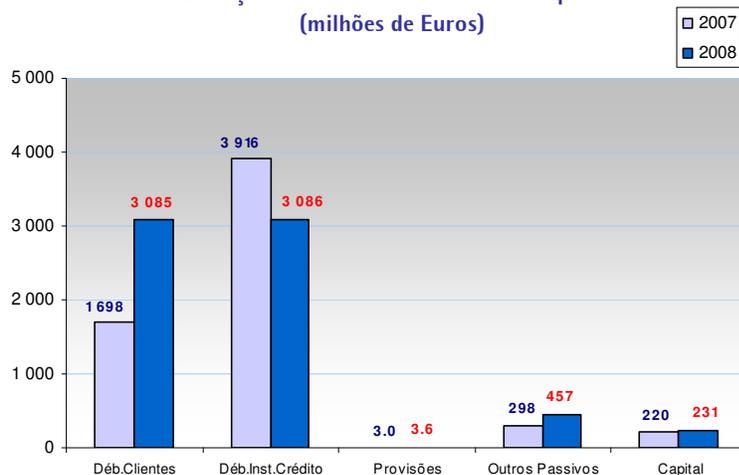


Associado ao expressivo aumento dos recursos obtidos de Clientes com expressão no balanço assistiu-se a uma diminuição do rácio de transformação desses recursos em Crédito, passando esse rácio a registar um valor de 180% em 2008.

Estrutura do Passivo e Capital - 2008



Evolução da Estrutura do Passivo e Capital (milhões de Euros)



Relativamente à estrutura de financiamento, os recursos provenientes de débitos junto de Instituições de Crédito representavam 45% do total de recursos (64% em 2007), percentagem idêntica à dos recursos provenientes de Depósitos de Clientes (28% no

período homólogo). O financiamento obtido por via das Instituições de Crédito foi efectuado quase totalmente por débitos a prazo, ou com pré-aviso, cerca de 98%.

Análise da Conta de Resultados

2008 foi um ano particularmente difícil e marcado pela crise financeira internacional. Não obstante, o BBVA Portugal manifestou um desempenho positivo na gestão da sua actividade. O Resultado foi influenciado favoravelmente pelo dinamismo da actividade comercial, por uma criteriosa gestão de spreads e por uma rigorosa racionalização de gastos. No entanto, com o agudizar da crise nos mercados financeiros, os resultados em comissões e operações financeiras, sofreram uma forte deterioração. Foi igualmente necessário proceder ao reforço da imparidade em virtude da deterioração da conjuntura económica nacional e internacional e da expansão da carteira de crédito. Estes factos determinam que o Resultado Líquido apresente um decréscimo de 31.8% face ao registado em idêntico período de 2007. Os resultados fixaram-se assim em 16,2 milhões de euros, face aos 23,8 milhões de euros do ano transacto.

Conta de Resultados	31-Dez-08	31-Dez-07	Abs	Δ%
(+) Juros e rendimentos similares	451 894	308 544	143 350	46.5%
(-) Juros e encargos similares	369 095	229 916	139 179	60.5%
(=) Margem Financeira	82 800	78 628	4 171	5.3%
(+) Rend. de Capital (Dividendos)	366	396	-29	-7.4%
(+) Result.Serviços e Comissões	27 832	34 402	-6 570	-19.1%
(+) Outros Resultados Exploração	9 724	24 754	-15 030	-60.7%
(=)Produto Bancário	120 723	138 180	-17 458	-12.6%
(-) Custos c/ Pessoal e Administrativo	75 055	91 266	-16 211	-17.8%
(-) Amortizações	3 990	4 571	-581	-12.7%
(-) Provisões e Imparidade	22 181	17 828	4 352	24.4%
(=) Resultado Bruto antes de Impostos	19 497	24 516	-5 018	-20.5%
(-) Impostos s/lucros	3 251	-911	4 161	-456.9%
(-) Impostos correntes	1 486	3 599	-2 113	-58.7%
(-) Impostos diferidos	1 764	-4 510	6 274	-139.1%
(=)Resultado Líquido	16 247	25 426	-9 180	-36.1%
(-)Interesses Minoritários	0	1 600	-1 600	-100.0%
(=)Resultado Atribuível	16 247	23 826	-7 580	-31.8%

Margem Financeira

Em 2008 a Margem de Intermediação constitui o principal pilar de obtenção de resultados. Em virtude do efeito volume, como resultado, principalmente, do aumento do crédito concedido e de uma gestão adequada da progressão das taxas de juro, a margem de intermediação alcançou os 82,8 milhões de euros e cresceu 5,3%, contrariando o efeito negativo de condições mais adversas de obtenção de funding e de maior concorrência na captação de depósitos.

Comissões

As comissões, que ascenderam a 27,8 Milhões de euros, apresentaram um valor inferior ao do ano anterior, -19,1%. A sua evolução foi afectada negativamente pela significativa redução de actividade no mercado de capitais, pelo aumento de aversão ao risco e pela conseqüente menor apetência por produtos de poupança alternativos, como os fundos de investimento.

Unidade: milhares de euros

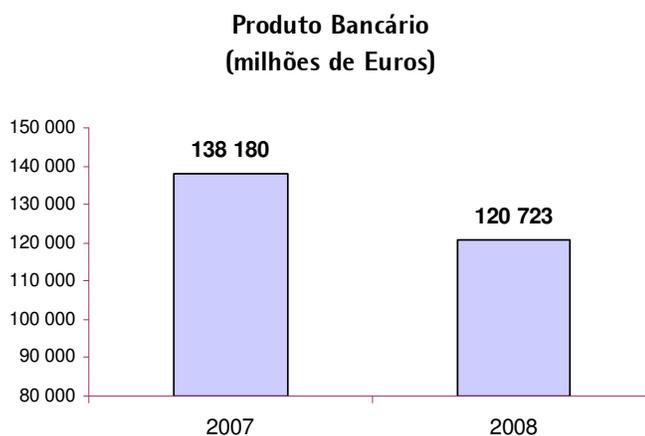
COMISSÕES LÍQUIDAS	2008	%	2007	%	Var (%)
De Operações de Crédito	3.033	10,9	2.591	7,5	17,1
De Garantias e Avais	-381	-1,4	242	0,7	n.a.
De Cobrança e Pagamento	6.512	23,4	6.434	18,7	1,2
De Gestão de Activos	11.825	42,5	14.690	42,7	-19,5
De Manutenção de Contas	3.622	13,0	5.397	15,7	-32,9
Outras	3.221	11,6	5.048	14,7	-36,6
Total	27.832	100,0	34.402	100,0	-19,1

Ao analisar a composição das comissões salienta-se o bom comportamento das comissões de Operações de Crédito que, representando 10,9% do total das comissões, cresceram 17,1% e a ligeira progressão das comissões de Cobrança e Pagamento que aumentaram 1,2% e representam 23,4% das comissões totais. Esta progressão não foi,

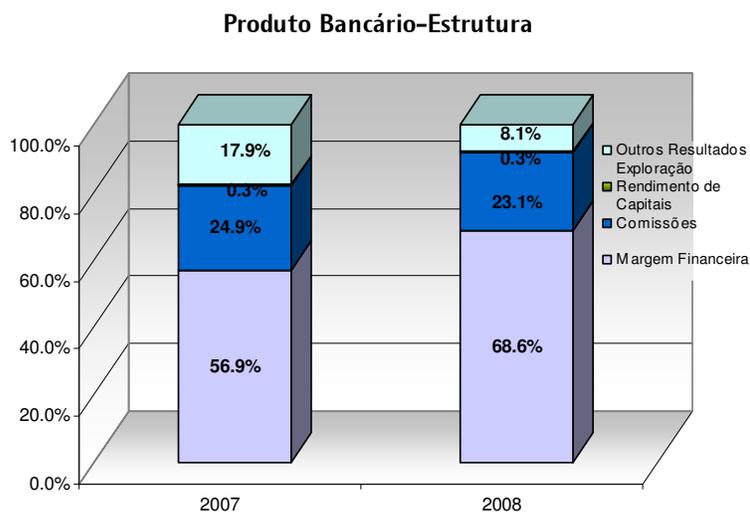
no entanto, suficiente para compensar a redução das comissões de Gestão de Activos que, sendo a parcela mas importante das comissões, caíram 19,5%.

Produto Bancário

O Produto Bancário ascendeu a 120.723 milhares de euros, valor que representa uma evolução negativa de 12,6% face a 2007.



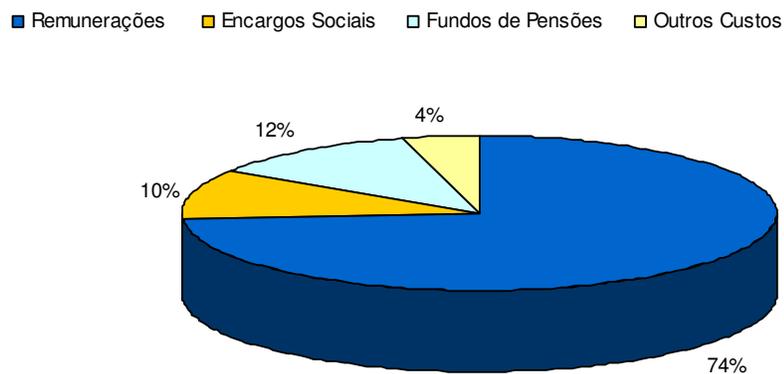
Para esta evolução contribuiu negativamente o comportamento já referido das Comissões e a da componente Outros Resultados de Exploração que, com menos 15,0 Milhões de euros face ao período homólogo, reflecte a comparação com o efeito, ocorrido em 2007, da alienação da participação do BBVA na BBVA Instituição Financeira de Crédito S.A, efeito esse cujo valor foi de 11,4 Milhões de euros.



Custos de Estrutura

Os Custos de estrutura elevaram-se a 79 Milhões de euros, menos 17,5% do que em 2007. O processo de reorganização do quadro de colaboradores, ocorrido no ano transacto e que implicou reformas antecipadas, explica, em larga medida, a redução de custos com pessoal, que diminuíram 10,9 milhões de euros, ascendendo a 48,4 milhões de euros, valor que compara com 59,3 milhões de euros dispendidos em 2007.

Custos com Pessoal 2008



A parte correspondente a remunerações continuou a ser a componente mais significativa, representando 74% do total dos custos de pessoal no final de 2008.

Em virtude de uma política de racionalização e transformação de estruturas levada a cabo neste exercício, foi visível a contenção dos Outros Custos Administrativos, que totalizaram 26,6 milhões de euros, menos 16,6% do que o valor registado em igual período do ano anterior.

Unidade: milhares de euros

OUTROS CUSTOS ADMINISTRATIVOS	2008	%	2007	%	Var (%)
Fornecimento de Terceiros	1.880	7,1	2.199	6,9	-14,5
Rendas e Alugueres	3.462	13,0	3.994	12,5	-13,3
Comunicações, Despesas .Expedição	3.717	14,0	3.750	11,7	-0,9
Desloc.Estrangeiro e Representação	1.290	4,8	1.408	4,4	-8,4
Publicidade e Publicações	1.569	5,9	2.413	7,6	-35,0
Avenças e Honorários	1.024	3,8	1.539	4,8	-33,5
Conservação e Reparação	810	3,0	1.362	4,3	-40,5
Seguros	395	1,5	2.285	7,2	-82,7
Judiciais, Contencioso,Notariado	527	2,0	727	2,3	-27,5
Trabalhos Especializados	4.871	18,3	8.070	25,3	-39,6
Outros serviços de Terceiros	7.101	26,6	4.200	13,0	69,1
Total	26.646	100	31.947	100	-16,6

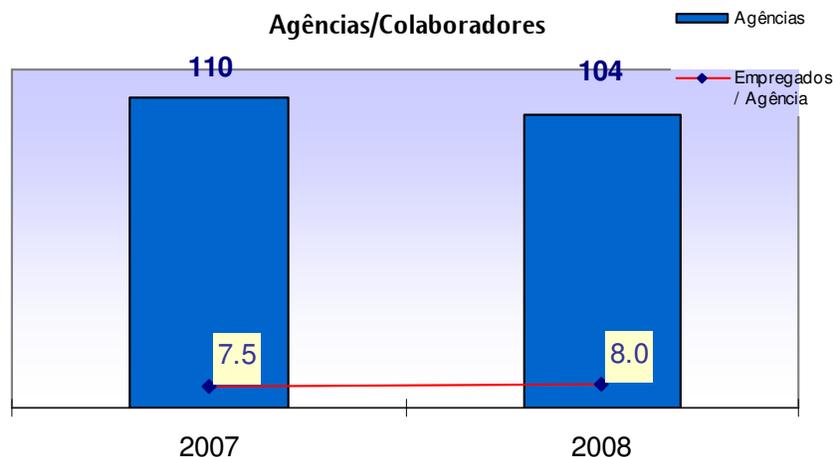
A diminuição dos Custos de Estrutura reflectiu-se positivamente no rácio de eficiência, entendido como a percentagem do produto bancário consumida pelos referidos custos , que se fixou em 65,5%. Não considerando os gastos com Amortizações, este rácio seria de 62,2%.

Unidade: milhares de euros

CUSTOS DE ESTRUTURA	2008	%	2007	%	Var (%)
Custos com Pessoal (a)	48.409	61,3	59.318	61,9	-18,4
Outros Custos Administrativos (b)	26.646	33,7	31.947	33,3	-16,6
Custos de Funcionamento (a+b)	75.055	95,0	91.265	95,2	-17,8
Amortizações (c)	3.990	5,0	4.571	4,8	-12,7
Custos de Estrutura (a+b+c)	79.045	100,0	95.836	100,0	-17,5
Custos de Pessoal em % Produto Bancário (*)	40,1%		42,9%		
Custos de Funcionamento em % Produto Bancário	62,2%		66,0%		
Custos de Estrutura em % Produto Bancário (*)	65,5%		69,36%		

(*) calculado de acordo com a instrução nº16/2004,

O número de funcionários do Banco apresentou um ligeiro acréscimo, fixando-se o seu número, no final de 2008, em 834.



O Resultado Líquido em 2008 ascende a 16,2 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 7,6 milhões de euros face a 2007.

A rentabilidade bruta média dos capitais próprios (ROE), em termos anualizados, foi de 8,9%, valor que compara com 11,4% no período homólogo. Por sua vez, a Rentabilidade bruta do Activo médio (ROA) foi de 0,29% em 2008 face a 0,42% em 2007.

Seguindo a Instrução Nº 16/2004 do Banco de Portugal, os indicadores de rentabilidade em Dezembro de 2008 e os correspondentes ao período homólogo do ano anterior, são os seguintes:

RENDIBILIDADE	%	
	2008	2007
Resultado antes de Impostos e de Interesses Minoritários / Capitais Próprios Médios	8,88	11,44
Produto Bancário / Activo Líquido Médio	1,81	2,38
Resultado antes de Impostos e de Interesses Minoritários / Activo Líquido Médios	0,29	0,42

O exercício de 2008 beneficiou da estratégia centrada na inovação, utilizando soluções adaptáveis aos diferentes segmentos da clientela, com uma gestão diferencial e uma ampla gama de produtos, e na melhoria permanente das estruturas comerciais, com uma gestão especializada por segmentos e apoiada pela simplificação de processos e ferramentas.

Este percurso continuará em 2009, focalizado ainda mais na acessibilidade e conhecimento do cliente, oferecendo uma resposta global e diferenciada, e assumindo o compromisso de desenvolver novas e melhores soluções. O BBVA irá igualmente encarar com especial ênfase o segmento empresarial, nomeadamente as pequenas e médias empresas, aprofundando a relação com o cliente para além das suas necessidades puramente financeiras e disponibilizando-lhes um serviço com um elevado nível de personalização.

9.

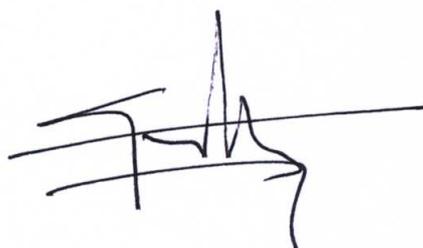
Reconhecimento Público

9. Reconhecimento Público

Às pessoas e entidades que permitiram a consecução das metas e objectivos definidos para este exercício, nomeadamente às autoridades Monetárias e Financeiras, aos nossos

clientes, a todos os quadros e colaboradores, assim como aos restantes titulares dos Órgãos Sociais, quer o Conselho de Administração deixar expressos os seus agradecimentos pela colaboração dispensada.

O Conselho de Administração



Lisboa, 2 de Março de 2009

10.

**Anexo ao Relatório do Conselho de
Administração**

10. Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

Informação sobre os accionistas

De acordo com os Artigos 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais, apresenta-se seguidamente a relação dos titulares de acções da Sociedade que fazem parte dos Órgãos Sociais:

Accionista: José Eduardo Vera Cruz Jardim

Nº de Acções Detidas : 50

Órgão Social: Presidente do Conselho de Administração

O referido accionista não é detentor de qualquer obrigação emitida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A. e manteve constante, após a sua aquisição e até ao final do exercício de 2007, a sua posição de accionista.

De acordo com o ponto 4 do referido Artigo 448º, informa-se que o accionista BBVA Luxinvest, S.A. é detentor de 199.046.899 acções, correspondendo a 90,47586% do capital social da sociedade e que o accionista Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. é detentor de 20.952.951 acções, correspondendo a 9,52407% do capital social da sociedade.

Adopção das Recomendações do Financial Stability Fórum (FSF) e do Committee of European Banking Supervisors (CEBS) relativas à Transparência da Informação e à Valorização dos Activos

(Carta-Circular nº 97/2008/DSB, de 03 de Dezembro, do Banco de Portugal)

1. Modelo de Negócio

1. Descrição do modelo de negócio

O modelo de negócio encontra-se detalhadamente descrito no ponto 5. do Relatório de Gestão.

2. Estratégias e Objectivos

As estratégias e os objectivos estão igualmente contempladas no ponto 5. do Relatório de Gestão. Não existem, no BBVA, operações de titularização.

No Relatório de Gestão, no capítulo 8. é apresentada uma análise pormenorizada da actividade e resultados do BBVA em 2008.

3,4 e 5. Actividades desenvolvidas e contribuição para o negócio

No ponto 5., 6., 7. e 8. do Relatório de Gestão, bem como na Nota 3. do Anexo às Demonstrações Financeiras, apresenta-se informação detalhada sobre as actividades desenvolvidas e sua contribuição para o negócio.

2. Riscos e Gestão de Riscos

6 e 7. Descrição, natureza e práticas de gestão de risco

No ponto 6.5 do Relatório de Gestão, bem como na Nota 39. do Anexo às Demonstrações Financeiras, é apresentado um conjunto de informação que descreve as práticas de gestão de risco, sua monitorização e controlo.

3. Impacto do período de Turbulência Financeira nos Resultados

8. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados

2008 foi um ano particularmente adverso no que respeita à evolução do crescimento económico mundial. A incerteza e a forte aversão a investir, que se pensava inicialmente circunscrita ao mercado dos EUA, globalizou-se, principalmente desde a falência da Lehman Brothers em Setembro de 2008. A falência de um grande banco converteu a aversão ao risco num fenómeno global e criou graves problemas

de liquidez, obrigando os principais Bancos Centrais a acções coordenadas de descida de taxas directoras e de injeção de enormes quantidade de liquidez no mercado. Os spreads de crédito alargaram-se substancialmente, levando os prémios de liquidez a níveis sem precedente.

O sector bancário em Portugal foi também afectado, principalmente no que respeita à dificuldade de financiamento nos mercados internacionais e à desvalorização das suas carteiras de participações financeiras. Igualmente afectadas são os seus resultados provenientes de operações financeiras e de comissões. A dificuldade no acesso ao financiamento e o aumento dos respectivos custos, provocaram um abrandamento na procura de crédito ao longo de 2008. Em contrapartida assistiu-se a um aumento dos recursos de clientes em balanço, quer pela crescente aversão ao risco, quer pela remuneração mais atractiva deste tipo de aplicações.

No BBVA, a crise financeira internacional influenciou os resultados principalmente ao nível de: lucros em operações financeiras, por via da redução de resultados de trading; comissões, pela redução significativa de activos sob gestão; aumento da imparidade de crédito, pela estagnação da actividade económica.

No ponto 8. do Relatório de Gestão é feita uma análise qualitativa e quantitativa da evolução da actividade e dos resultados do Banco e do impacto do período de turbulência financeira.

9., 10., 11., 12., 13., 14., 15.

Não aplicável

4. Níveis e tipos das exposições afectadas pelo período de turbulência

16., 17., 18., 19., 20., 21.

Não aplicável

5. Políticas Contabilísticas e Métodos de Valorização

22. Produtos Estruturados

A política de classificação destes produtos está desenvolvida na Nota 2. do Anexo às Demonstrações Financeiras.

23. Special Purpose Entities (SPE) e consolidação

Não aplicável

24 e 25. Justo valor dos instrumentos financeiros

Na Nota 2. do Anexo às Demonstrações Financeiras são descritas as condições de utilização da opção do justo valor, bem como as técnicas utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros.

6. Políticas Contabilísticas e Métodos de Valorização

26. Descrição das políticas e princípios de divulgação

As políticas, princípios e procedimentos de divulgação de informação financeira do BBVA baseiam-se na transparência, obedecendo a todos os requisitos de natureza regulamentar.

De entre a informação disponibilizada salienta-se o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas. O BBVA elabora as suas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ACTIVO	Notas	2008			2007	PASSIVO E CAPITAL	Notas	2008	2007
		Activo bruto	Imparidade e amortizações	Activo líquido					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5	79.559	-	79.559	78.947	Passivos financeiros detidos para negociação	8	217.214	60.287
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	42.032	-	42.032	43.637	Recursos de outras instituições de crédito	18	3.085.716	3.916.047
Activos financeiros detidos para negociação	7	236.336	-	236.336	74.935	Recursos de clientes e outros empréstimos	19	3.085.256	1.697.726
Activos financeiros disponíveis para venda	10	122.349	(631)	121.718	213.916	Derivados de cobertura	8	36.287	24.154
Aplicações em instituições de crédito	11	642.781	-	642.781	540.387	Provisões	20	3.585	3.024
Crédito a clientes	12	5.602.606	(60.227)	5.542.379	5.008.854	Passivos por impostos correntes	15	405	805
Derivados de cobertura	8	30.542	-	30.542	18.194	Passivos por impostos diferidos	15	115	168
Outros activos tangíveis	13	134.839	(80.708)	54.131	58.786	Outros passivos subordinados	21	170.046	170.027
Activos intangíveis	14	5.109	(2.914)	2.195	1.145	Outros passivos	22	33.038	42.933
Activos por impostos correntes	15	759	-	759	339	Total do passivo		6.631.662	5.915.171
Activos por impostos diferidos	15	30.850	-	30.850	32.876	Capital	24	220.000	220.000
Outros activos	16	86.959	(7.968)	78.991	63.462	Prémios de emissão	24	7.008	7.008
						Reservas de reavaliação	25	(4.400)	1.841
						Outras reservas e resultados transitados	25	(8.244)	(32.369)
						Resultado líquido consolidado do exercício	25	16.247	23.826
						Interesses minoritários	26	-	1
						Total do capital		230.611	220.307
Total do Activo		7.014.721	(152.448)	6.862.273	6.135.478	Total do passivo e do capital		6.862.273	6.135.478

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Nota	2008	2007
Juros e rendimentos similares	27	451.894	308.544
Juros e encargos similares	28	(369.095)	(229.916)
Margem financeira		<u>82.799</u>	<u>78.628</u>
Rendimentos de instrumentos de capital	29	366	396
Rendimentos de serviços e comissões	30	36.456	41.898
Encargos com serviços e comissões	30	(8.624)	(7.496)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	31	(44)	1.196
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	32	183	(156)
Resultados de reavaliação cambial	33	889	880
Resultados de alienação de outros activos	34	(9)	144
Outros resultados de exploração	35	8.707	22.690
Produto bancário		<u>120.723</u>	<u>138.180</u>
Custos com pessoal	36	(48.409)	(59.318)
Gastos gerais administrativos	37	(26.646)	(31.947)
Amortizações do exercício	13 e 14	(3.990)	(4.571)
Provisões, líquidas de reposições e anulações	20	(1.423)	(1.504)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	20	(18.044)	(15.074)
Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações	20	(170)	(34)
Imparidade de outros activos, líquida de reversões e recuperações	20	(2.544)	(1.216)
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários		<u>19.497</u>	<u>24.516</u>
Impostos sobre lucros			
Correntes	15	(1.486)	(3.599)
Diferidos	15	(1.764)	4.509
		<u>(3.250)</u>	<u>910</u>
Resultado consolidado antes de interesses minoritários		16.247	25.426
Interesses minoritários	26	-	(1.600)
Resultado líquido consolidado do exercício		<u>16.247</u>	<u>23.826</u>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Nota	Capital	Prémios de emissão	Reservas de reavaliação	Outras reservas e resultados transitados			Resultado do exercício	Interesses minoritários	Total	
				Reservas	Resultados transitados	Total				
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	41	220.000	7.008	2.906	24.279	(35.247)	(10.968)	(22.047)	15.644	212.543
Aplicação do lucro do exercício de 2006:										
Transferência para resultados transitados	-	-	-	-	-	(22.047)	(22.047)	22.047	-	-
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	(431)	-	-	-	-	-	-	(431)
Alienação da BBVA - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.243)	(17.243)
Outros	-	-	(634)	-	646	646	-	-	-	12
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	23.826	1.600	25.426
Saldo em 31 de Dezembro de 2007		<u>220.000</u>	<u>7.008</u>	<u>1.841</u>	<u>24.279</u>	<u>(56.648)</u>	<u>(32.369)</u>	<u>23.826</u>	<u>1</u>	<u>220.307</u>
Aplicação do lucro do exercício de 2007:										
Transferência para resultados transitados	-	-	-	-	-	23.826	23.826	(23.826)	-	-
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	(5.942)	-	-	-	-	-	-	(5.942)
Outros	-	-	(299)	-	299	299	-	-	(1)	(1)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	16.247	-	16.247
Saldo em 31 de Dezembro de 2008		<u>220.000</u>	<u>7.008</u>	<u>(4.400)</u>	<u>24.279</u>	<u>(32.523)</u>	<u>(8.244)</u>	<u>16.247</u>	<u>-</u>	<u>230.611</u>

O Anexo faz parte integrante desta demonstração.




BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de juros e comissões	480.947	353.049
Pagamentos de juros e comissões	(374.850)	(225.218)
Pagamentos ao pessoal, fundo de pensões e fornecedores	(75.823)	(129.824)
(Pagamento) / recebimento de imposto sobre o rendimento	(2.306)	(3.642)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à actividade operacional	8.597	13.177
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais	<u>36.565</u>	<u>7.542</u>
(Aumentos) / diminuições de activos operacionais:		
Activos financeiros detidos para negociação	(161.401)	(41.924)
Derivados de cobertura (justo valor positivo)	(12.348)	(7.583)
Activos financeiros disponíveis para venda	86.091	(100.843)
Aplicações em instituições de crédito	(99.158)	(201.527)
Crédito a clientes	(543.498)	(622.515)
Activos não correntes detidos para venda	-	(1.782)
Outros activos	(15.582)	(5.385)
	<u>(745.896)</u>	<u>(981.559)</u>
Aumentos / (diminuições) de passivos operacionais:		
Passivos financeiros detidos para negociação e derivados de cobertura	156.927	40.682
Derivados de cobertura (justo valor negativo)	12.133	8.551
Recursos de outras instituições de crédito	(829.043)	800.921
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.379.974	51.401
Outros passivos	(10.667)	8.289
	<u>709.324</u>	<u>909.844</u>
Caixa líquida das actividades operacionais	<u>(7)</u>	<u>(64.173)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Aquisições e alienações de activos tangíveis e intangíveis	(1.370)	(4.357)
Alienação da participação na BBVA - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	-	27.358
Recebimentos de dividendos	366	396
Caixa líquida das actividades de investimento	<u>(1.004)</u>	<u>23.397</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Empréstimos subordinados	19	26.000
Empréstimos subordinados	(1)	-
Caixa líquida das actividades de financiamento	<u>18</u>	<u>26.000</u>
Aumento / (diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	(993)	(14.776)
Caixa e seus equivalentes no início do período	122.584	128.576
Caixa e seus equivalentes da BBVA - Instituição de Crédito, S.A. em 31 de Dezembro de 2006	-	8.784
Caixa e seus equivalentes no fim do período	121.591	122.584

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A. (BBVA Portugal ou Banco) foi constituído por escritura pública em 1991, tendo iniciado a sua actividade em 28 de Junho de 1991. O Banco está autorizado a operar de acordo com as normas aplicáveis à actividade bancária em Portugal.

O BBVA Portugal dedica-se à obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, em todos os sectores da economia, na sua maior parte sob a forma de concessão de empréstimos ou em títulos, prestando ainda outros serviços bancários em Portugal.

O BBVA Portugal dispõe de uma rede nacional de 114 balcões. Mantém também três sucursais na Madeira (duas sociedades financeiras exteriores e uma sociedade financeira internacional).

O Banco participa ainda, directa e indirectamente, no capital de um conjunto de empresas, nas quais detém posições maioritárias (Nota 3). Estas empresas constituem o Grupo BBVA Portugal.

Conforme indicado na Nota 24, o Banco é integralmente detido pelo Grupo BBVA.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2008 encontram-se pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 foram preparadas com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) Nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e das disposições do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro.

As demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício de 2006 foram as primeiras apresentadas pelo Grupo BBVA Portugal de acordo com as IAS/IFRS.

2.2. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas do Banco e as das entidades controladas directamente e indirectamente pelo Grupo (Nota 3).

A nível das empresas participadas, são consideradas "filiais" aquelas nas quais o Banco exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas actividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto.

A consolidação das contas das empresas filiais foi efectuada pelo método da integração global. As transacções e os saldos significativos entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efectuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas filiais é apresentado na rubrica "Interesses minoritários", do capital próprio.

O resultado consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos do Banco e das empresas filiais, na proporção da respectiva participação efectiva, após os ajustamentos de consolidação, incluindo, entre outros, a eliminação de dividendos recebidos e de mais e menos-valias geradas em transacções entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

2.3. Concentrações de actividades empresariais e “goodwill”

As aquisições de filiais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor agregado dos activos entregues e passivos incorridos ou assumidos em contrapartida da obtenção de controlo sobre a entidade adquirida, acrescido de custos incorridos directamente atribuíveis à operação. Na data de aquisição, os activos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na Norma IFRS 3 – “Concentrações de actividades empresariais” são registados pelo respectivo justo valor.

O goodwill corresponde à diferença positiva entre o custo de aquisição de uma filial e a percentagem efectiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respectivos activos, passivos e passivos contingentes. O goodwill é registado como um activo, não sendo objecto de amortização. No entanto é objecto de testes de imparidade com uma periodicidade mínima anual.

Até 1 de Janeiro de 2004, e conforme permitido pelas políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, o goodwill era totalmente anulado por contrapartida de reservas no ano de aquisição das participações. De acordo com o permitido pela Norma IFRS 1, o Grupo não efectuou qualquer alteração a esse registo, pelo que o goodwill gerado em operações ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 permanece registado em reservas.

2.4. Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

As contas consolidadas são preparadas de acordo com a divisa utilizada no ambiente económico em que opera o Grupo BBVA Portugal (denominada “moeda funcional”), nomeadamente o Euro.

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transacção. Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para Euros com base na taxa de câmbio em vigor.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

2.5. Instrumentos financeiros

a) Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, acrescido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os activos financeiros são classificados no reconhecimento inicial numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui activos financeiros detidos para negociação, os quais incluem essencialmente títulos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos a partir de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do exercício, nas rubricas de "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados". Os juros são reflectidos nas rubricas apropriadas de "Juros e rendimentos similares".

ii) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, e não incluídos na categoria de activos financeiros acima referida. Esta categoria inclui crédito concedido a clientes, valores a receber de outras instituições financeiras e valores a receber pela prestação de serviços.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iii) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui títulos de rendimento variável e fixo não classificados como activos ao justo valor através de resultados, incluindo participações financeiras com carácter de estabilidade, bem como outros instrumentos financeiros aqui registados no reconhecimento inicial e que não se enquadrem nas restantes categorias previstas na Norma IAS 39 acima descritas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, na "Reserva de justo valor". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício.

Os dividendos de instrumentos de capital próprio classificados nesta categoria são registados como proveitos na demonstração de resultados quando é estabelecido o direito do Grupo BBVA Portugal ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros enquadrados nas categorias de Activos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros disponíveis para venda são registados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor de activos financeiros é determinado com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;
- Cotações fornecidas por um órgão independente da função de negociação do Grupo BBVA em Madrid. São fornecidos por esse órgão preços (*bid prices*) difundidos através de meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis em transacções recentes e preços gerados por modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação ao respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros detidos para negociação

Os passivos financeiros detidos para negociação correspondem a instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa, os quais se encontram reflectidos pelo justo valor.

ii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui recursos de outras instituições de crédito e de clientes e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

c) Derivados e contabilidade de cobertura

O Banco realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua actividade, com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor nocional.

Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os instrumentos financeiros derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com o contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor, com as variações no justo valor reflectidas em resultados.

Derivados de cobertura

Tratam-se de derivados contratados com o objectivo de cobertura da exposição do Banco a um determinado risco inerente à sua actividade. A classificação como derivados de cobertura e a utilização do conceito de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, está sujeita ao cumprimento das regras definidas na Norma IAS 39.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o Banco apenas utiliza coberturas de exposição à variação do justo valor dos instrumentos financeiros registados em balanço, denominadas "Coberturas de justo valor".

Para todas as relações de cobertura, o Banco prepara no início da operação documentação formal, que inclui os seguintes aspectos:

- Objectivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas pelo Banco;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Mensalmente, são efectuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a Norma IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efectuados testes de eficácia prospectivos, de forma a demonstrar a expectativa da eficácia futura da cobertura.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados mensalmente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, o Banco reflecte igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto. O impacto destas valorizações é reflectido em rubricas de "Resultados em activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados". No caso de derivados que tenham associada uma componente de juros (como por exemplo, swaps de taxa de juro) a periodificação de juros relativa ao período em curso e os fluxos liquidados são reflectidos em "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares", da demonstração de resultados.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no activo e passivo, respectivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são reflectidas nas rubricas onde se encontram registados esses activos e passivos.

Derivados de negociação

São considerados derivados de negociação todos os instrumentos financeiros derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes de acordo com a Norma IAS 39, incluindo:

- Derivados contratados para cobertura de risco em activos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não constituem coberturas eficazes ao abrigo da Norma IAS 39;
- Derivados contratados com o objectivo de "trading".

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. O impacto destas valorizações é reflectido em rubricas de "Resultados em operações financeiras". No caso de derivados que tenham associada uma componente de juros (como por exemplo, swaps de taxa de juro) a periodificação de juros relativa ao período em curso e os fluxos liquidados são reflectidos em "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares", da demonstração de resultados.

d) Imparidade de activos financeiros

Crédito a clientes

A imparidade estimada resulta da diferença entre o valor de balanço dos créditos e o respectivo cash-flow esperado actualizado, sendo utilizadas as taxas de juro em vigor dos créditos para efeitos do desconto financeiro.

O cálculo das perdas por imparidade foi efectuado segundo duas metodologias complementares, existindo operações de crédito sujeitas a análise individual e operações de crédito sujeitas a análise colectiva.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Na análise individual foram incluídas as operações de clientes em Contencioso cuja responsabilidade pelo acompanhamento é da Área de Recuperações.

Para as operações sujeitas a análise individual, a expectativa de recuperação futura foi apurada pela Área de Recuperações. O cálculo do cash-flow esperado das operações incide sobre o somatório dos cash-flow's estimados futuros, incluindo os relativos a operações vencidas, corrigidos por factores de recuperação esperados e tendo em conta o período estimado de recuperação (meses), descontados à taxa de juro actual dos contratos.

As operações não incluídas na análise individual, bem como as operações para as quais não sejam apuradas perdas por imparidade na análise individual, são analisadas de forma colectiva. Para estas é calculado o cash-flow esperado actualizado, tendo por base comportamentos históricos de incumprimento.

Para este efeito, a carteira de crédito concedido foi segmentada em onze grupos de clientes, nomeadamente:

- Crédito à habitação;
- Crédito ao consumo com finalidade específica, incluindo cartões de crédito;
- Crédito ao consumo – Outros fins;
- Crédito concedido através da Banca Corporativa;
- Crédito concedido através da Banca Comercial, excluindo crédito à habitação e crédito ao consumo;
- Crédito concedido através da Banca Hipotecária;
- Leasing;
- Garantias e avales prestados;
- Créditos documentários;
- Banca Institucional; e
- Instituições Financeiras.

A evidência de imparidade no Grupo BBVA Portugal está relacionada com a observação de diversos eventos de perda, de entre os quais se destacam:

- Situações de incumprimento do contrato, nomeadamente atraso no pagamento do capital e/ou juros;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Alteração significativa da situação patrimonial do devedor;
- Ocorrência de alterações adversas, por exemplo:
 - . Das condições e/ou capacidade de pagamento; e
 - . Das condições económicas do sector no qual o devedor se insere, com impacto na capacidade de cumprimento das suas obrigações.

As perdas por imparidade para os clientes sem incumprimento correspondem ao produto entre a probabilidade de incumprimento (PI) e o montante correspondente à diferença entre o valor de balanço dos respectivos créditos e o valor actualizado dos cash-flows dessas operações. A PI corresponde à probabilidade de uma operação ou cliente entrar numa situação de incumprimento durante um determinado período de emergência. Este período equivale ao tempo que decorre entre a ocorrência de um evento originador de perdas e o momento em que a existência desse evento é percebida pelo Grupo (“Incurred but not reported”). O Grupo BBVA Portugal considerou um período de emergência de 12 meses, no caso de crédito concedido a empresas e de 6 meses no caso de crédito concedido a particulares.

Se existir evidência de que o Grupo BBVA Portugal incorreu numa perda por imparidade em crédito e outros valores a receber, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor de balanço desses activos e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro original do activo ou activos financeiros. As perdas por imparidade são registadas por contrapartida da demonstração dos resultados.

Quando num período subsequente se registre uma diminuição do montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento, o montante previamente reconhecido é revertido, sendo ajustada a conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração dos resultados.

Periodicamente, o Grupo BBVA Portugal abate ao activo os créditos considerados incobráveis por utilização da respectiva imparidade acumulada. Em caso de eventual recuperação dos referidos créditos, esta é reconhecida como dedução às perdas por imparidade reconhecidas na demonstração dos resultados, na rubrica de "Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações".

Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.5. a), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas directamente em capital próprio, na "Reserva de justo valor".

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas na Reserva de justo valor devem ser transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade.

Para além dos indícios de imparidade definidos para activos registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em activos de rendimento variável:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera, e que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;
- Um declínio prolongado e significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada uma análise da existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda.

As perdas por imparidade em activos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na Reserva de justo valor.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital próprio não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Grupo BBVA Portugal efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem ser revertidas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

2.6. Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes, ou grupos de activos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através da venda, e não do seu uso continuado. Para que um activo (ou grupo de activos e passivos) seja classificado nesta rubrica é assegurado o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda é elevada;
- O activo está disponível para venda imediata no seu estado actual;
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nesta rubrica.

Os activos registados nesta rubrica são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações de peritos independentes, não sendo sujeitos a amortizações.

2.7. Outros activos tangíveis

Encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica "Gastos gerais administrativos".

O Banco procedeu a reavaliações de imóveis e de equipamento ao abrigo do Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro, e do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro. Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, foram registados passivos por impostos diferidos referentes a reavaliações de activos tangíveis não aceites fiscalmente no montante de 115 mEuros e 168 mEuros, respectivamente.

O aumento do valor líquido do imobilizado que resultou destas reavaliações foi registado na rubrica "Reservas de reavaliação". O valor líquido resultante das reavaliações efectuadas só poderá ser utilizado para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita.

As amortizações são calculadas e registadas em custos do exercício numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é, de acordo com as taxas máximas fiscalmente aceites:

	Anos de <u>vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Despesas em edifícios arrendados	10
Equipamento informático	4
Mobiliário e material	8 - 10
Máquinas e ferramentas	5 - 8
Instalações interiores	5 - 10
Equipamento de segurança	8 - 10
Material de transporte	4

Os terrenos não são objecto de amortização.

Periodicamente são realizadas análises de evidência de imparidade em activos tangíveis de acordo com a Norma IAS 36 – “Imparidade de activos”. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do período, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do activo.

O Grupo BBVA Portugal avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada para os activos tangíveis.

2.8. Locação financeira

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros.

Como locatário

Os activos em regime de locação financeira são registados, por igual montante, no activo e no passivo, processando-se as correspondentes amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados na rubrica “Juros e encargos similares”.

2.9. Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades do Grupo BBVA Portugal. Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

2.10. Impostos sobre lucros

Todas as empresas do Grupo BBVA Portugal são tributadas individualmente, e as com sede em Portugal estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC).

A Sucursal Financeira Exterior da Madeira beneficia, ao abrigo do artigo 33º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, de acordo com o disposto no artigo 33º A do Estatuto dos Benefícios Fiscais, considera-se que pelo menos 85% do lucro tributável da actividade global da entidade é resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da zona franca da Madeira.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais. No entanto, não são registados impostos diferidos nas seguintes situações:

- Diferenças temporárias resultantes de goodwill;
- Diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável;
- Diferenças tributárias dedutíveis resultantes de lucros não distribuídos por empresas filiais e associadas, na medida em que o Grupo BBVA Portugal tenha a possibilidade de controlar a sua reversão e seja provável que a mesma não venha a ocorrer num futuro previsível.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, dado existirem dúvidas quanto à sua recuperabilidade, não foram registados activos por impostos diferidos no montante de 1.022 mEuros e 2.212 mEuros, respectivamente, relativos a prejuízos fiscais reportáveis (Nota 15).

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Grupo BBVA Portugal correspondem a Imparidades não aceites para efeitos fiscais, prejuízos fiscais reportáveis, diferimento de comissões e valores associados às responsabilidades com pensões.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestes casos, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

2.11. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências fiscais, legais e outras.

2.12. Benefícios a empregados

O Banco e a BBVA Gest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. subscreveram o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) para o sector bancário, pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência.

Os trabalhadores da BBVA Fundos – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. estão inscritos na Segurança Social. Para além disso, a BBVA Fundos assumiu o compromisso pelo pagamento de complementos de pensões de reforma aos seus trabalhadores.

A BBVA Leasimo – Sociedade de Locação Financeira, S.A. não subscreveu o ACTV, não tendo responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma ou de complementos de pensões.

As pensões pagas ao abrigo do ACTV são função do tempo de serviço prestado pelos trabalhadores e da retribuição constante da tabela do ACTV para a categoria profissional do trabalhador à data da reforma, sendo actualizadas anualmente.

As responsabilidades com benefícios a empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores.

A cobertura das responsabilidades é efectuada através do valor patrimonial do Fundo de Pensões Grupo BBVA (Portugal), do Fundo de Pensões Credit (Portugal), e de contratos de rendas vitalícias celebrados entre o Banco e a Gan Portugal Vida. O valor actual dos contratos de rendas vitalícias é determinado pela BBVA Fundos utilizando pressupostos actuariais iguais aos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões.

O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual utilizando o método “Unit Credit Projected”, e pressupostos actuariais considerados adequados (ver Nota 17). A taxa de desconto utilizada na actualização das responsabilidades reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas em Euros, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades com pensões.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado dos fundos de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais, são diferidos numa rubrica de activo ou passivo (“corredor”), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor dos fundos de pensões, dos dois o menor, reportados ao final do ano corrente. Caso os ganhos e perdas actuariais excedam o valor do corredor, deverá ser reconhecido em resultados, no mínimo, um montante correspondente ao referido excesso dividido pelo diferencial entre a idade média dos colaboradores no activo e a idade normal de reforma considerada no estudo actuarial.

Estas responsabilidades incluem os encargos com os Serviços de Assistência Médico Social (SAMS) e o subsídio por morte.

Na data de transição, foi adoptada a possibilidade permitida pelo IFRS 1, de não recalculer os ganhos e perdas actuariais diferidos desde o início dos planos (opção normalmente designada por “reset”).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O custo do exercício com pensões de reforma e encargos com saúde, incluindo o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado, bem como a amortização de ganhos e perdas actuariais, é reflectido pelo valor líquido na rubrica apropriada de “Custos com pessoal”.

As responsabilidades com benefícios a empregados assumidas pela BBVA Fundos são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores. Adicionalmente, os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados nas avaliações e os valores efectivamente verificados, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais, são integralmente reconhecidos em capitais próprios no exercício em que são gerados, sendo registados na demonstração dos ganhos e perdas reconhecidos, de acordo com o tratamento alternativo previsto na adenda ao IAS 19 publicada em Novembro de 2005.

Outros benefícios de longo prazo

O BBVA Portugal tem ainda outras responsabilidades por benefícios de longo prazo a trabalhadores, incluindo responsabilidades com prémios de antiguidade a pagar aos empregados que completem quinze, vinte e cinco e trinta e cinco anos de serviço efectivo, de acordo com o previsto na cláusula 150^o do ACTV.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações actuariais. No entanto, tal como previsto na Norma IAS 19, os ganhos e perdas actuariais não podem ser diferidos, sendo integralmente reflectidos nos resultados do período.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em “Custos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.13. Comissões

Conforme referido na Nota 2.5., as comissões recebidas ou pagas relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na originação das operações, são reconhecidas como proveitos ou custos ao longo do período da operação, de acordo com o método da taxa efectiva.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se resultarem da execução de actos únicos.

As comissões de gestão de fundos de investimento cobradas aos fundos geridos pela BBVA Gest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. são registadas no período a que respeitam, na rubrica “Rendimentos de serviços e comissões” (Nota 30).

2.14. Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados ao valor nominal.

2.15. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Grupo BBVA Portugal considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

2.16. Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelos Conselhos de Administração do Banco e das empresas do Grupo. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras consolidadas incluem as abaixo apresentadas.

Determinação das responsabilidades por pensões

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas utilizando pressupostos actuariais e financeiros, nomeadamente no que se refere à mortalidade, crescimento dos salários e das pensões e taxas de juro de longo prazo. Neste sentido, os valores reais podem diferir das estimativas efectuadas.

Determinação de perdas por imparidade em crédito concedido

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.5. d). Deste modo, a determinação da imparidade em activos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efectuada pelo Banco com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade com base em análise colectiva foi efectuada segundo parâmetros apurados ao nível do Grupo BBVA Portugal para tipologias de crédito comparáveis.

O Banco considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma prudente o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pela Norma IAS 39.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Grupo BBVA Portugal com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco e das suas subsidiárias sobre o correcto enquadramento das suas operações o qual é no entanto susceptível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais. Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os activos por impostos diferidos não registados ascendiam a 1.022 mEuros e 2.212 mEuros, respectivamente (Nota 15).

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

De acordo com a Norma IAS 39, o Banco e as suas subsidiárias valorizam ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados pelo custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados os modelos e técnicas de valorização descritos na Nota 2.5.. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 2.5., de modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Avaliação dos colaterais nas operações de crédito

As avaliações dos colaterais de operações de crédito, nomeadamente hipotecas de imóveis, foram efectuadas com o pressuposto da manutenção de todas as condições de mercado imobiliário, durante o período de vida das operações, tendo correspondido à melhor estimativa do justo valor dos referidos colaterais na data da concessão do crédito. No entanto, periodicamente de três em três anos, é efectuada a actualização das avaliações com base na localização e nos índices imobiliários disponíveis.

2.17. Adopção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

Excepto no que diz respeito a matérias reguladas pelo Banco de Portugal, tal como referido na Nota 2.1, em 2008 o Banco utilizou as Normas e Interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) que são relevantes para as suas operações e efectivas para os períodos iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2008, desde que aprovadas pela União Europeia.

No exercício de 2008, o Banco analisou as alterações verificadas nas Normas IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração e IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações, endossadas pela União Europeia, sobre reclassificação de instrumentos financeiros, tendo efectua a reclassificação das obrigações da Sonae Distribuição de “Activos financeiros disponíveis para venda” para “Crédito a clientes”. O montante reclassificado ascendeu a 61.022 mEuros, o qual incluía os respectivos juros a receber (Nota 10).

No exercício de 2007, o Banco adoptou a Norma IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações, cujo impacto consistiu essencialmente num alargamento das divulgações fornecidas ao nível dos instrumentos financeiros utilizados (Nota 39).

Por outro lado, adoptou igualmente a alteração verificada na Norma IAS 1 – Divulgações sobre requisitos de capital, a qual se reflectiu essencialmente na necessidade de divulgações adicionais sobre esta matéria. As divulgações previstas no âmbito desta alteração são apresentadas na Nota 40.

Em 31 de Dezembro de 2008, encontravam-se disponíveis para adopção antecipada as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e pelo “Internacional Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC), respectivamente, endossadas pela União Europeia:

- IFRS 8 – “Segmentos operacionais” – Esta Norma define os requisitos de divulgação de informação sobre segmentos, substituindo a Norma IAS 14 – “Relato por Segmentos”. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Adicionalmente, até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas, foram ainda emitidas as seguintes normas e interpretações, ainda não endossadas pela União Europeia:

- IFRS 3 (Alteração) – “Concentrações de actividades empresariais” e IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e individuais” – A revisão efectuada ao texto destas normas introduz alterações na mensuração e registo do “Goodwill” apurado no âmbito de concentrações de actividades empresariais, quer no momento inicial, quer como resultado de eventos posteriores a essa data com efeito no justo valor da entidade adquirida e no tratamento contabilístico de aquisições efectuadas em diversas fases. Vem ainda definir o tratamento contabilístico a adoptar no registo de transacções com acções de filiais, com e sem manutenção de controlo.

A adopção das normas revistas é de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2009.

- IFRS 1 (Revista) – “Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro” – As alterações efectuadas ao texto desta norma correspondem essencialmente a alterações de estrutura, sendo mantida a substância do texto anterior. A adopção da norma revista é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2009.
- IAS 39 (Alteração) – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração” – A revisão efectuada ao texto desta Norma pretende clarificar dois aspectos relacionados com contabilidade de cobertura, nomeadamente a identificação da inflação como risco coberto e a cobertura através de opções. Com esta alteração, apenas se pode designar como risco coberto a componente de inflação relacionada com fluxos de caixa de instrumentos financeiros se essa componente estiver especificada contratualmente. As opções podem ser designadas como de cobertura de justo valor ou de fluxos de caixa, mas esta alteração esclarece que apenas o valor intrínseco da opção e não o valor temporal, reflecte o risco e como tal, se for designada a opção na sua totalidade para cobertura de um risco, deverá existir ineficácia de cobertura. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2009. Adicionalmente, foi efectuada uma alteração à IAS 39 sobre a reclassificação de activos financeiros, sobre data efectiva e transição, ainda não endossada pela União Europeia.
- IFRIC 16 – “Cobertura de um investimento líquido numa operação estrangeira” – Esta interpretação clarifica os tipos de riscos cambiais que se qualificam para contabilidade de cobertura, assim como que montantes designar, onde no grupo devem ser detidos os instrumentos de cobertura e que montantes devem ser reclassificados para resultados quando a operação coberta termina. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Outubro de 2008.

Apesar de não se encontrar ainda disponível uma avaliação do impacto da adopção das normas e interpretações supra referidas nas demonstrações financeiras individuais do Banco, o Conselho de Administração entende que a sua aplicação não apresentará um impacto materialmente relevante para as mesmas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

3. EMPRESAS DO GRUPO

São consideradas empresas subsidiárias os investimentos de carácter duradouro que correspondam a uma percentagem de participação igual ou superior a 50% e possam ser consideradas, conjuntamente com o Banco, uma unidade de decisão.

Os principais dados sobre a actividade das empresas subsidiárias do Banco, bem como o método de consolidação utilizado, podem ser resumidos como segue:

Empresa	Actividade	Sede	Participação efectiva (%)	Método de consolidação
BBVA Leasimo - Sociedade de Locação Financeira, S.A. (BBVA Leasimo)	Locação financeira	Lisboa	100,00%	Integral
BBVA Fundos - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (BBVA Fundos)	Gestão de fundos de pensões	Lisboa	100,00%	Integral
BBVA Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (BBVA Gest)	Gestão de fundos de investimento	Lisboa	100,00%	Integral
Invesco Management nº1, S.A.	Outras	Luxemburgo	100,00%	Integral
Invesco Management nº2, S.A.	Outras	Luxemburgo	100,00%	Integral

Em 31 de Dezembro de 2008, os dados financeiros mais significativos retirados das demonstrações financeiras individuais destas empresas podem ser resumidos da seguinte forma:

Empresa	Activo líquido	Situação líquida	Resultado líquido
BBVA Leasimo - Sociedade de Locação Financeira, S.A.	42.862	10.333	111
BBVA Fundos - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	5.483	4.954	1.636
BBVA Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	6.842	6.320	1.354
Invesco Management nº 1, S.A.	10.479	9.984	(960)
Invesco Management nº 2, S.A.	11.515	(7.687)	(1.579)

Após anulação dos saldos intra-grupo, a contribuição da Invesco Management nº 1, S.A. e da Invesco Management nº 2, S.A. para o resultado consolidado é nula (ver Nota 25).

Em Julho de 2006, o Banco adquiriu uma participação de 99,99% na sociedade Invesco Management nº 1, S.A., com sede no Luxemburgo cujo custo de aquisição ascendeu a 16.211 mEuros. Esta sociedade detém uma participação de 100% na sociedade Invesco Management nº 2, S.A.. Em 2008 o Banco adquiriu o remanescente, passando a deter 100% da participação nesta Sociedade. Na sequência desta aquisição, o Banco reconheceu imparidade relativa a esta sociedade no montante de 4.556 mEuros. Durante os exercícios de 2008 e 2007, o Banco reforçou a imparidade em 960 mEuros e 680 mEuros, respectivamente.

Em Dezembro de 2007, o Banco alienou a participação de 50,1%, que detinha junto da sociedade BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S.A. (BBVA IFIC), à sociedade Corporacion General Financiera, S.A. (uma entidade do Grupo BBVA), pelo montante de 27.358 mEuros. Na sequência da alienação o Grupo BBVA Portugal registou uma mais-valia que ascendeu a 10.045 mEuros (Nota 35), a qual foi apurada com base nas demonstrações financeiras da BBVA IFIC em 31 de Dezembro de 2007:

Capitais próprios em 31 de Dezembro de 2007	34.556
Percentagem de participação	50,1%
Valor contabilístico da participação nas contas consolidadas	17.313
Mais-valia apurada na venda	10.045

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

4. RELATO POR SEGMENTOS

Para dar cumprimento aos requisitos da Norma IAS 14, o Grupo BBVA Portugal adoptou os seguintes segmentos de negócio:

- Retail: Inclui o negócio originado na rede de agências com empresas e particulares, e ainda financiamentos à construção e gestão de patrimónios.
- Corporate: Inclui o negócio com empresas cuja facturação é igual ou superior a 50 milhões de Euros ou que pertencem a um grupo que reúne estas condições.
- Mercados: Emissão, gestão, colocação e negociação de instrumentos financeiros para cobertura de operações com clientes ou para a carteira de negociação.
- Gestão de activos: Inclui a gestão e distribuição de fundos de investimento mobiliários, imobiliários e de pensões.
- Crédito especializado: Leasing ou crédito ao consumo em que o vendedor do produto assume um papel determinante no canal de distribuição. Este segmento de negócio respeitava à actividade da BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S.A. (BBVA IFIC), cuja alienação ocorreu em Dezembro de 2007.
- Outros: Regista os custos e proveitos de estrutura não imputáveis a qualquer das áreas anteriormente descritas.

Os principais pressupostos para distribuição das aplicações e recursos de outras instituições de crédito são os seguintes:

- Aplicações em outras instituições de crédito: No segmento de Mercados são consideradas todas as aplicações no BBVA Madrid; no segmento de Corporate são consideradas todas as aplicações em instituições de crédito que simultaneamente sejam clientes corporate do Banco; no segmento de Retail são consideradas todas as aplicações em instituições de crédito que sejam clientes normais do Banco; e no segmento Outros são registadas todas as aplicações em instituições de crédito que não sejam clientes do Banco.
- Recursos de outras instituições de crédito: São distribuídos por cada um dos segmentos em proporção dos activos, ficando o restante em Outros.

Em 2008 e 2007, a distribuição dos resultados e das principais rubricas de balanço por linhas de negócio é a seguinte:

	2008					Total
	Retail	Corporate	Mercados	Gestão Activos	Outros	
Margem financeira	64.520	17.863	1.235	384	(1.203)	82.799
Rendimentos de instrumentos de capital	366	-	-	-	-	366
Resultados de serviços e comissões	12.941	2.646	7.676	4.858	(289)	27.832
Outros resultados de exploração e outros	6.905	1.393	430	(100)	1.097	9.726
Produto bancário	84.732	21.902	9.341	5.142	(395)	120.723
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos	(54.913)	(11.377)	(5.763)	(1.078)	(1.924)	(75.055)
Amortizações do exercício	(3.000)	(556)	(199)	(1)	(234)	(3.990)
Provisões e imparidade	(15.840)	(2.478)	-	-	(3.863)	(22.181)
Resultado antes de impostos	10.979	7.491	3.379	4.063	(6.416)	19.497
Impostos	(4.066)	(2.016)	(895)	(1.073)	4.800	(3.250)
Resultado líquido do exercício	6.913	5.475	2.484	2.990	(1.616)	16.247
Interesses minoritários	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido consolidado do exercício	6.913	5.475	2.484	2.990	(1.616)	16.247
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	236.336	-	-	236.336
Activos financeiros disponíveis para venda	-	97.449	-	-	24.269	121.718
Aplicações em instituições de crédito	31.291	117.513	479.700	-	14.277	642.781
Crédito a clientes	3.266.977	2.222.171	5.000	-	48.231	5.542.379
Recursos de outras instituições de crédito	1.902.954	1.910.638	721.036	-	(1.448.912)	3.085.716
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.347.132	526.494	-	-	1.211.630	3.085.256

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2007						
	Retail	Corporate	Mercados	Gestão Activos	Cred Esp.	Outros	Total
Margem financeira	50.389	19.069	31	355	9.012	(228)	78.628
Rendimentos de instrumentos de capital	396	-	-	-	-	-	396
Resultados de serviços e comissões	18.414	2.858	7.729	6.414	948	(1.961)	34.402
Outros resultados de exploração e outros	7.085	2.500	945	(59)	4.180	10.103	24.754
Produto bancário	76.284	24.427	8.705	6.710	14.140	7.914	138.180
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos	(52.495)	(11.045)	(4.913)	(1.090)	(7.911)	(13.811)	(91.265)
Amortizações do exercício	(3.075)	(517)	(192)	(9)	(558)	(220)	(4.571)
Provisões e imparidade	(7.679)	(6.215)	-	(41)	(1.328)	(2.565)	(17.828)
Resultado antes de impostos	13.035	6.650	3.600	5.570	4.343	(8.682)	24.516
Impostos	(4.250)	(1.855)	(990)	(1.480)	(1.394)	10.879	910
Resultado líquido do exercício	8.785	4.795	2.610	4.090	2.949	2.197	25.426
Interesses minoritários	-	-	-	-	(1.600)	-	-
Resultado líquido consolidado do exercício	8.785	4.795	2.610	4.090	1.349	2.197	25.426
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	74.935	-	-	-	74.935
Activos financeiros disponíveis para venda	-	186.776	-	-	-	27.140	213.916
Aplicações em instituições de crédito	49.984	238.752	256.255	-	-	(4.604)	540.387
Crédito a clientes	3.087.432	1.879.709	-	-	-	41.713	5.008.854
Recursos de outras instituições de crédito	1.690.299	2.132.797	331.190	-	-	(238.239)	3.916.047
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.416.823	172.439	-	-	-	108.464	1.697.726

Em 2008 e 2007, a totalidade da actividade do Grupo BBVA Portugal é desenvolvida em Portugal.

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Caixa	19.545	23.016
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	59.891	55.854
Juros a receber	123	77
	-----	-----
	79.559	78.947
	=====	=====

De acordo com o Regulamento nº 2.818/98, de 1 de Dezembro, emitido pelo Banco Central Europeu, a partir de 1 de Janeiro de 1999 as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da zona Euro e todos os depósitos de clientes inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 2% e abatido um montante de 100.000 Euros. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à média das taxas das operações principais de refinanciamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Cheques a cobrar	30.083	30.384
Depósitos à ordem		
· No país	345	765
· No estrangeiro	11.604	12.488
	-----	-----
	42.032	43.637
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

7. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Títulos		
. Instrumentos de capital	3.927	13.257
. Instrumentos de dívida	20.775	-
Instrumentos financeiros derivados (Nota 8)	211.634	61.678
	-----	-----
	236.336	74.935
	=====	=====

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.5.. Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o montante nominal e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

	2008							
	Montante nominal			Valor contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Activos detidos para negociação (Nota 7)	Passivos detidos para negociação	Activos por derivados de cobertura (Nota 9)	Passivos por derivados de cobertura (Nota 9)	Total
Instrumentos financeiros derivados								
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>								
. Operações cambiais a prazo	68.333	-	68.333	-	-	-	-	-
. Swaps								
Taxa de juro	2.482.321	134.359	2.616.680	168.316	(173.590)	19.524	(18.626)	(4.376)
Cotações	7.462	112.825	120.287	650	(1.022)	11.018	(17.661)	(7.015)
. Opções								
Taxa de juro	38.970	-	38.970	2.819	(2.848)	-	-	(29)
Cotações	226.260	-	226.260	39.589	(39.494)	-	-	95
. Contratos de garantia de taxa								
Caps	711.259	-	711.259	260	(260)	-	-	-
Floors	848.200	-	848.200	-	-	-	-	-
	4.382.805	247.184	4.629.989	211.634	(217.214)	30.542	(36.287)	(11.325)
<i>Transaccionados em bolsa</i>								
. Futuros								
Cotações	2.418	-	2.418	-	-	-	-	-
	2.418	-	2.418	-	-	-	-	-
	4.385.223	247.184	4.632.407	211.634	(217.214)	30.542	(36.287)	(11.325)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2007							
	Montante nocional			Valor contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Activos detidos para negociação (Nota 7)	Passivos detidos para negociação	Activos por derivados de cobertura (Nota 9)	Passivos por derivados de cobertura (Nota 9)	Total
Instrumentos financeiros derivados								
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>								
. Operações cambiais a prazo	104.968	-	104.968	-	-	-	-	-
. Swaps								
Divisas	-	-	-	-	-	-	-	-
Taxa de juro	1.218.881	158.274	1.377.155	29.190	(28.444)	4.792	(9.362)	(3.824)
Cotações	5.056	96.734	101.790	95	(392)	5.330	(14.792)	(9.759)
Outros	-	-	-	-	-	8.072	-	8.072
. Opções								
Taxa de juro	38.351	-	38.351	1.113	(1.063)	-	-	50
Cotações	193.536	-	193.536	30.987	(30.095)	-	-	892
. Contratos de garantia de taxa								
Caps	180.534	-	180.534	293	(293)	-	-	-
Floors	306.850	-	306.850	-	-	-	-	-
	2.048.176	255.008	2.303.184	61.678	(60.287)	18.194	(24.154)	(4.569)
<i>Transaccionados em bolsa</i>								
. Futuros								
Cotações	16.151	-	16.151	-	-	-	-	-
	16.151	-	16.151	-	-	-	-	-
	2.064.327	255.008	2.319.335	61.678	(60.287)	18.194	(24.154)	(4.569)

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe (por montante nocional):

	2008					
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1 ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
	Instrumentos financeiros derivados					
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>						
. Operações cambiais a prazo	55.245	8.733	4.355	-	-	68.333
. Swaps						
Taxa de juro	389.236	172.063	98.579	1.506.846	449.956	2.616.680
Cotações	24.445	23.738	9.406	62.698	-	120.287
. Opções						
Divisas	-	-	-	-	-	-
Taxa de juro	8.875	23.721	-	6.374	-	38.970
Cotações	42.288	45.980	18.309	119.683	-	226.260
. Contratos de garantia de taxa						
Caps	-	-	-	628.134	83.125	711.259
Floors	-	150.000	-	625.200	73.000	848.200
	520.089	424.235	130.649	2.948.935	606.081	4.629.989
<i>Transaccionados em bolsa</i>						
. Futuros						
Cotações	2.418	-	-	-	-	2.418
	2.418	-	-	-	-	2.418
	522.507	424.235	130.649	2.948.935	606.081	4.632.407

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2007					Total
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1 ano <= 5 anos	> 5 anos	
Instrumentos financeiros derivados						
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>						
. Operações cambiais a prazo	24.777	53.692	26.499	-	-	104.968
. Swaps						
Taxa de juro	-	-	29.650	1.208.261	139.244	1.377.155
Cotações	3.851	-	3.840	94.099	-	101.790
. Opções						
Taxa de juro	-	-	3.701	34.650	-	38.351
Cotações	4.755	-	7.608	181.173	-	193.536
. Contratos de garantia de taxa						
Caps	-	-	-	142.246	38.288	180.534
Floors	-	-	-	275.850	31.000	306.850
	<u>33.383</u>	<u>53.692</u>	<u>71.298</u>	<u>1.936.279</u>	<u>208.532</u>	<u>2.303.184</u>
<i>Transaccionados em bolsa</i>						
. Futuros						
Cotações	14.216	1.935	-	-	-	16.151
	<u>14.216</u>	<u>1.935</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.151</u>
	<u>47.599</u>	<u>55.627</u>	<u>71.298</u>	<u>1.936.279</u>	<u>208.532</u>	<u>2.319.335</u>

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

	2008	2007
Instrumentos financeiros derivados		
. Operações cambiais a prazo		
Instituições financeiras	34.483	52.169
Clientes	33.850	52.799
. Swaps		
Taxa de juro		
Instituições financeiras	1.643.552	782.355
Clientes	973.128	594.800
Cotações		
Instituições financeiras	120.287	101.790
. Opções		
Taxa de juro		
Instituições financeiras	19.880	19.568
Clientes	19.090	18.783
Cotações		
Instituições financeiras	118.406	102.318
Clientes	107.854	91.218
. Contratos de garantia de taxa		
Caps		
Instituições financeiras	355.629	90.267
Clientes	355.630	90.267
Floors		
Instituições financeiras	424.100	153.425
Clientes	424.100	153.425
. Futuros		
Bolsa	2.418	16.151
	<u>4.632.407</u>	<u>2.319.335</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

9. CONTABILIDADE DE COBERTURA

O BBVA Portugal utiliza instrumentos financeiros derivados para cobertura de riscos de taxa de juro e taxa de câmbio resultantes da actividade com clientes, nomeadamente, de depósitos estruturados e de operações de crédito a taxa fixa.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os saldos contabilísticos dos elementos cobertos e dos respectivos instrumentos de cobertura apresentam o seguinte detalhe:

2008									
Tipo de cobertura	Elementos cobertos				Instrumentos de cobertura				
	Montante nominal	Juros corridos	Correcções de valor	Valor contabilístico	Montante nominal	Juros	Prémios	Reavaliação	Justo valor
(Notas 12 e 19)									
<i>Cobertura de justo valor</i>									
Crédito a taxa fixa	105.286	771	6.982	113.039	97.763	85	-	(6.570)	(6.485)
Depósitos estruturados	133.460	(5.303)	2.967	131.124	149.421	4.263	(17)	(3.506)	740
	<u>238.746</u>	<u>(4.532)</u>	<u>9.949</u>	<u>244.163</u>	<u>247.184</u>	<u>4.348</u>	<u>(17)</u>	<u>(10.076)</u>	<u>(5.745)</u>
2007									
Tipo de cobertura	Elementos cobertos				Instrumentos de cobertura				
	Montante nominal	Juros corridos	Correcções de valor	Valor contabilístico	Montante nominal	Juros	Prémios	Reavaliação	Justo valor
(Notas 12 e 19)									
<i>Cobertura de justo valor</i>									
Crédito a taxa fixa	101.782	610	3.842	106.234	101.782	(28)	-	(3.791)	(3.819)
Depósitos estruturados	140.703	(4.679)	5.764	141.788	153.226	4.357	(36)	(6.462)	(2.141)
	<u>242.485</u>	<u>(4.069)</u>	<u>9.606</u>	<u>248.022</u>	<u>255.008</u>	<u>4.329</u>	<u>(36)</u>	<u>(10.253)</u>	<u>(5.960)</u>

Durante os exercícios de 2008 e 2007, os resultados em operações financeiras reconhecidos nos elementos cobertos e nos respectivos instrumentos de cobertura podem ser resumidos como segue:

Tipo de cobertura	2008	2007
<i>Cobertura de justo valor</i>		
<i>Crédito a taxa fixa</i>		
Elemento coberto	3.140	370
Instrumento de cobertura		
Swaps de taxa de juro	<u>(2.809)</u>	<u>(320)</u>
	<u>331</u>	<u>50</u>
<i>Produtos Estruturados</i>		
Elemento coberto	(2.797)	2.504
Instrumento de cobertura		
Swaps de taxa de juro	576	(332)
Equity swaps	<u>2.270</u>	<u>(2.354)</u>
	<u>49</u>	<u>(182)</u>
	<u>380</u>	<u>(132)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

10. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<u>Instrumentos de dívida</u>		
De dívida pública portuguesa	15.899	16.084
De outros residentes		
· Outras obrigações	78.054	168.148
De não residentes		
· Outras obrigações	19.736	21.289
<u>Instrumentos de capital</u>		
· Valorizados ao justo valor	2.294	2.392
· Valorizados ao custo histórico	4.845	4.823
	-----	-----
	120.828	212.736
Juros a receber	1.556	1.951
Receitas com rendimento diferido	(35)	(141)
	-----	-----
	122.349	214.546
Imparidade (Nota 20)	(631)	(630)
	-----	-----
	121.718	213.916
	=====	=====

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

Em 2008 o Banco reclassificou as obrigações da Sonae Distribuição de “Activos financeiros disponíveis para venda” para “Crédito a clientes”. O montante reclassificado ascendeu a 61.022 mEuros, o qual incluía os respectivos juros a receber.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Instrumentos de capital” inclui 2.294 mEuros e 2.392 mEuros, respectivamente, relativos a unidades de participação de fundos geridos pela BBVA Gest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A..

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os instrumentos de capital valorizados ao custo histórico têm a seguinte composição:

	2008			2007	
	Participação efectiva (%)	Custo de aquisição	Imparidade	Valor de balanço	Valor de balanço
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	5,83%	3.831	-	3.831	3.831
Unicre – Cartão Internacional de Crédito, S.A.	0,78%	305	-	305	305
Finangeste – Empresa Financeira de Gestão e Desenvolvimento, S.A.	0,09%	622	(544)	78	57
Outros		87	(87)	-	-
		-----	-----	-----	-----
		4.845	(631)	4.214	4.193
		=====	=====	=====	=====

O movimento ocorrido durante os exercícios de 2008 e 2007 na Imparidade é apresentado na Nota 20.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

11. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Empréstimos		
· no país	130.024	252.191
Depósitos		
· no estrangeiro	507.870	286.545
	-----	-----
	637.894	538.736
	-----	-----
Juros a receber	4.887	1.651
	-----	-----
	642.781	540.387
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os prazos residuais das aplicações em instituições de crédito, apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Até três meses	565.618	464.787
De três meses a um ano	40.276	53.161
De um a cinco anos	32.000	20.788
	-----	-----
	637.894	538.736
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2008, o detalhe por contraparte das aplicações em instituições de crédito, pode ser apresentado como segue:

BBVA Madrid	507.867
Mercedes - Benz Financial Services Portugal	50.000
Fidis Retail, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	20.013
Caixa Leasing e Factoring, S.A.	20.000
Banif Go - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	15.000
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	12.501
Banif - Banco Internacional Do Funchal, S.A.	7.500
Orey - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	5.000
Outros	13

	637.894
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

12. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Crédito não titulado:		
Crédito interno		
. Empresas e administrações públicas		
Empréstimos	1.440.954	1.424.731
Créditos em conta corrente	702.756	616.830
Descobertos em depósitos à ordem	1.986	3.556
Créditos tomados - factoring	76.438	30.985
Operações de locação financeira	142.263	124.205
Outros créditos	2.684	1.618
. Particulares		
Habitação	1.711.063	1.716.907
Outros créditos	176.732	146.045
Crédito ao exterior	523.049	460.038
	-----	-----
	4.777.925	4.524.915
Crédito titulado:		
Papel comercial	636.525	443.150
Desconto e outros créditos titulados	67.968	47.154
Dívida não subordinada	60.000	-
	-----	-----
	5.542.418	5.015.219
Correcções de valor de activos que sejam objecto de operações de cobertura (Nota 9)	6.982	3.842
	-----	-----
	5.549.400	5.019.061
	-----	-----
Juros a receber:		
Crédito não titulado	16.186	13.059
Despesas com encargo diferido	7.611	7.009
Receitas com rendimento diferido	(8.418)	(9.747)
	-----	-----
	5.564.779	5.029.382
	-----	-----
Crédito e juros vencidos	35.416	21.003
Créditos vencidos adquiridos pela Invesco	2.411	2.549
	-----	-----
	5.602.606	5.052.934
	-----	-----
Imparidade (Nota 20)	(60.227)	(44.080)
	-----	-----
	5.542.379	5.008.854
	=====	=====

O movimento ocorrido durante os exercícios de 2008 e 2007 na Imparidade é apresentado na Nota 20.

Em 31 de Dezembro de 2008, o crédito a clientes e as garantias prestadas incluem operações garantidas pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. (Madrid), nos montantes de aproximadamente 1.023.115 mEuros e 524.415 mEuros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2007, o crédito a clientes e as garantias prestadas (Nota 23) incluem operações garantidas pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. (Madrid), nos montantes de aproximadamente 838.045 mEuros e 344.981 mEuros, respectivamente. Estes montantes não são considerados para efeitos do apuramento do rácio de solvabilidade.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o prazo residual dos créditos a clientes, excluindo o crédito vencido, apresentava a seguinte estrutura:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Até três meses	1.734.215	1.558.452
De três meses a um ano	704.347	562.265
De um a dois anos	239.441	229.425
Mais de dois anos	2.864.415	2.665.077
	-----	-----
	5.542.418	5.015.219
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a composição da carteira de créditos a clientes por sectores de actividade, excluindo o crédito vencido, é a seguinte:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Agricultura	25.131	35.146
Alimentos, bebidas e tabaco	62.732	55.167
Comércio	315.332	359.173
Construção	529.037	493.695
Engenharia	294.615	278.368
Madeira e cortiça	16.910	12.580
Serviços	1.016.579	726.407
Têxtil	31.436	21.864
Transportes e comunicações	232.631	164.374
Particulares:		
- Habitação	1.834.747	1.751.969
- Consumo	90.289	103.421
Outros	1.092.979	1.013.055
	-----	-----
	5.542.418	5.015.219
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

13. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Outros activos tangíveis” durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

Descrição	31 de Dezembro de 2007			Transferências							Alienações e abates	Valor líquido	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Imparidade (Nota 20)	Aquisições	Para activos detidos para venda (Nota 16)			Entre activos fixos		Amortizações do exercício			Imparidade (Nota 20)
					Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 20)	Valor Bruto	Amortizações do exercício				
Imóveis:													
. De serviço próprio	72.602	(19.626)	(1.504)	450	(4.515)	1.064	1.360	516	(1.122)	(2.346)	-	-	46.879
. Despesas em edifícios arrendados	9.986	(8.865)	-	470	-	-	-	218	(310)	-	-	-	1.499
Activos tangíveis em curso													
. Imóveis de serviço próprio	218	-	-	562	-	-	-	(771)	-	-	-	-	9
	82.806	(28.491)	(1.504)	1.482	(4.515)	1.064	1.360	(37)	(1.432)	(2.346)	-	-	48.387
Equipamento:													
. Mobiliário e material	8.381	(7.857)	-	250	-	-	-	17	(182)	-	-	-	609
. Máquinas e ferramentas	5.976	(5.344)	-	405	-	-	-	18	(209)	-	-	-	846
. Equipamento informático	20.001	(18.735)	-	317	-	-	-	2	(1.002)	-	-	-	593
. Instalações interiores	13.605	(11.509)	-	460	-	-	-	-	(423)	-	-	-	2.133
. Material de transporte	1.216	(444)	-	819	-	-	-	-	(264)	-	(350)	-	977
. Equipamento de segurança	4.187	(3.579)	-	81	-	-	-	-	(170)	-	-	-	519
	53.366	(47.468)	-	2.332	-	-	-	37	(2.250)	-	(350)	-	5.667
Outros activos tangíveis:													
. Património artístico	77	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	77
	136.249	(75.959)	(1.504)	3.814	(4.515)	1.064	1.360	-	(3.682)	(2.346)	(350)	-	54.131

Descrição	31 de Dezembro de 2006			Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Imparidade (Nota 20)	Alienações e abates	Alienação da BBVA IFIC	Valor líquido
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Imparidade (Nota 20)							
Imóveis:										
. De serviço próprio	72.625	(18.498)	(845)	607	(42)	(1.182)	(659)	(534)	-	51.472
. Despesas em edifícios arrendados	10.302	(9.023)	-	324	42	(320)	-	(204)	-	1.121
Activos tangíveis em curso										
. Imóveis de serviço próprio	-	-	-	218	-	-	-	-	-	218
	82.927	(27.521)	(845)	1.149	-	(1.502)	(659)	(738)	-	52.811
Equipamento:										
. Mobiliário e material	8.195	(7.632)	-	246	-	(276)	-	-	(9)	524
. Máquinas e ferramentas	5.518	(5.214)	-	474	-	(145)	-	-	(1)	632
. Equipamento informático	20.179	(18.213)	-	425	(4)	(1.120)	-	-	(1)	1.266
. Instalações interiores	13.079	(11.105)	-	525	-	(403)	-	-	-	2.096
. Material de transporte	1.398	(939)	-	1.217	-	(313)	-	(106)	(485)	772
. Equipamento de segurança	3.992	(3.408)	-	194	-	(170)	-	-	-	608
	52.361	(46.511)	-	3.081	(4)	(2.427)	-	(106)	(496)	5.898
Outros activos tangíveis:										
. Património artístico	77	-	-	-	-	-	-	-	-	77
. Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	135.365	(74.032)	(845)	4.230	(4)	(3.929)	(659)	(844)	(496)	58.786

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Imóveis de serviço próprio” inclui imóveis não afectos à actividade do Banco nos montantes de 5.422 mEuros e 4.302 mEuros, respectivamente, aos quais estão associadas perdas por imparidade no montante de 2.490 mEuros e 1.504 mEuros, respectivamente.

Estes imóveis são reconhecidos contabilisticamente ao custo de aquisição ou valor de realização, dos dois o menor, sendo registadas imparidades sempre que o valor de avaliação seja inferior ao respectivo valor líquido contabilístico.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

14. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Activos intangíveis” durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

Descrição	31 de Dezembro de 2007			Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Valor Líquido
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 20)				
<i>Activos intangíveis</i>							
Diferenças de consolidação	2.073	-	(2.073)	-	-	-	-
Trespases	150	(150)	-	-	-	-	-
Software	922	(455)	-	-	840	(308)	999
Activos intangíveis em curso	678	-	-	1.358	(840)	-	1.196
	<u>3.823</u>	<u>(605)</u>	<u>(2.073)</u>	<u>1.358</u>	<u>-</u>	<u>(308)</u>	<u>2.195</u>

Descrição	31 de Dezembro de 2006			Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Alienações e abates	Alienação da BBVA IFIC	Valor Líquido
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 20)						
<i>Activos intangíveis</i>									
Diferenças de consolidação	2.073	-	(2.073)	-	-	-	-	-	-
Trespases	150	(150)	-	-	-	-	-	-	-
Custos plurianuais	8.880	(8.880)	-	-	-	-	-	-	-
Software	4.154	(2.974)	-	-	300	(642)	(1)	(370)	467
Outros activos intangíveis	4.539	(4.539)	-	-	-	-	-	-	-
Activos intangíveis em curso	193	-	-	795	(296)	-	(14)	-	678
	<u>19.989</u>	<u>(16.543)</u>	<u>(2.073)</u>	<u>795</u>	<u>4</u>	<u>(642)</u>	<u>(15)</u>	<u>(370)</u>	<u>1.145</u>

As “diferenças de consolidação” correspondem à diferença entre o custo de aquisição da Invesco Management n.º1, S.A. e os capitais próprios atribuíveis ao Grupo BBVA Portugal na data de aquisição dessa participada.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Activos intangíveis em curso” corresponde essencialmente a software adquirido a empresas externas, o qual ainda não se encontra em funcionamento.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

15. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 eram os seguintes:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Activos por impostos diferidos		
· Por diferenças temporárias	29.827	30.943
· Por prejuízos fiscais reportáveis	1.023	1.933
	-----	-----
	30.850	32.876
	-----	-----
Passivos por impostos diferidos		
· Por diferenças temporárias	(115)	(168)
	-----	-----
	30.735	32.708
	=====	=====
Activos por impostos correntes	759	339
	-----	-----
Passivos por impostos correntes		
· Imposto sobre o rendimento a pagar	(405)	(805)
	-----	-----
	354	(466)
	=====	=====

O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2006	Variação em resultados	Variação em Situação Líquida	Efeito da alienação da IFIC	Saldo em 31-12-2007	Variação em resultados	Variação em Situação Líquida	Saldo em 31-12-2008
· Activos intangíveis	562	(562)	-	-	-	-	-	-
· Prémio de antiguidade	453	(28)	-	-	425	29	-	454
· Subsídio por morte	1.104	(105)	-	-	999	30	-	1.029
· Imparidade e outras provisões temporariamente não aceites fiscalmente	4.953	2.376	-	(1.496)	5.833	3.885	-	9.718
· Pensões								
· Reformas antecipadas	11.917	2.783	-	-	14.700	(1.976)	-	12.724
· Outros custos relativos a pensões	7.920	17	-	-	7.937	(2.650)	4	5.291
· Reavaliação de imobilizado não aceite fiscalmente	(191)	23	-	-	(168)	52	-	(116)
· Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	333	(87)	-	-	246	(82)	-	164
· Prejuízos fiscais reportáveis	1.631	302	-	-	1.933	(910)	-	1.023
· Comissões	1.103	(293)	-	59	869	(290)	-	579
· Correções no justo valor dos elementos cobertos	(277)	77	-	-	(200)	67	-	(133)
· Valorização dos activos disponíveis para venda	(29)	-	155	-	126	(1)	(125)	-
· Outros	-	6	-	-	8	82	(88)	2
	<u>29.479</u>	<u>4.509</u>	<u>155</u>	<u>(1.437)</u>	<u>32.708</u>	<u>(1.764)</u>	<u>(209)</u>	<u>30.735</u>

Os gastos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<u>Impostos correntes</u>	(1.486)	(3.599)
	-----	-----
<u>Impostos diferidos</u>		
Registo e reversão de diferenças temporárias	(854)	4.207
Prejuízos fiscais reportáveis	(910)	302
	-----	-----
	(1.764)	4.509
	-----	-----
Total de impostos reconhecidos em resultados	(3.250)	910
	=====	=====
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários	19.497	24.516
	-----	-----
Carga fiscal	16,67%	(3,71%)
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto nos exercícios de 2008 e 2007 pode ser demonstrada como segue:

	2008		2007	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		19.497		24.516
Imposto apurado com base na taxa nominal	26,50%	5.167	26,50%	6.497
Alteração do reconhecimento fiscal das contribuições efectuadas relativas a pensões e reformas antecipadas	0,00%	-	-24,97%	(6.122)
Constituição de impostos diferidos activos resultantes de prejuízos fiscais reportáveis de anos anteriores	-4,67%	(910)	-7,88%	(1.932)
Utilização de prejuízos fiscais reportáveis	-2,48%	(483)	-2,61%	(639)
Valorização dos activos disponíveis para venda	-7,93%	(1.547)	-	-
Impacto da alteração da taxa nominal de imposto	0,00%	-	2,46%	603
Benefícios fiscais				
Dividendos	-0,25%	(49)	-0,21%	(52)
Sucursal Financeira Exterior	0,17%	33	0,05%	12
Outros	0,00%	-	-0,03%	(7)
Custos não aceites fiscalmente:				
Outras provisões e imparidade	3,16%	617	7,89%	1.934
Valias na alienação da BBVA IFIC	0,00%	-	-10,86%	(2.662)
Outras valias	-0,23%	(44)	0,14%	33
Reintegrações	0,11%	22	0,27%	66
Seguros	0,29%	57	0,24%	58
Custos com pensões	1,25%	244	1,00%	244
Multas e outras penalidades	0,02%	4	0,05%	12
Outros	0,00%	-	0,11%	27
Tributação autónoma e derrama	1,85%	362	0,91%	224
Outros	-1,12%	(223)	3,23%	794
	16,67%	3.250	-3,71%	(910)

O Banco e as suas subsidiárias não reconhecem impostos diferidos activos sobre prejuízos fiscais reportáveis sempre que não exista um elevado grau de certeza quanto à existência de lucros tributáveis futuros que possibilitem a respectiva utilização. Neste sentido, em 2008 e 2007 não foram registados impostos diferidos activos no montante de 1.022 mEuros e de 2.212 mEuros, respectivamente.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal dos sujeitos passivos de IRC durante um período de quatro anos, excepto nos casos (como o do Banco) de utilização de prejuízos fiscais reportáveis, em que o referido prazo de quatro anos se conta a partir do exercício em que tais prejuízos fiscais são utilizados, ou seja, e tendo em conta o prazo de seis anos de reporte de prejuízos fiscais, tal prazo poderá chegar aos 10 anos.

O Banco foi objecto de inspecções fiscais até ao exercício de 2004 (inclusivé).

Como resultado das referidas inspecções, o Banco foi alvo de correcções, em sede de IRC, aos prejuízos fiscais reportáveis por si inicialmente apurados, tendo sido, por via das liquidações adicionais emitidas em resultado dessas correcções, apurada matéria colectável relativamente aos exercícios de 2003 e de 2004.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As correcções efectuadas são relativas a diversas matérias, incluindo custos contabilísticos não dedutíveis para efeitos fiscais, provisões acima dos limites mínimos exigidos pelo Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal e questões relacionadas com a isenção dos rendimentos obtidos pelas Sucursais Financeiras Exteriores da Zona Franca da Madeira, entre outras.

De referir que grande parte dessas correcções foi objecto de reclamação graciosa/impugnação judicial, encontrando-se estes processos em fase de apreciação por parte das autoridades competentes. Dado que os valores liquidados adicionalmente e que resultaram no apuramento de matéria colectável relativamente aos exercícios de 2003 e de 2004 não foram objecto de pagamento, foram prestadas as necessárias garantias bancárias.

Neste âmbito, foram igualmente emitidas liquidações adicionais de IRC referentes a tributação autónoma, as quais, apesar de terem sido integralmente pagas, foram objecto de reclamação graciosa/impugnação judicial.

Relativamente aos exercícios de 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005, foram apresentadas reclamações de autoliquidação de IRC por parte do Banco relacionadas com diversas matérias de índole fiscal, incluindo contribuições efectuadas para o fundo de pensões, provisões para riscos gerais de crédito e custos com reformas antecipadas, entre outras. As reclamações entregues encontram-se ainda a ser analisadas por parte das autoridades fiscais.

O Banco tem por procedimento registar na rubrica de "Provisões" do passivo o montante que considera adequado para fazer face às liquidações adicionais de que foi objecto e relativamente às quais não procedeu ao respectivo pagamento, às reclamações de autoliquidação de IRC e às contingências referentes aos exercícios ainda não revistos pela Administração Fiscal. Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 estas provisões ascendiam a 2.258 mEuros e 1.804 mEuros, respectivamente.

Na opinião do Conselho de Administração do Banco, não é previsível que ocorra qualquer correcção com impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

16. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Activos recebidos em dação em pagamento:		
· Imóveis	25.599	9.176
· Equipamento e viaturas	4	4
· Outros	830	829
Imóveis de serviço próprio para venda	3.451	-
	-----	-----
	29.884	10.009
	-----	-----
<u>Outras disponibilidades</u>	23	23
<u>Outros activos</u>		
Outros metais preciosos	18	20
<u>Devedores e outras aplicações</u>		
Devedores por operações sobre futuros	1.482	1.929
Sector Público Administrativo		
· IVA a recuperar	1.801	1.007
Bonificações a receber	18	44
Outros devedores diversos	6.264	7.159
	-----	-----
	9.565	10.139
	-----	-----
<u>Rendimentos a receber</u>		
Comissões	2.543	4.988
Outros	196	202
	-----	-----
	2.739	5.190
	-----	-----
<u>Despesas com encargo diferido</u>		
Seguros	30	26
Outras	534	1.173
	-----	-----
	564	1.199
	-----	-----
<u>Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 17)</u>		
Desvios actuariais	43.140	40.965
	-----	-----
<u>Outras contas de regularização</u>		
Operações cambiais a liquidar	12	7
Operações activas a regularizar	1.014	2.386
	-----	-----
	1.026	2.393
	-----	-----
	86.959	69.938
	-----	-----
<u>Imparidade – Outros activos (Nota 20)</u>		
Outros devedores diversos	(4.051)	(4.239)
Activos recebidos em dação em pagamento	(2.481)	(2.237)
Imóveis de serviço próprio para venda	(1.436)	-
	-----	-----
	(7.968)	(6.476)
	-----	-----
	78.991	63.462
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido durante os exercícios de 2008 e 2007 na Imparidade é apresentado na Nota 20.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Rendimentos a receber – Comissões”, inclui 1.468 mEuros e 2.348 mEuros, respectivamente, relativos a valores a receber da BBVA Seguros, S.A., pela colocação de seguros através da rede comercial do BBVA Portugal (Nota 38).

O movimento nas rubricas “Activos recebidos em dação em pagamento” e “Imóveis de serviço próprio para venda” durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 pode ser apresentado da seguinte forma:

	31 de Dezembro de 2007				Transferências		(Dotação)/	31 de Dezembro de 2008		
	Valor		Aquisições	Alienações	De activor fixos tangíveis		Reversões de Imparidade	Valor		Valor líquido
	Bruto	Imparidade			Valor Bruto	Imparidade		Bruto	Imparidade	
Activos recebidos em dação em pagamento										
Imóveis	9.176	(1.408)	19.051	(2.628)	-	-	(244)	25.599	(1.652)	23.947
Equipamento e viaturas	4	-	21	(21)	-	-	-	4	-	4
Outros	829	(829)	1	-	-	-	-	830	(829)	1
Imóveis de serviço próprio para venda	-	-	-	-	3.451	(1.360)	(76)	3.451	(1.436)	2.015
	10.009	(2.237)	19.073	(2.649)	3.451	(1.360)	(320)	29.884	(3.917)	25.967

	31 de Dezembro de 2006		Alteração do perímetro de consolidação		Aquisições	Alienações	Utilização de Imparidade	(Dotação)/ Reversões de Imparidade	Transferências de Imparidade	31 de Dezembro de 2007		
	Valor		Valor							Valor		Valor líquido
	Bruto	Imparidade	Bruto	Imparidade	Bruto	Imparidade	Bruto	Imparidade	Bruto	Imparidade	Valor líquido	
Activos recebidos em dação em pagamento												
Imóveis	7.517	(925)	-	-	2.642	(982)	-	(430)	(53)	9.176	(1.408)	7.768
Equipamento e viaturas	446	(161)	(389)	162	1.913	(1.966)	-	30	(30)	4	-	4
Outros	829	(829)	-	-	-	-	-	-	-	829	(829)	-
	8.792	(1.915)	(389)	162	4.555	(2.948)	-	(400)	(83)	10.009	(2.237)	7.772

17. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

As responsabilidades do BBVA Portugal, da BBVA Gest e da BBVA Fundos com pensões de reforma por velhice, sobrevivência e por invalidez encontram-se cobertas por Fundos de Pensões. A gestão destes Fundos, bem como a elaboração das avaliações actuariais necessárias ao cálculo das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência são da responsabilidade da BBVA Fundos – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Os pressupostos actuariais e financeiros utilizados no cálculo das responsabilidades com referência a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 são os seguintes:

	2008	2007
<u>Pressupostos financeiros</u>		
Taxa de desconto	5,9%	5,3%
Taxa de rendimento de longo prazo	4,8%	4,6%
Taxa de crescimento dos salários e outros benefícios	3%	3%
Taxa de crescimento das pensões	2,25%	2%
<u>Pressupostos demográficos</u>		
Tábua de mortalidade	TV – 88/90	TV – 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80 a 50%	EVK 80 a 50%
Tábua de turnover	MSSL a 50%	MSSL a 50%
Idade de reforma	65	65
Percentagem de casados	85%	85%
Método de avaliação	“Projected Unit Credit”	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o número de participantes abrangidos pelo plano de pensões é o seguinte:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Empregados no activo	848	712
Reformados e pensionistas	768	771
	-----	-----
	1.616	1.483
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o valor actual das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência e com assistência médica e as respectivas coberturas são as seguintes:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
A. Responsabilidades:		
Serviços passados:		
- Empregados no activo	59.413	59.205
- Reformados e pensionistas	203.232	214.556
- Subsídio por morte	3.712	3.787
	-----	-----
	266.357	277.548
	-----	-----
Assistência médica:		
- Empregados no activo	3.832	3.847
- Reformados e pensionistas	13.174	13.946
	-----	-----
	17.006	17.793
	-----	-----
	283.363	295.341
	-----	-----
B. Cobertura das responsabilidades:		
Valor patrimonial dos Fundos	276.628	287.874
Contratos de rendas vitalícias	6.735	7.500
	-----	-----
	283.363	295.374
	-----	-----
C. (Excesso) / Insuficiência	-	(33)
	==	===

O movimento no valor actual das responsabilidades por serviços passados ocorrido durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Responsabilidades no início do exercício	295.341	296.465
Reformas antecipadas efectuadas no período	-	10.890
Alteração de pressupostos:		
Taxa de desconto	(18.413)	(23.928)
Custo do serviço corrente	3.761	3.946
Custo dos juros	15.072	13.748
(Ganhos) e perdas actuariais	2.447	4.246
Pensões pagas pelos fundos de pensões	(15.172)	(14.096)
Contribuição dos colaboradores	327	283
Subsídio por morte	-	3.787
	-----	-----
Responsabilidades no fim do exercício	283.363	295.341
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A cobertura das responsabilidades do Grupo BBVA Portugal é efectuada através do Fundo de Pensões Grupo BBVA (Portugal), do Fundo de Pensões Credit (Portugal), e de contratos de rendas vitalícias celebrados entre o Banco e a Gan Portugal Vida. O valor actual dos contratos de rendas vitalícias é determinado pela BBVA Fundos utilizando pressupostos actuariais iguais aos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões. O movimento ocorrido na cobertura das responsabilidades foi o seguinte:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Saldo inicial:		
. Valor patrimonial dos Fundos	287.874	248.473
. Contratos de rendas vitalícias	7.500	8.314
. Contribuições a entregar	-	39.715
	-----	-----
	295.374	296.502
Contribuições efectuadas	6.990	17.417
Contribuições dos colaboradores	327	283
Rendimento esperado dos fundos de pensões	13.132	13.030
Pensões pagas pelos fundos de pensões	(15.172)	(14.096)
(Ganhos) e perdas actuariais/financeiras	(17.288)	(17.762)
	-----	-----
Saldo final	283.363	295.374
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a carteira dos Fundos de Pensões incluía os seguintes activos com empresas do Grupo:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Obrigações	7.941	7.263
Unidades de Participação de Fundos geridos por entidades do Grupo	12.262	12.244
	-----	-----
	20.203	19.507
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido nos desvios actuariais durante os exercícios de 2007 e 2008 foi o seguinte:

Saldos em 31 de Dezembro de 2006	43.806
(Ganhos) / Perdas actuariais e financeiras:	
- financeiras	17.762
- actuariais	4.246
Impacto da alteração da taxa de desconto	(23.928)
Amortização de desvios resultantes da alteração da tábua de mortalidade ao longo de 22 anos	(924)
Amortização de outros desvios actuariais fora do Corredor	3
Saldos em 31 de Dezembro de 2007 (Nota 16)	<u>40.965</u>
(Ganhos) / Perdas actuariais e financeiras:	
- financeiras	18.991
- actuariais	2.447
Impacto da alteração da taxa de desconto	(18.413)
Amortização de desvios resultantes da alteração da tábua de mortalidade ao longo de 22 anos	(922)
Amortização de outros desvios actuariais fora do Corredor	72
Saldos em 31 de Dezembro de 2008 (Nota 16)	<u><u>43.140</u></u>

Os desvios resultantes da alteração da tábua de mortalidade, efectuada em 2005, estão a ser amortizados ao longo de um período de 22 anos, correspondente ao período médio de vida activa até à idade de reforma, para os trabalhadores actualmente no activo.

O custo do exercício com pensões de reforma e responsabilidades com saúde inclui o custo do serviço corrente, o custo dos juros relativo à totalidade das responsabilidades, a amortização dos desvios actuariais fora do Corredor e os custos com acréscimos de responsabilidades por reformas antecipadas, deduzidos do rendimento esperado dos Fundos de Pensões:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Custo do serviço corrente	3.761	3.946
Custo dos juros	15.072	13.748
Amortização de desvios actuariais fora do Corredor	850	921
Acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas	-	10.890
Rendimento esperado dos Fundos de Pensões	(13.132)	(13.030)
	-----	-----
Custo do exercício (Nota 36)	<u>6.551</u>	<u>16.475</u>
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

18. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
À vista		
Depósitos à ordem		
· Instituições de crédito no país	6.658	3.952
· Instituições de crédito no estrangeiro	45.065	25.874
	-----	-----
	51.723	29.826
	-----	-----
Depósitos a prazo e outros recursos		
· Instituições de crédito no estrangeiro	3.017.150	3.858.015
· Instituições de crédito no país	-	10.075
	-----	-----
	3.017.150	3.868.090
	-----	-----
	3.068.873	3.897.916
	-----	-----
Juros a pagar	16.843	18.131
	-----	-----
	3.085.716	3.916.047
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os prazos residuais dos recursos de outras instituições de crédito, apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Até três meses	275.493	1.267.422
De três meses a um ano	243.054	574.890
De um a cinco anos	1.668.257	1.224.203
Mais de cinco anos	882.069	831.401
	-----	-----
	3.068.873	3.897.916
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

19. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Depósitos		
. À ordem	824.418	890.313
. A prazo	2.236.899	785.914
. De poupança	9.753	17.807
Outros recursos de clientes		
. Cheques e ordens a pagar	3.694	716
. Outros	202	242
	-----	-----
	3.074.966	1.694.992
	-----	-----
Correcções de valor de passivos que sejam objecto de operações de cobertura (Nota 9)	(2.967)	(5.764)
	-----	-----
	3.071.999	1.689.228
	-----	-----
Encargos a pagar		
. Juros de recursos de clientes	13.348	8.552
	-----	-----
Despesas com encargo diferido		
. Juros de recursos de clientes	(91)	(54)
	-----	-----
	3.085.256	1.697.726
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os prazos residuais dos recursos de clientes e outros empréstimos, apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Até três meses	2.598.361	1.334.966
De três meses a um ano	346.693	209.117
De um a cinco anos	129.912	150.909
	-----	-----
	3.074.966	1.694.992
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

20. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

	Saldos em 31-12-2007	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Transferências	Saldos em 31-12-2008
Imparidade						
Crédito a clientes (Nota 12)	44.080	27.561	(9.517)	(2.024)	127	60.227
- Imparidade de outros activos financeiros:						
Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 10)	630	1	-	-	-	631
- Imparidade de outros activos:						
Activos não correntes detidos para venda (Nota 16)	2.237	383	(139)	-	-	2.481
Imóveis de serviço próprio para venda (Nota 16)	-	76	-	-	1.360	1.436
Outros activos tangíveis (Nota 13)	1.504	2.375	(29)	-	(1.360)	2.490
Outros activos intangíveis (Nota 14)	2.073	-	-	-	-	2.073
Outros activos (Nota 16)	4.239	75	(28)	(640)	405	4.051
	<u>10.053</u>	<u>2.909</u>	<u>(196)</u>	<u>(640)</u>	<u>405</u>	<u>12.531</u>
Provisões:						
- Outros riscos e encargos	3.024	1.423	-	(330)	(532)	3.585
	<u>57.787</u>	<u>31.894</u>	<u>(9.713)</u>	<u>(2.994)</u>	<u>-</u>	<u>76.974</u>

	Saldos em 31-12-2006	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Transferências	Alienação da BBVA IFIC	Saldos em 31-12-2007
Imparidade							
Crédito a clientes (Nota 12)	41.261	27.794	(12.720)	(3.848)	(87)	(8.320)	44.080
- Imparidade de outros activos financeiros:							
Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 10)	596	45	(11)	-	-	-	630
- Imparidade de outros activos:							
Activos não correntes detidos para venda (Nota 13)	1.915	580	(180)	-	84	(162)	2.237
Outros activos tangíveis (Nota 14)	845	859	(200)	-	-	-	1.504
Outros activos intangíveis (Nota 15)	2.073	-	-	-	-	-	2.073
Outros activos (Nota 17)	4.468	170	(13)	(309)	(77)	-	4.239
	<u>9.301</u>	<u>1.609</u>	<u>(393)</u>	<u>(309)</u>	<u>7</u>	<u>(162)</u>	<u>10.053</u>
Provisões:							
- Outros riscos e encargos	3.331	1.620	(116)	(401)	80	(1.490)	3.024
	<u>54.489</u>	<u>31.068</u>	<u>(13.240)</u>	<u>(4.558)</u>	<u>-</u>	<u>(9.972)</u>	<u>57.787</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Provisões para outros riscos e encargos” diz respeito essencialmente a provisões constituídas para contingências fiscais, legais e fraudes diversas.

21. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Empréstimos subordinados:		
Concedido em Março de 2007	95.000	95.000
Concedido em Junho de 2006	75.000	75.000
	-----	-----
	170.000	170.000
	-----	-----
Encargos a pagar		
Juros de empréstimos subordinados	46	27
	-----	-----
	170.046	170.027
	=====	=====

Em 30 de Março de 2007 foi concedido pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. um empréstimo subordinado no montante de 95.000 mEuros através de um contrato de mútuo directo subordinado. Este empréstimo tem vencimento em 30 de Março de 2017 e vence juros à taxa Euribor a três meses acrescida de 0,65 pontos percentuais.

O Banco de Portugal autorizou, através de carta de Maio de 2007, que os recursos obtidos através deste empréstimo sejam considerados para efeito de cálculo dos fundos próprios complementares do BBVA Portugal dentro dos limites estabelecidos nos n.ºs 6º e 7º do Aviso 12/92, de 29 de Dezembro.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 29 de Junho de 2006 foi concedido pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. um empréstimo subordinado perpétuo no montante de 75.000 mEuros através de um contrato de mútuo directo subordinado. O BBVA Portugal poderá proceder ao reembolso – total ou parcial – do mútuo a partir do sétimo ano mediante autorização do Banco de Portugal. Este empréstimo vence juros à taxa Euribor a três meses acrescida de 1,25 pontos percentuais.

O Banco de Portugal autorizou, através de carta de Junho de 2006, que os recursos obtidos através deste empréstimo sejam considerados para efeito de cálculo dos fundos próprios complementares do BBVA Portugal dentro dos limites estabelecidos nos nºs 6º e 7º do Aviso 12/92, de 29 de Dezembro.

Em 30 de Março de 2001 foi concedido pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. um empréstimo subordinado no montante de 69.000 mEuros através de um contrato de mútuo directo subordinado. Durante o exercício de 2007, foi accionada a cláusula contratual que permitia o reembolso antecipado após o quinto ano.

22. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<u>Credores e outros recursos</u>		
Credores por operações sobre futuros	1.343	1.306
Sector Público Administrativo		
· Retenção de impostos na fonte	1.487	2.756
· Imposto sobre o Valor Acrescentado	697	708
· Contribuições para a Segurança Social	282	148
Cobranças por conta de terceiros	19	19
Contribuições para outros sistemas de saúde	215	205
· Outros credores	5.367	13.343
	-----	-----
	9.410	18.485
	-----	-----
<u>Encargos a pagar</u>		
Por gastos com pessoal		
· Remunerações variáveis	5.680	4.720
· Provisão para férias e subsídio de férias	4.590	4.152
· Prémio de antiguidade	3.943	3.837
· Outros	130	147
Por gastos gerais administrativos	1.089	1.351
Comissões a pagar por angariação de operações de crédito	405	715
Comissões por operações sobre instrumentos financeiros	-	1.035
Taxa para o ISP	6	12
Outros	1.511	857
	-----	-----
	17.354	16.826
	-----	-----
<u>Receitas com rendimento diferido</u>		
Comissões sobre garantias prestadas	329	339
	-----	-----
<u>Outras contas de regularização</u>		
Mais valias em bens de locação financeira	366	441
Posição cambial	12	7
Outras operações a regularizar	5.567	6.835
	-----	-----
	5.945	7.283
	-----	-----
	33.038	42.933
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A rubrica “Prémio de antiguidade” corresponde ao montante estimado dos encargos com o pagamento dos prémios de antiguidade previstos na cláusula 150º do Acordo Colectivo de Trabalho Vertical para o sector bancário. Este montante é determinado pela BBVA Fundos – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Tal como referido na Nota 17, a partir de 2007, o Fundo de Pensões passou a financiar também os benefícios de subsídio por morte.

A rubrica “Mais-valias em bens de locação financeira” corresponde às diferenças positivas entre o valor dos contratos de locação financeira efectuados sobre bens recuperados e o valor contabilístico dos respectivos bens na data de realização do novo contrato. Estes montantes são reconhecidos como proveitos de forma escalonada ao longo do período de vida dos novos contratos de locação.

23. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes e compromissos associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<u>Garantias prestadas e outros passivos eventuais</u>		
Garantias e avales prestados	821.819	631.414
Aceites e endossos	4.051	3.075
Créditos documentários abertos	7.268	7.064
Outros passivos eventuais	1.331	4
	-----	-----
	834.469	641.557
	=====	=====
<u>Compromissos perante terceiros</u>		
Contratos a prazo de depósitos	-	108.282
Por linhas de crédito		
· Compromissos irrevogáveis	294.736	571.088
· Compromissos revogáveis	1.924.539	2.071.530
Por subscrição de títulos	82.200	225.600
Responsabilidades a prazo de contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	680	680
Responsabilidade potencial para com o Sistema de indemnização aos investidores	747	882
Passivos eventuais	-	98
Outros	-	132
	-----	-----
	2.302.902	2.978.292
	=====	=====
<u>Responsabilidades por prestação de serviços</u>		
Depósito e guarda de valores	4.626.892	4.624.007
Valores recebidos para cobrança	52.856	61.544
Valores administrados pela instituição		
· Fundos mobiliários geridos pela BBVA Gest	249.130	600.015
· Fundos de pensões geridos pela BBVA Fundos	351.962	366.606
· Outros	59.470	117.159
Rendas vincendas e valores residuais	194.950	176.820
Outras	96.557	81.262
	-----	-----
	5.631.817	6.027.413
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, foi criado em Novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos cujo objectivo é o de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, nomeadamente nos bancos que nele participam, de acordo com os limites estabelecidos no regime Geral das Instituições de Crédito. As contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como um custo do exercício a que dizem respeito (Nota 35). Em 2008, o BBVA Portugal efectuou o pagamento em numerário da totalidade das contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos, no montante de 519 mEuros. Em 2007, o BBVA Portugal utilizou a faculdade de não realizar o pagamento de 15% do valor das contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos, através da assunção de um compromisso irrevogável pelo montante não entregue. Neste âmbito, foram dadas em penhor 10.146.794 Obrigações do Tesouro.

O saldo da rubrica “Sistema de indemnização aos investidores” corresponde ao montante do compromisso irrevogável assumido pelo Banco, nos termos da legislação aplicável, de entregar àquele sistema em caso de accionamento, os montantes necessários para pagamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

24. CAPITAL E PRÉMIOS DE EMISSÃO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a estrutura accionista é a seguinte:

	N ° de <u>Accções</u>	<u>%</u>
BBVA Luxinvest, S.A., com sede no Luxemburgo	199.046.899	90,48%
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	20.952.951	9,52%
Outros	150	0,00%
	-----	-----
	220.000.000	100,00%
	=====	=====

Durante o exercício de 2006, na sequência da deliberação da Assembleia Geral de 22 de Dezembro de 2006, o Banco realizou um aumento de capital através da emissão de 60.000.000 acções pelo valor nominal de 1 Euro, as quais foram emitidas ao par e integralmente realizadas.

Durante o exercício de 2000, o Banco realizou um aumento do capital social no montante de 55.168 mEuros com um prémio de emissão de 7.008 mEuros.

Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República – I Série B, nº 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

25. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<u>Reservas de reavaliação</u>		
· Reservas resultantes da valorização ao justo valor:		
De activos financeiros disponíveis para venda	(6.297)	(481)
· Reservas de reavaliação do imobilizado	1.897	2.196
· Reservas por impostos diferidos		
De activos financeiros disponíveis para venda	-	126
	-----	-----
	(4.400)	1.841
	-----	-----
<u>Outras reservas e resultados transitados</u>		
· Reservas:		
Reserva legal	16.834	14.263
Outras reservas	7.445	10.016
· Resultados transitados	(32.523)	(56.648)
	-----	-----
	(8.244)	(32.369)
	-----	-----
Resultado líquido do exercício	16.247	23.826
	-----	-----
	3.603	(6.702)
	=====	=====

Reservas de reavaliação*Reservas de reavaliação do imobilizado*

Provêm das reavaliações do imobilizado efectuadas pelo BBVA Portugal ao abrigo das disposições legais e apenas podem ser utilizadas para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Em 31 de Dezembro de 2008, o efeito das reavaliações de imobilizado corpóreo, efectuadas ao abrigo do Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro, e do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro, pode ser demonstrado da seguinte forma:

	<u>Valor bruto</u>	<u>Amortizações acumuladas</u>	<u>Reserva de reavaliação</u>
Imóveis	3.023	(1.126)	1.897
	=====	=====	=====

Reservas de justo valor

A reserva de justo valor reflecte as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda, líquidas do correspondente efeito fiscal.

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, o Banco constitui um fundo de reserva até à concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferida para esta reserva uma fracção não inferior a 10% do resultado líquido do exercício, até perfazer o referido montante.

Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Formação do resultado consolidado

A determinação do resultado líquido consolidado nos exercícios de 2008 e 2007 pode ser demonstrada da seguinte forma:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Resultado individual	17.320	20.809
	-----	-----
Resultados imputáveis ao BBVA Portugal:		
- BBVA Gest	1.354	2.535
- BBVA Fundos	1.636	1.555
- BBVA Leasimo	111	795
- BBVA IFIC	-	1.477
	-----	-----
	3.101	6.362
	-----	-----
Impacto da conversão das contas individuais para IAS/IFRS:		
- Imparidade do crédito concedido líquida do efeito fiscal	(3.266)	(1.257)
- Amortização dos desvios resultantes da alteração da tábua de mortalidade por um período de 22 anos (ver Nota 17)	(922)	(924)
Anulação de dividendos distribuídos	-	(10.230)
Valia gerada na alienação da BBVA IFIC	-	6.837
Impostos diferidos relativos a pensões	-	2.330
Outros	14	(101)
	-----	-----
Resultado consolidado do exercício	16.247	23.826
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

26. INTERESSES MINORITÁRIOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Invesco Management nº1, S.A.	-	1
BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	-	-
	----	-----
	-	1
	====	=====

Em 2008 e 2007 a parcela dos resultados atribuível aos accionistas minoritários tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	-	(1.471)
Invesco Management nº1, S.A.	-	(129)
	-----	-----
	-	(1.600)
	====	=====

Tal como referido na Nota 3, em Dezembro de 2007, o Banco alienou a participação de 50,1%, que detinha junto da sociedade BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S.A. e em 2008 o Banco adquiriu o remanescente da participação na Invesco Management nº1, S.A., passando a deter 100% da participação nesta Sociedade. Na sequência destas transacções, em 2008 não existem interesses minoritários.

27. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Juros de disponibilidades	2.100	1.816
Juros de aplicações em instituições de crédito	24.831	18.225
Juros de crédito a clientes		
· Crédito interno	236.278	216.068
· Crédito ao exterior	66.947	22.108
Juros de crédito vencido	1.674	1.608
Juros de activos financeiros detidos para negociação:		
· Instrumentos derivados	93.498	22.818
Juros de activos financeiros disponíveis para venda:		
· Títulos	11.370	17.698
Juros de derivados de cobertura	10.546	1.511
Outros juros	1	1
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado:		
· Operações de crédito	2.625	2.777
Outras comissões recebidas:		
· Operações de crédito	2.024	3.914
	-----	-----
	451.894	308.544
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

28. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Juros de recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito		
. no país	2.649	3.374
. no estrangeiro	177.367	149.511
Juros de recursos de clientes e outros empréstimos	68.204	37.331
Juros de passivos financeiros de negociação		
. instrumentos financeiros derivados	95.207	24.035
Juros de derivados de cobertura	14.668	1.607
Juros de passivos subordinados	10.020	8.437
Outros juros e encargos similares	420	8
Outras comissões pagas:		
. operações de crédito	560	5.613
	-----	-----
	369.095	229.916
	=====	=====

29. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica corresponde integralmente a dividendos recebidos, apresentando a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Rendimentos de activos disponíveis para venda:		
. SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	284	316
. Unicre – Cartão Internacional de Crédito, S.A.	82	80
	-----	-----
	366	396
	====	====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

30. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<u>Rendimentos de serviços e comissões</u>		
Por garantias prestadas	5.127	3.899
Por compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	1.399	1.092
Por outras operações sobre instrumentos financeiros	65	81
Por serviços prestados		
. Administração de valores	6.970	8.277
. Depósito e guarda de valores	3.983	5.824
. Gestão de cartões	5.427	5.208
. Operações de crédito	1.383	1.402
. Cobrança de valores	913	1.092
. Montagem de operações	132	238
. Transferência de valores	117	142
. Outros serviços prestados	1.324	2.321
Por operações realizadas por conta de terceiros	2.220	2.105
Por gestão de fundos	5.125	6.327
Outras comissões recebidas	2.271	3.890
	-----	-----
	36.456	41.898
	=====	=====
<u>Encargos com serviços e comissões</u>		
Por garantias recebidas	5.234	3.431
Por compromissos assumidos por terceiros	-	38
Por serviços bancários prestados por terceiros		
. Depósito e guarda de valores	361	427
. Operações de crédito	19	35
. Cobrança de valores	8	10
. Administração de valores	3	1
. Outros	605	740
Por operações realizadas por terceiros	2.385	2.555
Outras comissões pagas	9	259
	-----	-----
	8.624	7.496
	=====	=====

Em 2008 e 2007, a rubrica “Comissões de depósito e guarda de valores” inclui 3.505 mEuros e 5.426 mEuros, respectivamente, correspondentes às comissões de banco depositário dos fundos de investimento mobiliário geridos pela BBVA Gest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. e dos fundos de pensões geridos pela BBVA Fundos – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Em 2008 e 2007, a rubrica “Comissões por serviços prestados – administração de valores” inclui 4.933 mEuros e 4.266 mEuros, respectivamente, correspondentes à remuneração do BBVA Portugal pela angariação de operações para o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. (Espanha).

Em 2008 e 2007, a rubrica “Outras comissões recebidas” inclui 1.468 mEuros e 2.348 mEuros, respectivamente, relativos à remuneração do BBVA Portugal pela colocação através da rede comercial do Banco, de seguros por conta da BBVA Seguros, S.A..

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

31. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Activos financeiros detidos para negociação:		
Títulos		
. Emitidos por residentes	(2.955)	3.092
. Emitidos por não residentes	(1.789)	6
Instrumentos financeiros derivados		
. Swaps		
Swaps de divisas	33.019	2.562
Swaps de taxa de juro	520	457
Equity swaps	(33.395)	(2.706)
. Futuros		
Sobre taxas de juro	(1)	641
Sobre cotações	5.104	(2.558)
. Opções		
Sobre taxas de juro	(84)	(63)
Sobre cotações	(843)	(103)
	-----	-----
	(424)	1.328
	-----	-----
Derivados de cobertura:		
. Swaps		
Swaps de taxa de juro	(2.233)	(652)
Equity swaps	2.270	(2.354)
	-----	-----
	37	(3.006)
	-----	-----
Correcções de valor de activos/passivos objecto de operações de cobertura	343	2.874
	-----	-----
	(44)	1.196
	=====	=====

32. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda:		
. Títulos emitidos por residentes	(39)	35
. Títulos emitidos por não residentes	222	(191)
	-----	-----
	183	(156)
	====	====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

33. RESULTADOS DE REAVLIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Reavaliação da posição cambial à vista	884	797
Reavaliação da posição cambial a prazo	5	83
	-----	-----
	889	880
	====	====

34. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Resultados em activos não financeiros		
· Outros activos tangíveis	(1)	(290)
· Activos não correntes detidos para venda	-	448
Outros	(8)	(14)
	-----	-----
	(9)	144
	====	====

35. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<u>Outros rendimentos de exploração</u>		
Outros rendimentos e receitas operacionais:		
· Alienação da BBVA IFIC (Nota 3)	-	10.045
· Reembolso de despesas	5.902	7.289
· Recuperação de créditos incobráveis	1.106	3.195
· Rendimentos da prestação de serviços diversos	3.478	2.828
· Recuperação de juros e despesas de crédito vencido	1.568	285
· Rendas de locação operacional	142	254
· Outros	311	3.036
	-----	-----
	12.507	26.932
	-----	-----
<u>Outros encargos de exploração</u>		
Outros impostos:		
· Impostos directos	1.116	461
· Impostos indirectos	496	1.212
Outros encargos e perdas operacionais:		
· Quotizações e donativos	130	98
· Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos (Nota 23)	519	456
· Outros encargos e gastos operacionais:		
Campanha de incentivo FIM Extra 5	441	441
Regularizações associadas a contratos de crédito	-	369
Outros	1.098	1.205
	-----	-----
	3.800	4.242
	-----	-----
Outros resultados de exploração	8.707	22.690
	====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

36. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Salários e vencimentos		
· Órgãos de Gestão e Fiscalização	194	169
· Empregados	35.549	35.597
	-----	-----
	35.743	35.766
	-----	-----
Encargos sociais obrigatórios		
· Fundos de Pensões (Nota 17)	6.551	16.475
· Outros	5.157	5.442
	-----	-----
	11.708	21.917
	-----	-----
Encargos sociais facultativos	182	209
	-----	-----
Outros custos com pessoal		
· Indemnizações contratuais	544	1.166
Outros	232	260
	-----	-----
	776	1.426
	-----	-----
	48.409	59.318
	=====	=====

O número médio de colaboradores do Grupo em 2008 e 2007 apresenta a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Quadros directivos	43	58
Chefias e gerência	170	127
Quadros técnicos	392	390
Administrativos	220	225
Outros	13	-
	-----	-----
	838	800
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

37. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Com fornecimentos	1.883	2.131
Com serviços		
. Rendas e alugueres	3.462	3.993
. Comunicações	3.717	3.750
. Publicidade e edição de publicações	1.569	2.446
. Seguros	393	2.265
. Deslocações, estadas e representação	1.290	1.409
. Conservação e reparação	809	1.197
. Transportes	204	211
. Serviços especializados		
Avenças e honorários	1.202	1.711
Informática	1.735	1.587
Mão de obra eventual	430	597
Judiciais, contencioso e notariado	349	595
Segurança e vigilância	321	313
Outros serviços especializados	4.504	4.057
. Outros serviços de terceiros	4.778	5.685
	-----	-----
	26.646	31.947
	=====	=====

Em 2007, o Banco desenvolveu um projecto interno denominado “Desafio 3,5 M”, tendo em vista a redução de custos essencialmente na área de informática, através do aproveitamento de sinergias com o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. e da substituição da subcontratação por contratação directa para os quadros do BBVA Portugal.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

38. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Grupo todas as empresas controladas pelo Grupo BBVA e os órgãos de gestão.

Saldos com empresas do Grupo

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as demonstrações financeiras consolidadas do Banco incluem os seguintes saldos com entidades relacionadas:

	2008	2007
Disponibilidades em outras instituições de crédito		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	4.646	153
Activos financeiros detidos para negociação		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	87.767	32.835
Activos financeiros disponíveis para venda		
BBVA Global Finance, Ltd.	-	1.715
Aplicações em instituições de crédito		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	511.819	285.755
Crédito a clientes		
Automercantil - Comércio e Aluguer de Veículos Automóveis, Lda.	44.162	43.800
Derivados de cobertura (Activo)		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	27.101	14.086
Outros Activos		
BBVA Seguros, S.A.	1.468	2.348
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	140	220
BBVA Gestion, S.A.	28	57
Passivos financeiros detidos para negociação		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	133.625	29.833
Recursos de outras instituições de crédito		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	3.058.442	3.880.153
Recursos de clientes		
BBVA Seguros, S.A.	2.396	1.714
BBVA Luxinvest	1.106.448	-
Financ.do Comércio Exterior	34	-
Derivados de cobertura (Passivo)		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	36.255	24.137
Outros passivos subordinados		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	170.046	170.027
Outros passivos		
BBVA Gestion, S.A.	339	738
Extrapatrimoniais (garantias recebidas)		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	1.844.221	1.938.872
Extrapatrimoniais (garantias prestadas)		
BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	626	-
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	23.448	-
Extrapatrimoniais (compromissos irrevogáveis)		
BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	20.000	-
Extrapatrimoniais (Derivados)		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	4.516.255	2.359.556

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Transacções com empresas do Grupo

Nos exercícios de 2008 e 2007, os principais saldos da demonstração de resultados consolidados com empresas do Grupo BBVA são os seguintes:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Margem financeira		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	(175.113)	(140.473)
Automercantil - Comércio e Aluguer de Veículos Automóveis, Lda.	1.930	1.863
BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	216	-
BBVA Global Finance, Ltd.	38	64
BBVA Luxinvest	(21.277)	-
Comissões líquidas		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	(266)	4.266
BBVA Seguros, S.A.	1.484	1.324
BBVA Gestion, S.A.	(288)	57
BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	197	-
Resultados em operações financeiras		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	(46.528)	(13.641)
Outros resultados de exploração		
Corporation General Financiera S.A.	-	10.045

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respectivas datas.

Orgãos de Gestão

Em 2008, os custos suportados relativos à remuneração e outros benefícios de curto prazo atribuídos aos membros do Conselho de Administração do Banco ascenderam a 821 mEuros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

39. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROSPolíticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade do Banco

A política de gestão do risco no BBVA Portugal tem por objectivo gerir e controlar activamente a exposição à incerteza e está alinhada com os objectivos globais do Grupo BBVA.

Neste sentido, o Grupo BBVA Portugal tem vindo a dotar-se dos elementos tanto qualitativos (estrutura, sistemas e procedimentos), como quantitativos (metodologias e ferramentas) considerados necessários.

O Grupo BBVA Portugal dispõe de uma estrutura organizativa que, assente em princípios de uma gestão de riscos avançada, preserva a independência da função, mantendo a proximidade às áreas de negócio onde se originam os riscos.

Durante 2008, foi criado o Comité Geral de Gestão de Risco (CGGR), que se trata de um órgão independente responsável pela Função de Gestão de Riscos do Banco, que tem como principais objectivos o acompanhamento e avaliação do Sistema de Gestão de Riscos, o aconselhamento do Conselho de Administração em matéria de Risco e a elaboração de um relatório anual de gestão de riscos. Este comité é responsável pelos Riscos de Crédito, Mercados, Taxa de Juro, Cambial, Liquidez, Operacional, Estratégico, Reputacional, Cumprimento e Sistemas de Informação.

Risco cambial

O risco cambial surge como consequência de variações nas taxas de câmbio das moedas, sempre que existem “posições abertas” nessas mesmas moedas.

No BBVA Portugal, a gestão do risco cambial é da responsabilidade da Área de Mercados, para a qual são transferidas, em tempo real, todas as posições originadas nas restantes áreas de negócio.

Estão definidos e são diariamente controlados, os limites para posições abertas, o “Stop Loss” e o Value at Risk (VaR) para este tipo de risco.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2008					Total
	Moeda					
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libras	Coroa Norueguesa	Outras	
<u>Activo</u>						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	79.227	174	29	12	117	79.559
Disponibilidades em outras instituições de crédito	36.117	3.878	501	73	1.463	42.032
Activos financeiros detidos para negociação						
- Títulos	24.702	-	-	-	-	24.702
- Instrumentos financeiros derivados (nacionais)	2.489.079	-	-	-	-	2.489.079
Activos financeiros disponíveis para venda	121.718	-	-	-	-	121.718
Aplicações em instituições de crédito	604.795	33.569	2.700	1.012	705	642.781
Crédito a clientes	5.484.296	54.018	-	3.873	192	5.542.379
Derivados de cobertura (nacionais)	247.079	102	-	-	3	247.184
	<u>9.087.013</u>	<u>91.741</u>	<u>3.230</u>	<u>4.970</u>	<u>2.480</u>	<u>9.189.434</u>
<u>Passivo</u>						
Passivos financeiros detidos para negociação (nacionais)	2.489.784	-	-	-	-	2.489.784
Recursos de outras instituições de crédito	3.030.554	50.534	-	3.875	753	3.085.716
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.038.329	41.028	3.233	1.033	1.633	3.085.256
Derivados de cobertura (nacionais)	247.082	102	-	-	-	247.184
Outros passivos subordinados	170.046	-	-	-	-	170.046
	<u>8.975.795</u>	<u>91.664</u>	<u>3.233</u>	<u>4.908</u>	<u>2.386</u>	<u>9.077.986</u>
Exposição Líquida		<u>77</u>	<u>(3)</u>	<u>62</u>	<u>94</u>	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2007					Total
	Moeda					
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libra	Franco Suiço	Outras	
<i>Activo</i>						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	78.641	142	61	2	101	78.947
Disponibilidades em outras instituições de crédito	40.871	858	1.394	34	480	43.637
Activos financeiros detidos para negociação						
- Títulos	13.257	-	-	-	-	13.257
- Derivados (nacionais)	1.223.937	-	-	-	-	1.223.937
Activos financeiros disponíveis para venda	213.916	-	-	-	-	213.916
Aplicações em instituições de crédito	495.043	39.512	5.006	826	-	540.387
Crédito a clientes	4.967.969	40.496	-	-	389	5.008.854
Derivados de cobertura (nacionais)	253.040	1.968	-	-	-	255.008
	<u>7.286.674</u>	<u>82.976</u>	<u>6.461</u>	<u>862</u>	<u>970</u>	<u>7.377.943</u>
<i>Passivo</i>						
Passivos financeiros detidos para negociação (nacionais)	1.223.937	-	-	-	-	1.223.937
Recursos de outras instituições de crédito	3.872.045	41.225	2.047	-	730	3.916.047
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.653.021	39.514	4.318	804	69	1.697.726
Derivados de cobertura (nacionais)	253.040	1.968	-	-	-	255.008
Passivos subordinados	170.027	-	-	-	-	170.027
	<u>7.172.070</u>	<u>82.707</u>	<u>6.365</u>	<u>804</u>	<u>799</u>	<u>7.262.745</u>
		<u>269</u>	<u>96</u>	<u>58</u>	<u>171</u>	

Tal como é visível nos quadros acima, o Grupo BBVA Portugal apresenta uma reduzida exposição a este tipo de risco.

Risco de liquidez

Entende-se por risco de liquidez o risco potencial para a entidade de não poder satisfazer os seus compromissos, dada a incapacidade de aceder aos mercados em quantidade e custo razoáveis.

No BBVA Portugal cabe ao Comité de Activos e Passivos o estabelecimento das linhas orientadoras da gestão do risco de liquidez, para que exista uma adequada gestão dos recebimentos e pagamentos no tempo.

O Banco baseia a gestão do Risco de Liquidez em dois indicadores: o rácio de Liquidez e a evolução do fluxo de financiamento do Grupo. O BBVA Portugal utiliza ainda como modelo base de análise de risco de liquidez, o que consta em Instrução nº 1/2000, alterado por Instrução nº 32/2003 do Banco de Portugal.

Em relação ao rácio de liquidez, é usada a metodologia de identificação para cumprimento dos requisitos de informação do Banco de Portugal para risco de liquidez, e recorre-se à informação da Base de Dados Financeira. Adicionalmente, a área de mercados disponibiliza a informação na Base de Dados Financeira para análise das tomadas do Grupo.

A identificação e análise da evolução do fluxo de financiamento do Grupo é realizada numa base diária, sendo elaborado um mapa de liquidez numa base mensal.

O BBVA Portugal cobre as suas necessidades de fundos junto da casa mãe em Madrid, quer através de operações de mercado monetário a curto prazo, quer através de empréstimos a médio e longo prazo. Em paralelo, os excedentes de fundos são colocados na casa mãe em condições de mercado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

De acordo com os requisitos definidos pelo IFRS 7 apresentamos de seguida a totalidade dos “cash-flows” contratuais não descontados para os diversos intervalos temporais, com base nos seguintes pressupostos:

- Os depósitos à ordem de clientes registados na rubrica “Recursos de clientes e outros empréstimos” são apresentados no intervalo temporal “à vista”;
- Os descobertos em depósitos à ordem e as contas correntes caucionadas registados na rubrica “Crédito a clientes” são apresentados no intervalo temporal “à vista”;
- A coluna “Outros” corresponde a valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos, a acções, unidades de participação e crédito vencido a clientes; e
- Para as operações cuja remuneração não é fixa, por exemplo, operações indexadas à Euribor, os “cash-flows” futuros são estimados com base no valor de referência em 31 de Dezembro de 2008.
- Foram incluídos os fluxos de juros calculados para todas as operações de balanço.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os prazos residuais dos cash flows contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2008						
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a a 1 ano	De 1 a a 5 anos	Mais de 5 anos	Outros	Total
Activo							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	79.559	-	-	-	-	-	79.559
Disponibilidades em outras instituições de crédito	42.032	-	-	-	-	-	42.032
Activos financeiros detidos para negociação	993	405.488	288.179	1.520.796	300.258	29.595	2.545.309
Activos financeiros disponíveis para venda	-	16.292	3.878	108.197	520	7.018	135.905
Aplicações em instituições de crédito	15.028	558.330	44.065	30.314	-	-	647.737
Crédito a clientes	780.378	1.060.528	942.440	1.393.687	2.852.204	31.522	7.060.759
Derivados de cobertura	-	34.043	64.108	98.921	71.275	3.408	271.755
	<u>917.990</u>	<u>2.074.681</u>	<u>1.342.670</u>	<u>3.151.915</u>	<u>3.224.257</u>	<u>71.543</u>	<u>10.783.056</u>
Passivos							
Passivos financeiros detidos para negociação	982	405.538	288.419	1.521.287	300.231	4.813	2.521.270
Recursos de outras instituições de crédito	51.823	258.803	415.984	2.316.449	1.041.864	-	4.084.923
Recursos de clientes e outros empréstimos	828.269	1.777.026	357.931	132.676	-	(91)	3.095.811
Derivados de cobertura	-	36.076	64.980	101.420	74.924	4.447	281.847
Outros passivos subordinados	-	1.674	11.152	130.971	121.055	-	264.852
	<u>881.074</u>	<u>2.479.117</u>	<u>1.138.466</u>	<u>4.202.803</u>	<u>1.538.074</u>	<u>9.169</u>	<u>10.248.703</u>
Gap de liquidez	<u>36.916</u>	<u>(404.436)</u>	<u>204.204</u>	<u>(1.050.888)</u>	<u>1.686.183</u>	<u>62.374</u>	<u>534.353</u>
2007							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a a 1 ano	De 1 a a 5 anos	Mais de 5 anos	Outros	Total
Activo							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	78.947	-	-	-	-	-	78.947
Disponibilidades em outras instituições de crédito	43.626	-	-	-	-	-	43.626
Activos financeiros detidos para negociação	-	21.889	56.370	134.027	11.536	18.307	242.129
Activos financeiros disponíveis para venda	-	17.812	34.675	132.446	69.180	6.987	261.100
Aplicações em instituições de crédito	159.805	307.415	54.711	21.349	-	-	543.280
Crédito a clientes	639.093	998.401	797.040	1.410.849	3.081.218	19.918	6.946.520
Derivados de cobertura	-	2.056	8.939	21.840	19.211	4.005	56.051
	<u>921.471</u>	<u>1.347.573</u>	<u>951.734</u>	<u>1.720.511</u>	<u>3.181.145</u>	<u>49.218</u>	<u>8.171.652</u>
Passivos							
Passivos financeiros detidos para negociação	-	21.601	55.587	133.129	11.292	4.501	226.109
Recursos de outras instituições de crédito	30.029	1.322.372	620.043	1.523.644	885.704	-	4.381.792
Recursos de clientes e outros empréstimos	891.353	449.422	211.024	151.696	-	(53)	1.703.442
Derivados de cobertura	-	4.542	15.695	26.543	21.089	1.623	69.492
Outros passivos subordinados	-	2.441	7.232	38.665	194.068	-	242.405
	<u>921.382</u>	<u>1.800.378</u>	<u>909.580</u>	<u>1.873.677</u>	<u>1.112.152</u>	<u>6.071</u>	<u>6.623.241</u>
Gap de liquidez	<u>89</u>	<u>(452.805)</u>	<u>42.154</u>	<u>(153.166)</u>	<u>2.068.993</u>	<u>43.146</u>	<u>1.548.411</u>

Os quadros apresentados acima incluem fluxos de caixa projectados, relativos a capital e juros, pelo que não são directamente comparáveis com os saldos contabilísticos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007.

Os “gaps” negativos “até 3 meses” e “de 1 a 5 anos” reflectem o peso do crédito à habitação, operações tradicionalmente de longo prazo, nos activos do BBVA.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Todos os “gaps” incorporam os juros calculados para todas as operações de balanço, tal como exigido pelos IFRS.

Considerando o acima exposto, e a fonte de recursos a que o Grupo BBVA Portugal tem acesso, poder-se-á concluir por um risco de liquidez praticamente negligenciável.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro diz respeito ao impacto que movimentos nas taxas de juro têm nos resultados e no valor patrimonial da entidade. Este risco deriva dos diferentes prazos de vencimento ou de reapreciação dos activos, passivos e posições fora de balanço da entidade (risco de reapreciação), face a alterações na inclinação da curva de taxas de juro (risco de curva), face a variações na relação entre as curvas de mercado que afectam as distintas actividades bancárias (risco de base), bem como pela existência de opções implícitas em muitos produtos bancários (risco de opção).

O risco de taxa de juro corresponde ao risco do valor actual dos cash-flows futuros de um instrumento financeiro sofrer flutuações em virtude de alterações nas taxas de juro de mercado.

A exposição do Banco a movimentos nas taxas de juro constitui um risco inerente ao desenvolvimento da actividade bancária, sendo em simultâneo uma oportunidade para a criação de valor económico. Neste sentido, o risco de taxa de juro deve ser gerido de modo a não ser excessivo face aos Fundos Próprios do Banco, e mantendo uma relação estável em relação ao resultado esperado.

No BBVA Portugal, a exposição ao risco de taxa de juro é analisada sob uma dupla perspectiva: resultados e valor económico.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o tipo de exposição ao risco de taxa de juro pode ser resumida como segue:

	2008			Total
	Não sujeito a taxa de juro	Taxa fixa	Taxa variável	
<u>Activo</u>				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	-	79.559	79.559
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	42.032	42.032
Activos financeiros detidos para negociação				
- Títulos	24.702	-	-	24.702
- Instrumentos financeiros derivados (nacionais)	-	651.109	1.837.518	2.488.627
Activos financeiros disponíveis para venda	7.052	20.386	94.280	121.718
Aplicações em instituições de crédito	-	7.000	635.781	642.781
Crédito a clientes	35.353	198.545	5.308.481	5.542.379
Derivados de cobertura (nacionais)	-	62.556	184.628	247.184
	<u>67.107</u>	<u>939.596</u>	<u>8.182.279</u>	<u>9.188.982</u>
Passivos financeiros detidos para negociação				
- Instrumentos financeiros derivados (nacionais)	-	678.107	1.810.519	2.488.626
Recursos de outras instituições de crédito	-	11.332	3.074.384	3.085.716
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	129.914	2.955.342	3.085.256
Passivos subordinados	-	-	170.046	170.046
Derivados de cobertura (nacionais)	-	80.799	166.385	247.184
	-	<u>900.152</u>	<u>8.176.676</u>	<u>9.076.828</u>
Exposição líquida	<u>67.107</u>	<u>39.444</u>	<u>5.603</u>	<u>112.154</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2007			Total
	Não sujeito a taxa de juro	Taxa fixa	Taxa variável	
<u>Activo</u>				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	-	78.947	78.947
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	43.637	43.637
Activos financeiros detidos para negociação				
- Títulos	13.257	-	-	13.257
- Instrumentos financeiros derivados (nacionais)	-	263.744	960.193	1.223.937
Activos financeiros disponíveis para venda	7.127	19.741	187.048	213.916
Aplicações em instituições de crédito	-	20.788	519.599	540.387
Crédito a clientes	23.552	170.596	4.814.706	5.008.854
Derivados de cobertura (nacionais)	-	16.760	238.248	255.008
	<u>43.936</u>	<u>491.629</u>	<u>6.842.378</u>	<u>7.377.943</u>
<u>Passivo</u>				
Passivos financeiros detidos para negociação				
- Instrumentos financeiros derivados (nacionais)	-	285.525	938.412	1.223.937
Recursos de outras instituições de crédito	-	47.786	3.868.261	3.916.047
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	149.229	1.548.497	1.697.726
Derivados de cobertura (nacionais)	-	66.026	188.982	255.008
Passivos subordinados	-	-	170.027	170.027
	-	<u>548.566</u>	<u>6.714.179</u>	<u>7.262.745</u>
	<u>43.936</u>	<u>(56.937)</u>	<u>128.199</u>	<u>115.198</u>

Os montantes apresentados relativamente a instrumentos financeiros derivados, de negociação e de cobertura, correspondem ao somatório dos montantes nacionais relativos a swaps de taxa de juro.

No conceito de taxa variável estão incluídas todas as operações com prazo de vencimento residual inferior a um ano, bem como, todas as outras cuja taxa possa ser redefinida em função de indicadores de mercado, dentro daquele prazo. A exposição ao risco de taxa de juro evidenciada no quadro acima corresponde essencialmente a operações de crédito ao consumo a taxa fixa, para as quais o Banco não contrata operações de cobertura junto do Mercado.

Como se pode verificar pela análise do quadro acima, o risco de taxa de juro para operações a taxa fixa é inexpressivo. No que diz respeito à exposição verificada em taxa variável, contribuiu essencialmente a desmobilização de Produtos Estruturados sem equivalente ajustamento das respectivas Estruturas de Cobertura, atendendo a se tratarem de valores residuais.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a exposição ao risco de taxa de juro pode ser decomposta nos seguintes intervalos temporais:

	2008							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Outros	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	79.559	-	-	-	-	-	-	79.559
Disponibilidades em outras instituições de crédito	42.032	-	-	-	-	-	-	42.032
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	24.702	-	24.702
- Títulos	-	-	-	-	-	-	-	-
- Instrumentos financeiros derivados	660.687	761.998	414.833	466.329	184.780	-	-	2.488.627
Activos financeiros disponíveis para venda	-	23.281	69.478	19.887	499	7.052	1.521	121.718
Aplicações em instituições de crédito	15.028	583.591	32.276	7.000	-	-	-	642.781
Crédito a clientes	759.487	3.838.570	695.046	123.336	75.209	35.353	15.378	5.542.379
Derivados de cobertura	17.065	59.491	108.072	62.556	-	-	-	247.184
	<u>1.573.858</u>	<u>5.266.931</u>	<u>1.319.705</u>	<u>679.108</u>	<u>260.488</u>	<u>67.107</u>	<u>21.785</u>	<u>9.188.982</u>
Passivos financeiros detidos para negociação								
- Instrumentos financeiros derivados	647.983	740.830	421.706	489.828	188.279	-	-	2.488.626
Recursos de outras instituições de crédito	51.722	2.874.438	131.280	10.541	791	-	16.944	3.085.716
Recursos de clientes e outros empréstimos	824.581	1.766.837	346.973	129.914	-	-	16.951	3.085.256
Passivos subordinados	170.000	-	-	-	-	-	46	170.046
Derivados de cobertura	17.322	58.313	90.750	22.842	57.957	-	-	247.184
	<u>1.711.608</u>	<u>5.440.418</u>	<u>990.709</u>	<u>653.125</u>	<u>247.027</u>	<u>-</u>	<u>33.941</u>	<u>9.076.828</u>
Exposição líquida	<u>(137.750)</u>	<u>(173.487)</u>	<u>328.996</u>	<u>25.983</u>	<u>13.461</u>	<u>67.107</u>	<u>(12.156)</u>	<u>112.154</u>
2007								
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Outros	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	78.947	-	-	-	-	-	-	78.947
Disponibilidades em outras instituições de crédito	43.637	-	-	-	-	-	-	43.637
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	13.257	-	13.257
- Títulos	-	-	-	-	-	-	-	-
- Instrumentos financeiros derivados	533.477	94.615	332.101	263.744	-	-	-	1.223.937
Activos financeiros disponíveis para venda	-	83.282	101.955	19.618	123	7.127	1.811	213.916
Aplicações em instituições de crédito	159.425	323.042	35.481	20.788	-	-	1.651	540.387
Crédito a clientes	668.554	3.502.562	633.268	109.434	61.162	23.552	10.322	5.008.854
Derivados de cobertura	45.416	91.930	100.902	16.760	-	-	-	255.008
	<u>1.529.456</u>	<u>4.095.431</u>	<u>1.203.707</u>	<u>430.344</u>	<u>61.285</u>	<u>43.936</u>	<u>13.784</u>	<u>7.377.943</u>
Passivo								
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-
- Instrumentos financeiros derivados	505.891	97.640	334.881	285.525	-	-	-	1.223.937
Recursos de outras instituições de crédito	30.029	3.383.475	436.627	47.203	583	-	18.130	3.916.047
Recursos de clientes e outros empréstimos	891.273	444.308	204.417	149.229	-	-	8.499	1.697.726
Derivados de cobertura	85.665	93.217	10.100	66.026	-	-	-	255.008
Passivos subordinados	170.027	-	-	-	-	-	-	170.027
	<u>1.682.885</u>	<u>4.018.640</u>	<u>986.025</u>	<u>547.983</u>	<u>583</u>	<u>-</u>	<u>26.629</u>	<u>7.262.745</u>
	<u>(153.429)</u>	<u>76.791</u>	<u>217.682</u>	<u>(117.639)</u>	<u>60.702</u>	<u>43.936</u>	<u>(12.845)</u>	<u>115.198</u>

De acordo com a política de gestão de riscos em vigor no Grupo BBVA Portugal, a gestão da exposição ao risco de taxa de juro assume maior relevância para operações de taxa fixa com prazo superior a um ano.

Considerando o volume de recursos à vista sob a forma de Depósitos à Ordem não remunerados, pouco sensíveis às variações das taxas de juro, o quadro acima evidencia uma muito reduzida exposição ao risco de taxa de juro.

Acresce que os mecanismos de transferência aos clientes dos efeitos nos mercados são automáticos nas operações indexadas, por exemplo, créditos a médio e longo prazo e mais lentos nas operações de curto prazo, muitas delas sucessivamente renegociadas, caso dos depósitos a prazo por exemplo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de perda de valor do activo do BBVA Portugal, em consequência do incumprimento das obrigações contratuais, por motivos de insolvência ou incapacidade de pessoas singulares ou colectivas de honrar os seus compromissos para com o Banco.

A gestão do risco de crédito no Grupo BBVA fundamenta-se numa abordagem global que abarca cada uma das fases do processo: análise, autorização, seguimento e, se fôr o caso, recuperação.

O segundo pilar no qual assenta a gestão do risco no Grupo BBVA é representado pelas normas, políticas, procedimentos, metodologias, ferramentas e sistemas, que constituem um suporte básico para uma gestão eficiente.

Com o objectivo de poder assegurar uma adequada gestão do risco, o modelo definido de gestão do risco de crédito, suportado numa organização matricial, está integrado na estrutura geral de controlo do BBVA Portugal e envolve todos os níveis que intervêm na tomada de decisões de risco mediante atribuição de funções e utilização de procedimentos, circuitos de decisão e ferramentas que delimitam claramente as responsabilidades.

Exposição máxima ao risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro pode ser resumida como segue:

Tipo de Instrumento Financeiro	2008			2007		
	Valor Contabilístico Bruto	Provisões/ Imparidade	Valor Contabilístico Líquido	Valor Contabilístico Bruto	Provisões/ Imparidade	Valor Contabilístico Líquido
Patrimoniais:						
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	42.032	-	42.032	43.637	-	43.637
Activos Financeiros Detidos para Negociação	236.336	-	236.336	74.935	-	74.935
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	122.349	(631)	121.718	214.546	(630)	213.916
Aplicações em Instituições de Crédito	642.781	-	642.781	540.387	-	540.387
Crédito a Clientes	5.602.606	(60.227)	5.542.379	5.052.934	(44.080)	5.008.854
	6.646.104	(60.858)	6.585.246	5.926.439	(44.710)	5.881.729
Extrapatrimoniais:						
Garantias prestadas	834.469	-	834.469	641.557	-	641.557
Compromissos irrevogáveis	294.736	-	294.736	571.088	-	571.088
	1.129.205	-	1.129.205	1.212.645	-	1.212.645
	7.775.309	(60.858)	7.714.451	7.139.084	(44.710)	7.094.374

Qualidade do crédito dos activos financeiros sem incumprimentosCrédito a clientes – empresas

O Banco dispõe de um sistema de rating interno dos clientes nas seguintes categorias:

- . AA
- . A
- . BBB
- . B
- . CCC

O cálculo do Rating é produzido para o negócio de empresas tendo em conta a sua dimensão em termos de volume de vendas (Corporativa, Empresas e Pmes) e, por outro lado, o próprio segmento de negócio (Instituições Públicas, Instituições Financeiras, Promotor Imobiliário, etc).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O algoritmo de classificação que incorpora o sistema de rating compreende variáveis quantitativas (balanço e conta exploração), variáveis qualitativas (segmentos, sector, posição competitiva, accionistas, qualidade da gestão e da informação e flexibilidade financeira) e variáveis de contraste, consistência e alertas, bem como dados complementares obtidos junto de Agências Externas Especializadas.

A pontuação obtida está traduzida em termos de Probabilidade de Incumprimento, validada por Bases de Dados Históricas, e é transposta para uma Escala de Rating de AAA a CCC.

A BBVA Leasimo não dispõe de um sistema de rating interno dos seus clientes.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o crédito a empresas, excluindo o crédito concedido através da BBVA Leasimo, encontra-se classificado de acordo com o sistema de rating interno como segue:

Classe de activo	2008						Total
	AA	A	BBB	BB	B	C	
Empresas							
Banca Comercial	103	577	70.518	348.761	124.958	151	545.068
Banca Corporativa	386.600	9.528	684.275	774.220	85.795	125	1.940.543
Banca Institucional (SPA)	-	33.037	57.301	23.044	50.000	-	163.382
Instituições Financeiras e Participadas	507.870	20.000	57.500	-	-	-	585.370
Banca Hipotecária	-	-	-	40.399	12.684	-	53.083
Leasing	107	510	17.477	36.457	10.138	184	64.873
	<u>894.680</u>	<u>63.652</u>	<u>887.071</u>	<u>1.222.881</u>	<u>283.575</u>	<u>460</u>	<u>3.352.319</u>

Classe de activo	2007						Total
	AA	A	BBB	BB	B	C	
Empresas							
Banca Comercial	121	2.140	92.856	274.270	87.077	159	456.623
Banca Corporativa	73.975	181.241	667.808	557.432	156.573	110	1.637.139
Banca Institucional (SPA)	-	-	26.447	-	-	-	26.447
Instituições Financeiras e Participadas	285.211	-	7.500	35.000	-	-	327.711
Banca Hipotecária	-	-	5.500	33.461	9.852	-	48.813
Leasing	-	-	6.998	23.485	5.586	192	36.261
	<u>359.307</u>	<u>183.381</u>	<u>807.109</u>	<u>923.648</u>	<u>259.088</u>	<u>461</u>	<u>2.532.994</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as operações de crédito para os quais o Grupo BBVA Portugal não dispõe de rating atribuído podem ser decompostas conforme segue:

	2008	2007
Empresas		
Banca Hipotecária	447.151	432.574
Banca Comercial	182.339	172.895
Instituições Financeiras e Participadas Corporativa	114.717	298.166
Banca Institucional (SPA)	34.032	35.609
Leasing	1.659	84.351
	90.731	98.611
	<u>870.629</u>	<u>1.122.206</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Crédito a clientes – particulares

Ao nível do crédito a clientes particulares, o Banco tem vindo a focalizar-se essencialmente na concessão de crédito à habitação.

No que diz respeito ao crédito à habitação, a relação entre o montante em dívida e o valor de mercado dos imóveis dados em garantia apresenta a seguinte decomposição:

Montante em dívida / garantia	2008		2007	
	Crédito vivo	%	Crédito vivo	%
<=75%	1.017.008	55,41%	978.532	55,90%
entre 75 e 90%	523.306	28,51%	509.963	29,13%
Mais de 90%	295.262	16,08%	262.089	14,97%
	<u>1.835.576</u>	<u>100%</u>	<u>1.750.584</u>	<u>100%</u>

Antiguidade do incumprimento das operações de crédito vencidas

Em 31 de Dezembro de 2008, as operações de crédito vencidas, excluindo as operações registadas na BBVA Leasimo, apresentam os seguintes colaterais:

	2008			
	Crédito vencido	Crédito vincendo	Total	Colaterais
Até 3 meses	6.865	239.855	246.720	342.815
De 3 a 6 meses	2.243	33.545	35.788	29.588
De 6 a 12 meses	4.118	30.165	34.283	24.891
De 1 ano a 3 anos	13.028	28.873	41.901	29.444
De 3 anos a 5 anos	7.068	-	7.068	9.588
Juros vencidos	862	207.500	208.362	302.293
	<u>34.184</u>	<u>539.938</u>	<u>574.122</u>	<u>738.619</u>

Na participada BBVA Leasimo, o montante de crédito vencido ascende a 1.232 mEuros e o crédito vincendo associado ao vencido ascende a 8.443 mEuros. Relativamente a estes créditos, o justo valor dos colaterais ascende a 27.928 mEuros.

Reestruturações

Em 31 de Dezembro de 2008, as operações de crédito reestruturado registadas nas aplicações centrais do Grupo BBVA Portugal ascendem a 2.455 mEuros.

Títulos em carteira

Relativamente aos títulos em carteira, a qualidade dos activos do Grupo BBVA Portugal em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 pode ser resumida como segue:

Classe de Activo	2008							Sem Rating	Total
	Rating Externo			Rating Interno					
	AA+ / AA / AA-	A+ / A / A-	BBB / BBB-	A / A-	BB / BB-	BBB+ / BBB / BBB -			
Activos financeiros detidos para negociação	10.733	9.596	2.845	543	26	231	728	24.702	
Activos financeiros disponíveis para venda	340	15.880	19.973	25.059	-	53.958	6.508	121.718	
	<u>11.073</u>	<u>25.476</u>	<u>22.818</u>	<u>25.602</u>	<u>26</u>	<u>54.189</u>	<u>7.236</u>	<u>146.420</u>	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Classe de activo	2007								
	Rating Externo			Rating Interno			Sem rating	Total	
	AA+ / AA / AA-	A+ / A / A-	BBB / BBB-	A / A-	BB / BB-	BBB+ / BBB / BBB-			
Activos financeiros detidos para negociação	22	5.638	2.307	1.337	126	1.082	2.745	13.257	
Activos financeiros disponíveis para venda	18.246	499	18.628	49.788	-	118.360	8.395	213.916	
	18.268	6.137	20.935	51.125	126	119.442	11.140	227.173	

De referir que ao nível dos títulos registados na categoria de “Activos financeiros detidos para negociação” e “Activos financeiros disponíveis para venda”, o rating apresentado corresponde ao mais baixo dos ratings divulgados pelas agências internacionais Fitch, Moody's e Standard & Poors. Nos restantes títulos, o rating apresentado corresponde ao rating interno desenvolvido pelo Banco, na medida em que os mesmos são equiparados a operações de crédito.

Risco de mercado

A actividade do Banco realizada através de instrumentos financeiros pressupõe a assunção ou transferência de um ou vários tipos de riscos.

Riscos de Mercado são os que surgem por manter instrumentos financeiros cujo valor pode ser afectado por variações em condições de mercado. Os riscos de mercado incluem:

- Risco de câmbio: surge como consequência de variações nas taxas de câmbio entre as moedas;
- Risco de taxa de juro: surge como consequência de variações nas taxas de juro de mercado;
- Risco de preço: surge como consequência de alterações nos preços de mercado, quer por factores específicos do próprio instrumento, quer por factores que afectam todos os instrumentos negociados no mercado.

O risco de mercado do Banco é avaliado com base nas seguintes metodologias:

- Value-at-Risk” (VaR) relativamente à carteira de “trading”, a qual inclui a carteira de títulos e os instrumentos financeiros derivados.
- Análise de sensibilidade relativamente aos restantes activos e passivos do Banco. Esta análise de sensibilidade é efectuada com base nos pressupostos definidos pelo Banco de Portugal na Instrução 19/2005.

Carteira de “trading”

O VaR constitui a variável básica para medir e controlar o risco de mercado na Área de Mercados do BBVA Portugal. O VaR corresponde à perda máxima, com um determinado nível de confiança, que se pode produzir nas exposições de mercados de uma carteira para um certo horizonte temporal.

A metodologia utilizada pelo BBVA Portugal assenta na Matriz de co-variâncias a qual consiste em resumir a informação histórica dos mercados numa matriz de co-variâncias dos factores de risco para, a partir dela e das sensibilidades da carteira aos factores de risco, inferir no pressuposto de distribuição normal, a perda máxima para um dia com um nível de confiança de 99%. De referir que são consideradas as observações relativas a um ano, sendo atribuído igual peso a todas as observações.

No Grupo BBVA são seguidos dois métodos para o cálculo da matriz de covariâncias:

- VaR sem alisamento exponencial, para o qual a matriz de covariâncias se obtém equiponderando a informação diária do último ano transcorrido;
- VaR com alisamento exponencial, para o qual a matriz de covariâncias é estimada dando mais peso à informação, dos mercados, mais recente, actualmente é utilizada a primeira.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Nas opções a metodologia genérica consiste em calcular o VaR Vega (de volatilidade) aplicando a cada posição existente as volatilidades das volatilidades implícitas, calculadas a partir de séries históricas disponíveis para as opções sobre os principais subjacentes. Por exemplo, para posições em opções sobre taxa de juro, aplica-se a volatilidade histórica de volatilidades implícitas “at the money” de caps, floors e swaps.

Os valores apurados para este indicador podem ser resumidos como segue:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
VaR máximo	453	208
VaR médio	168	103
VaR mínimo	57	36
VaR em 31 de Dezembro	289	91

A decomposição do VaR a 31 de Dezembro de 2008 por tipo de risco é apresentada de seguida:

Taxa de Juro	50
Cambial	6
Renda Variável	282
Efeito de diversificação	<u>(49)</u>
VaR total	<u><u>289</u></u>

Carteira de “non- trading”

A análise de sensibilidade relativamente à carteira “non trading” foi efectuada de forma a determinar o potencial impacto na Situação Líquida e na Margem Financeira do Banco no exercício de 2009 considerando uma descida das taxas de juro de referência em 200 basis points (bps) e assumindo uma deslocação paralela da curva de taxa de juro.

No que respeita aos activos e passivos do Banco, o impacto potencial na Margem financeira projectada para 2009 de uma variação das taxas de juro de referência em 200 basis points será de 3.895 mEuros.

Justo valor

O justo valor tem por base os preços de mercado. Nos casos em que não existe preço de mercado, como acontece, por exemplo, em Depósitos estruturados colocados nos clientes, o justo valor é calculado com recurso a modelos internos, assentes na técnica de desconto de cash-flows, utilizando a curva de taxas do mercado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o justo valor dos activos e passivos financeiros é o seguinte:

Instrumentos financeiros	2008				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	Valor de balanço total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	
Activos					
Aplicações em instituições de crédito	32.000	31.469	(531)	610.781	642.781
Crédito a clientes	2.909.535	2.918.210	8.675	2.632.844	5.542.379
	<u>2.941.535</u>	<u>2.949.679</u>	<u>8.144</u>	<u>3.243.625</u>	<u>6.185.160</u>
Passivos					
Recursos de outras instituições de crédito	(2.550.326)	(2.554.005)	(3.679)	(535.390)	(3.085.716)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(70.094)	(70.255)	(160)	(3.015.162)	(3.085.256)
Outros passivos subordinados	(170.000)	(132.207)	37.793	(46)	(170.046)
	<u>(2.790.420)</u>	<u>(2.756.467)</u>	<u>33.954</u>	<u>(3.550.598)</u>	<u>(6.341.018)</u>
2007					
Instrumentos financeiros	Saldos analisados			Saldos não analisados	Valor de balanço total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	
Activos					
Aplicações em instituições de crédito	20.788	20.790	2	519.599	540.387
Crédito a clientes	2.746.155	2.722.710	(23.445)	2.262.699	5.008.854
	<u>2.766.943</u>	<u>2.743.500</u>	<u>(23.443)</u>	<u>2.782.298</u>	<u>5.549.241</u>
Passivos					
Recursos de outras instituições de crédito	(2.055.604)	(2.056.380)	(776)	(1.860.443)	(3.916.047)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(41.244)	(41.319)	(75)	(1.656.482)	(1.697.726)
Outros passivos subordinados	(170.000)	(148.958)	21.042	(27)	(170.027)
	<u>(2.266.848)</u>	<u>(2.246.657)</u>	<u>20.191</u>	<u>(3.516.952)</u>	<u>(5.783.800)</u>

Os principais pressupostos utilizados no apuramento do justo valor são os seguintes:

- Para cálculo do justo valor, o BBVA dividiu a sua carteira em operações com vencimento inferior/superior a 31 de Dezembro de 2009.
- Para operações com vencimento inferior ou igual a 31 de Dezembro de 2009 foi considerado que, dado o seu curto prazo, o valor contabilístico é um razoável indicador do seu justo valor.
- A parte da carteira com vencimento superior a um ano foi agrupada em classes homogéneas segundo características comuns a cada classe, nomeadamente produto, família de produto, subtipo de produto, moeda, rating, taxa de juro fixa/variável.
- Para operações negociadas no último mês do ano foram calculadas, para cada classe homogénea, taxas médias (se operações a taxa fixa) ou *spreads* médios (se operações a taxa variável), ambos ponderados pelo montante.

O cálculo do justo valor foi efectuada operação a operação, sendo numa primeira fase feita uma projecção do *cash-flow* com base nas condições contratuais e no valor dos indexantes a 31 de Dezembro de 2008, seguindo-se uma actualização dos *cash-flows* à taxa média (se fixa) ou indexante em 31 de Dezembro acrescida do *spread* médio (se variável), das operações realizadas em Dezembro de 2008.

Para algumas operações com características singulares (empréstimos subordinados), a taxa de actualização ou *spread* resulta de consultas ao mercado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros pode ser resumida como se segue:

Tipo de instrumento financeiro	Activos valorizados ao custo de aquisição	2008				Total
		Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor			Outros	
		Cotações em mercado activo	Técnicas de valorização baseadas em:			
			Dados de mercado			
<i>Activos</i>						
Activos financeiros detidos para negociação	-	24.702	169.225	42.408		236.336
Activos financeiros disponíveis para venda	19.430	9.450	92.838	-		121.718
Derivados de cobertura	-	-	30.542	-		30.542
	19.430	34.152	292.605	42.408		388.596
<i>Passivos</i>						
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	(174.872)	(42.342)		(217.214)
Derivados de cobertura	-	-	(36.287)	-		(36.287)
	-	-	(211.159)	(42.342)		(253.502)
<i>2007</i>						
Tipo de instrumento financeiro	Activos valorizados ao custo de aquisição	Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor				Total
		Cotações em mercado activo	Técnicas de valorização baseadas em:		Outros	
			Dados de mercado			
			Dados de mercado			
<i>Activos</i>						
Activos financeiros detidos para negociação	-	13.258	29.577	32.100		74.935
Activos financeiros disponíveis para venda	19.829	9.609	184.478	-		213.916
Derivados de cobertura	-	-	18.194	-		18.194
	19.829	22.867	232.249	32.100		307.045
<i>Passivos</i>						
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	(29.129)	(31.158)		(60.287)
Derivados de cobertura	-	-	(24.154)	-		(24.154)
	-	-	(53.283)	(31.158)		(84.441)

Os principais pressupostos utilizados na construção dos quadros acima apresentados são os seguintes:

- Os valores relativos a cotações em mercado activo correspondem a instrumentos de capital e dívida cotados em Bolsa;
- A valorização dos instrumentos financeiros derivados, à excepção das opções, é efectuada através de técnicas de valorização baseadas em dados de mercado;
- Os títulos em carteira valorizados com base em cotações associadas a transacções são apresentados na coluna “Técnicas de valorização - dados de mercado”;
- Os restantes títulos em carteira cuja valorização corresponde a *bids* indicativos fornecidos por contribuidores ou a modelos de valorização internos desenvolvidos são apresentados em “Técnicas de valorização – outras”.

Em 2008, os impactos reconhecidos nas demonstrações financeiras em resultado da utilização de técnicas de valorização não baseadas em dados de mercado são os seguintes:

Instrumentos financeiros	2008	
	Variações no justo valor	
	Resultados em operações financeiras	Capitais próprios
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	(783)	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	(3.100)
Crédito a clientes	3.140	-
Derivados de cobertura (Activos e passivos)	37	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	(2.797)	-
	(403)	(3.100)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Instrumentos financeiros	2007	
	Variações no justo valor	
	Resultados em operações financeiras	Capitais próprios
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	146	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	(861)
Crédito a clientes	370	-
Derivados de cobertura (Activos e passivos)	(3.006)	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.504	-
	14	(861)

40. GESTÃO DE CAPITAL

Os procedimentos adoptados para o cálculo dos rácios e limites prudenciais do Grupo BBVA Portugal são os que resultam das disposições emanadas do Banco de Portugal, de modo semelhante ao que se verifica para todas as questões que se insiram no âmbito das funções de supervisão do sistema bancário. Essas normas representam o enquadramento legal e regulamentar das diversas matérias de natureza prudencial.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o detalhe dos fundos próprios do BBVA Portugal apresenta-se de seguida:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Fundos próprios de base	233.496	208.764
Fundos próprios complementares	175.922	172.376
Deduções	(744)	(607)
	-----	-----
Fundos próprios totais	408.674	380.533
	=====	=====
Requisitos de Fundos Próprios para risco de crédito, risco de crédito contraparte e transacções incompletas	356.829	355.130
Requisitos de Fundos Próprios para riscos de posição, riscos cambiais e riscos de mercadorias	997	596
Requisitos de Fundos Próprios para risco operacional	20.348	-
	-----	-----
Requisitos de Fundos próprios	378.174	355.726
	=====	=====
Rácio TIER I	5,0 %	4,8 %
Rácio TIER II	3,7 %	3,9 %
Rácio de solvabilidade	8,7 %	8,6 %

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em mEuros)

Natureza e espécie de títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Cotação unitária ¹	Valor de aquisição	Juros corridos	Imparidade	Valor líquido de balanço	Data de vencimento	Taxa de juro (%)
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO									
Títulos									
Instrumentos de Capital									
Emitidos por Residentes									
Acções									
PORTUCEL	162.527	1,00	1,55	334	-	-	252	n.a.	n.a.
EDP	247.815	1,00	2,70	693	-	-	668	n.a.	n.a.
GALP	40.546	1,00	7,18	407	-	-	291	n.a.	n.a.
SONAE INDUSTRIA SGPS	97.824	5,00	1,53	424	-	-	149	n.a.	n.a.
BES	48.895	5,00	6,69	539	-	-	327	n.a.	n.a.
PORTUGAL TELECOM SGPS SA-REG	113.985	0,03	6,07	748	-	-	692	n.a.	n.a.
BRISA PRIV SHR	52.807	1,00	5,35	391	-	-	283	n.a.	n.a.
BCP	88.656	1,00	0,82	74	-	-	72	n.a.	n.a.
BPI - SGPS SA	70.409	1,00	1,75	221	-	-	123	n.a.	n.a.
JERONIMO MARTINS SGPS	43.077	1,00	3,97	201	-	-	171	n.a.	n.a.
CIMPOR SGPS	46.000	1,00	3,48	202	-	-	160	n.a.	n.a.
ZON MULTIMÉDIA	36.271	0,01	3,71	218	-	-	135	n.a.	n.a.
REN	26.110	1,00	2,84	77	-	-	74	n.a.	n.a.
SONAE SGPS	381.464	1,00	0,44	249	-	-	167	n.a.	n.a.
CORT AMORIM	26.347	1,00	0,81	48	-	-	21	n.a.	n.a.
ENGIL SGPS	18.010	1,00	2,35	82	-	-	42	n.a.	n.a.
TEIXEIRA DUARTE	43.223	0,50	0,60	52	-	-	26	n.a.	n.a.
SONAE COM SGPS SA	17.907	1,00	1,01	51	-	-	18	n.a.	n.a.
SEMAPA - SOCIEDADE DE INVESTIMENTO SGPS	3.471	1,00	6,40	30	-	-	22	n.a.	n.a.
ALTRI	10.030	0,25	2,10	22	-	-	21	n.a.	n.a.
Emitidos por Não Residentes									
Acções									
EDP RENOVAVEIS	42.651	5,00	5,00	294	-	-	213	n.a.	n.a.
				<u>5.357</u>	-	-	<u>3.927</u>		
Instrumentos de Dívida									
Emitidos por Residentes									
Obrigações									
BRISA PT	20	50.000	0,84	923	3	-	840	05-12-2016	4,50%
Emitidos por Não Residentes									
Obrigações									
GE CAPITAL	60	50.000	0,78	2.880	41	-	2.350	03-04-2014	5,43%
BES FINANCE	2.100	1.000	0,98	2.077	13	-	2.057	13-11-2009	4,44%
SANTANDER	40	50.000	0,94	1.943	17	-	1.872	30-01-2012	4,98%
BCP FINANCE	40	50.000	0,95	1.938	15	-	1.898	06-02-2012	4,83%
MORGAN STANLEY	2.000	1.000	0,73	1.802	8	-	1.452	29-11-2013	4,20%
CXGD	391	5.000	1,10	2.254	-	-	2.157	04-08-2009	n.d.
HSBC	1.150	1.000	0,74	1.057	15	-	849	05-04-2013	5,58%
MONTEPIO	20	50.000	0,96	970	1	-	962	19-09-2011	3,41%
CAIXANOVA	20	50.000	0,99	997	35	-	986	04-06-2011	6,00%
REPSOL FIN	1.000	1.000	0,86	965	6	-	862	16-02-2012	4,50%
CXGD 2	55	10.000	0,95	603	-	-	522	30-07-2012	n.d.
MONTEP2	1.000	1.000	0,90	957	8	-	897	03-05-2012	5,04%
HBOS	2.000	1.000	0,96	1.996	13	-	1.925	18-12-2010	5,22%
SOGEN	20	50.000	0,96	999	6	-	965	18-12-2011	4,97%
				<u>22.361</u>	<u>181</u>	-	<u>20.594</u>		
				<u>27.718</u>	<u>181</u>	-	<u>24.521</u>		

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em mEuros)

Natureza e espécie de títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Cotação unitária ¹	Valor de aquisição	Juros corridos	Imparidade	Valor líquido de balanço	Data de vencimento	Taxa de juro (%)
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA									
Títulos									
Emitidos por Residentes									
Instrumentos de Dívida									
Dívida Pública Portuguesa									
BILHETES DO TESOURO	15.250.000	1,00	0,10	15.250	(34)	-	15.216	23-01-2009	0,00
O.T. - 16 JUNHO 2014	48.000.000	0,01	0,00	491	11	-	510	16-06-2014	4,38
O.T. - 15 Abril 2011	15.000.000	0,01	0,00	147	3	-	154	15-04-2011	3,20
Outros Títulos									
Emitidos por Residentes									
Dívida não Subordinada									
MODELO CONTINENTE 2005/2010	35.000	245	24,50	8.575	211	-	8.786	03-08-2010	5,86
OBRIGAÇÕES PORTUCEL 2005/2010 - II	25.000	1.000	100,20	25.000	10	-	25.059	18-12-2010	4,04
JERON MARTINS 2012	1.000	50.000	4.442,80	50.000	744	-	45.172	11-12-2012	5,74
Instrumentos de capital									
Unidades de Participação									
SIBS	287.307	5,00	1,33	3.831	-	-	3.831	n.a.	n.a.
UNICRE	15.588	5,00	1,96	305	-	-	305	n.a.	n.a.
FINANGESTE	5.050	4,99	1,54	622	-	(544)	78	n.a.	n.a.
Outros ao custo histórico				87	-	(87)	-	n.a.	n.a.
Partes de capital em empresas coligadas									
UNID. PARTICIPAÇÃO IBEXII	125.432	5,00	0,60	622	-	-	757	n.a.	n.a.
UNID. PARTICIPAÇÃO EUC	300.000	5,00	0,51	1.500	-	-	1.537	n.a.	n.a.
Emitidos por Não Residentes									
Dívida não Subordinada									
PORT TELECOM INT FIN 260312	20.000	1.000	96,99	19.290	576	-	19.973	26-03-2012	3,75
BNP	35	10.000	971,43	299	-	-	340	15-03-2010	0,00
				<u>126.019</u>	<u>1.521</u>	<u>(631)</u>	<u>121.718</u>		
CRÉDITO E OUTROS VALORES A RECEBER									
Outros Títulos									
Emitidos por Residentes									
Dívida não Subordinada									
SONAE DISTRIBUIÇÃO	6.000.000	10	1,00	60.000	1.022	-	61.022	10-09-2015	5,43
				<u>60.000</u>	<u>1.022</u>	<u>-</u>	<u>61.022</u>		

¹ Montantes expressos em percentagem do valor nominal para as obrigações e outros títulos de rendimento fixo e em Euros para as acções e outros títulos de rendimento variável.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2008, que evidencia um total de 6.862.273 milhares de euros e um total de capital próprio de 230.611 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 16.247 milhares de euros, a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a Demonstração das alterações no capital próprio consolidado do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, e o resultado consolidado das suas operações e dos fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação;

CARVALHEDA, PLÁCIDO & ASSOCIADO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

Pcta Conde de Amoso, 1-A, 5º B
2610 - 043 AMADORA

Telefone: 21 4707780
Telefax: 21 4707789

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.**, em 31 de Dezembro de 2008, e o resultado consolidado das suas operações e dos fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas pela União Europeia.

Lisboa, 16 de Março de 2009

CARVALHEDA, PLÁCIDO & ASSOCIADO, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

Com sede na Praceta Conde de Amoso, 1 A – 5º. B – Buraca, 2610 - 043 Amadora

Representada por:



Plácido Norberto dos Inocentes – ROC n.º. 772

RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS CONSOLIDADAS

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A. ("Banco"), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2008, que evidencia um total de 6.862.273 mEuros e capitais próprios de 230.611 mEuros, incluindo um resultado líquido de 16.247 mEuros, as Demonstrações dos resultados consolidados, dos fluxos de caixa consolidados e das alterações no capital próprio consolidado do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como às suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 140 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - Matricula na CRC de Lisboa e NIPC 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa
Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - www.deloitte.com/pt

• Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto - Tel +(351) 225 439 200 - Fax +(351) 225 439 650

Member of
Deloitte Touche Tohmatsu

Página 2 de 2

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A. em 31 de Dezembro de 2008, bem como o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo nesta data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia.

Lisboa, 16 de Março de 2009



DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

Av. da Liberdade, 222 - 1250-148 Lisboa

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

CONTAS CONSOLIDADAS

Ex mos. Senhores Accionistas,

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida sobre os documentos de prestação de contas consolidadas do **BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.**, da responsabilidade do Conselho de Administração e referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

RELATÓRIO

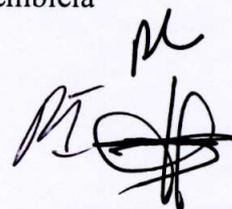
Do Conselho de Administração, obtivemos todos os elementos e informações necessárias à apreciação e acompanhamento das actividades desenvolvidas pelo conjunto das empresas do Grupo, o que agradecemos.

Efectuamos as verificações julgadas necessárias ao processo de consolidação das contas, que compreendem o Balanço consolidado, a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa a Demonstração das alterações no capital próprio consolidado e o respectivo Anexo, que foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas pela União Europeia.

Apreciámos as referidas Demonstrações Financeiras consolidadas, com referência a 31 de Dezembro de 2008 e o respectivo Relatório do Conselho de Administração, o Relatório dos Auditores Externos bem como a Certificação Legal das Contas consolidadas, emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que deverão ser integrados no contexto deste relatório e com os quais concordamos.

PARECER

Face ao exposto, somos de opinião que, as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório de Gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

A handwritten signature in black ink, consisting of several stylized, overlapping letters and flourishes, located in the bottom right corner of the page.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

Av. da Liberdade, 222 - 1250-148 Lisboa

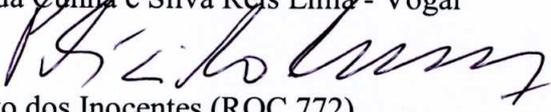
Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 16 de Março de 2009

O CONSELHO FISCAL


Dr. Luís Fernando Sampaio Pinto Bandeira - Presidente


Dr. Francisco José da Cunha e Silva Reis Lima - Vogal


Dr. Plácido Norberto dos Inocentes (ROC 772)

em representação de *Carvalheda, Plácido & Associado, SROC, Lda.*